



A reeleição à primeira volta significa uma avaliação positiva do mandato de Cavaco Silva



Presidente recebe a Associação Sindical dos Juizes Portugueses

“Metralhadora Cavaco”
João Pereira Coutinho

POVO LIVRE



nº 1674

26 de Janeiro de 2011

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Acredito em Portugal



“Não pode haver leituras partidárias das Eleições Presidenciais”



Miguel Macedo quer apurar responsabilidades sobre “colapso” na votação

PSD quer reposição do Metro do Mondego

Berta Cabral defende mais estabilidade e menos experiências na Educação

“Não pode haver leituras partidárias das Eleições Presidenciais”

Na sede Nacional do PSD, pouco depois de serem conhecidos resultados indubitáveis das Eleições Presidenciais, o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, dirigiu-se ao auditório de Imprensa, e proferiu uma declaração, que sintetizou a posição do nosso Partido, ante as eleições presidenciais e a concomitante reeleição de Cavaco Silva.

Começou por cumprimentar todos os candidatos que se apresentaram às eleições e, em primeiro lugar, o reeleito Presidente, Aníbal Cavaco Silva, que teve o incondicional apoio dos sociais-democratas, porque “era o melhor para Portugal”

Passos Coelho frisou que o apoio do PSD foi incondicional e a nada obriga o Presidente, que “não tem qualquer tipo de obrigações para quem o apoiou”, e o Presidente deve ser sempre supra partidário e assim manter a coesão e a unidade de propósito de todos os Portugueses

O líder social-democrata rejeitou quaisquer “leituras partidárias” das eleições presidenciais, afirmando que o escrutínio não foi “em absoluto”, uma primeira volta das futuras eleições para o Parlamento.

“O facto de Cavaco Silva ter sido reeleito deve-se sobretudo à forma como exerceu o seu papel de PR e não simplesmente ao facto de ter sido simplesmente apoiado pelo PSD. Desse ponto de vista a eleição de Cavaco Silva não é um sinal que tenha uma leitura partidária”, disse.

E acrescentou: “Esta eleição não foi uma primeira volta ou uma espécie de eleição primária das futuras eleições para o Parlamento. Se o Parlamento não vier a ter eleições legislativas dentro do seu prazo normal, que é daqui a três anos, isso significa que alguma coisa de muito errado terá ocorrido em Portugal. E se isso ocorrer cá estaremos para saber o que fazer nessas circunstâncias”.

Reafirmando que “não eram os partidos da oposição nem o Governo que estavam a ser julgados nestas eleições”, Pedro Passos Coelho avisou que “a vida em Portugal não será mais fácil”, apesar da reeleição de Cavaco Silva.

“O país” – disse – “sente-se mais seguro e confiante com o actual PR do que com qualquer outra escolha. Mas os portugueses sabem que a vida em Portugal não será mais fácil pelo facto de terem decidido escolher Cavaco Silva. Será mais segura e mais confiante, mas não será mais fácil na medida em que sabemos



que o ano que temos pela frente é um ano de grandes dificuldades”, afirmou.

O PSD, como principal partido da oposição, “estará a partir desta eleição presidencial a retomar aquele que é o seu papel natural que é o de manter o espírito de construir uma alternativa em Portugal”, não para “...ir à boleia de qualquer eleição presidencial, mas para ir de encontro à necessidade que os portugueses têm de melhorar as suas perspectivas para futuro e acreditar que os sacrifícios poderão ter alguma consequência positiva para o seu futuro”.

Sublinhando que o PSD tem “a aspiração de poder vir a governar durante o próximo mandato de Cavaco Silva”, o líder social-democrata recusou-se a “antecipar um cenário de crise em Portugal”.

“Se o PSD quisesse e estivesse apostado num cenário de crise política, ou na queda do Governo teria tido já muitas oportunidades para poder dar consequência a essa leitura, quando estava em cima da mesa o Orçamento e depois os PEC, que poderíamos ter derrotado, abrindo a crise; mas não o fizemos, por sentido patriótico; e está tudo dito. Quem não percebeu isso, nada entendeu!”.

E reforçou: “Estaremos, decerto e com a maior atenção, a vigiar o cumprimento desse mandato que o Governo levou do Parlamento, com condições. E estaremos a

construir uma alternativa de futuro para Portugal, que é isso que o País espera. Mas não era isso que estava em jogo nestas eleições”.

De resto, Pedro Passos Coelho disse esperar que, em Belém, Cavaco Silva mantenha “o resultado que teve nestes cinco anos: uma magistratura acima dos Partidos, que possa ser útil à Nação Portuguesa, como factor de coesão e de estabilidade, e - também muito importante! - possa ser um elemento de identificação dos portugueses com o sistema político”.

Passos Coelho na ocasião do seu voto

Após exercer o seu direito de voto na mesa cinco da escola Alice Leite, em Alfovelos, Pedro Passos Coelho manifestou à Imprensa a sua expectativa que o escrutínio registasse “bastante afluência”, já que o Chefe do Estado “não é uma figura decorativa e tem relevância para o futuro”.

“Estou muito confiante que Portugal tem consciência da situação que se vive e da importância de escolher o PR, que não é uma figura decorativa e tem relevância para o futuro. Não governa mas tem relevância. E, tendo relevância nas circunstâncias em que estamos, era bom que o País se apercebesse e envolvesse nessa decisão”, disse.

“A eleição presidencial não é uma eleição qualquer, como toda a gente sabe. A escolha do Presidente da República é muito importante, por isso é escolhido directamente pelos eleitores e eu espero que esta eleição seja muito participada”, salientou.

“O PR”, prosseguiu, “não tem nem mais nem menos poderes por haver uma maior afluência na votação”, mas seria “um sinal para a democracia de reforço das instituições democráticas, registar-se uma participação muito elevada”.

Pedro Passos Coelho manifestou ainda o desejo que “nos próximos anos todo o sistema político dê aos cidadãos boas razões para que eles acreditem que vale a pena participar”

“É disso no fundo que estamos a tratar. As pessoas que se abstêm são pessoas que, no limite, acham que está tudo tão bem que não precisam participar ou que simplesmente não acreditam que a sua participação seja importante. E eu espero que todos nós possamos dar a esses cidadãos boas razões para os atrair à participação”. – PL e Lusa (texto e fotos)



Aníbal Cavaco Silva reeleito Presidente da República

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, Professor Universitário Catedrático na área da Economia, antigo Ministro das Finanças de Sá Carneiro, ex-Presidente do PSD. Primeiro-Ministro durante 10 anos, com duas maiorias absolutas (o que nunca tinha acontecido em Portugal, desde o 25 de Abril), foi reeleito, no domingo passado, à primeira volta, com 52,94% dos votos, obtendo o pleno em todos os Distritos e nas Regiões Autónomas, numa eleição marcada pela elevada abstenção e pelo total fracasso do seu mais directo concorrente, apoiado pelo PS e pelo Bloco de Esquerda, Manuel Alegre, com 19,75 % dos votos.

Tudo indica que para a elevada abstenção teremos de levar em conta – para além da inclemência do tempo, muito ventoso e gelado - a completa confusão que se instalou na mecânica da votação, com eleitores deslocados dos locais de voto; «Cartão Único de Cidadão» que não dava direito a votar, pois não constava nele a indicação do número de eleitor; inoperância total dos apoios anunciados (telefones gratuitos, site da internet, SMS) que “entupiram”; e incapacidade dos (bem intencionados, mas impotentes) funcionários de apoio nos locais, que deixaram milhares de cidadãos à beira de um ataque de nervos e decididos a regressar a casa sem votar.

Entretanto, a eleição realizou-se, os votos co-

meçaram a ser contados e bem cedo se desenhou o resultado favorável e expressivo de Cavaco Silva.

Mais tarde, no CCB, onde se deslocou para se dirigir aos Portugueses, o Presidente reeleito prometeu ser “um referencial de confiança, estabilidade e solidariedade”. E disse que os que esperam que a sua reeleição traga mudanças na sua conduta devem “perder desde já todas as ilusões”.

Cavaco Silva sinalizou, no entanto, que não irá “abdicar de um único dos poderes presidenciais” ao serviço de duas grandes causas: “A redução do endividamento externo de Portugal” e “o aumento de competitividade” da economia.

Cavaco Silva disse as palavras que registamos:

*

Quero, em primeiro lugar, saudar todos os Portugueses que, com elevado sentido cívico, votaram neste acto eleitoral. Os níveis de participação verificados nestas eleições, realizadas em circunstâncias de grandes dificuldades, mostraram o sentido de responsabilidade do nosso povo.

Votar é o cumprimento de um dever elementar que temos enquanto cidadãos de uma República que há pouco comemorou 100 anos.

Votar é um dever que temos perante as gerações vindouras, os nossos filhos, os nossos netos. A todos os Portugueses que foram votar neste dia tão importante para o nosso futuro é devida uma palavra de reconhecimento. Os que votaram não se alhearam do futuro.

Saúdo, de uma forma muito especial, todos os que decidiram dar-me a confiança do seu voto, de uma forma tão expressiva. Os Portugueses falaram e disseram, com clareza, quem queriam para Presidente da República. Quero agradecer do fundo do coração a todos os que no Continente, nos Açores, na Madeira e nas comunidades portuguesas dispersas pelo mundo me deram a honra da sua escolha. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para justificar a confiança que em mim depositaram. Serei Presidente de Portugal inteiro, de todos, sem excepção. Cumprirei o que prometi: para mim, Portugal estará sempre primeiro.

Agradeço a todos os que, no terreno, concretizaram a minha candidatura, àqueles que organizaram esta extraordinária campanha, que percorreu o País, de Norte a Sul, do Continente às Regiões Autónomas, uma campanha feita em diálogo directo com as populações, com os seus anseios, com as suas esperanças, com as suas inquietações mas, sobretudo, com a sua vontade de ter confiança num futuro melhor. Ao meu mandatário nacional, Prof. João Lobo



Antunes, ao meu director de campanha, Dr. Luís Palha, e à sua equipa, aos meus mandatários sectoriais, para a juventude, para o cidadão sénior, para as comunidades portuguesas, digital e financeiro, aos meus mandatários e coordenadores de campanha distritais e concelhios, aos membros da Comissão de Honra e da Comissão Política, uma palavra de profunda gratidão.

Saúdo os voluntários e os milhares de cidadãos que, com generosidade e entusiasmo inextinguíveis e numa atitude cívica exemplar, trabalharam para esta vitória. A todos, o meu muito obrigado.

Agradecimento aos Partidos que apoiaram a candidatura “em condições muito difíceis”

Três partidos apoiaram a minha candidatura, o PSD, o CDS/PP e o MEP, no pressuposto que era uma candidatura pessoal e supra-partidária. Agradeço aos seus dirigentes e militantes o apoio e o entusiasmo manifestados durante o exigente período de campanha eleitoral.

Mas também quero deixar uma palavra a todos os Portugueses que, querendo votar, não o puderam fazer por razões burocráticas. A qualidade da nossa democracia também se constrói criando condições para o exercício efectivo do direito de voto.

Queria agradecer ainda o apoio que recebi da minha Família e, muito em especial, da minha Mulher. Sem esse apoio, num caminho feito de décadas, não estaria hoje aqui, a partilhar convosco a alegria imensa de mais uma prova de confiança que os Portugueses me deram.

Portugueses: esta campanha decorreu em condições muito difíceis.

Numa hora de alegria e festa como a de hoje, não é tempo de recordar a forma como os meus adversários procuraram denegrir o meu carácter e a minha integridade pessoal. Foram cinco contra um e a dignidade e o respeito que devem envolver uma eleição presidencial não foram respeitados.

Quero apenas dizer que os Portugueses souberam ver de que lado estava a verdade e, mais do que isso, condenaram expressivamente, com a grande vitória desta noite, uma forma de fazer política que é imprópria de uma democracia adulta e consolidada. Em democracia, debatem-se ideias, projectos, linhas de acção.

Pela minha parte, estou tranquilo. Cumpro escrupulosamente o que afirmo ao lançar a candidatura. A minha campanha nunca recorreu a ataques e insultos de natureza pessoal. Sempre respeitei os meus adversários. Não me deixei arrastar para uma linguagem imprópria de um candidato à Presidência da República. A vitória de hoje é também a vitória

da verdade sobre a calúnia, a vitória de uma candidatura feita pela positiva.

Nesta eleição há vencedores e há derrotados. Venceram os que acreditam em Portugal, os que têm a coragem da esperança. Venceram os que estão na vida pública com uma atitude construtiva, os que fizeram uma campanha com ideias, com projectos, a pensar nos Portugueses.

Nesta eleição há vencidos. São aqueles políticos e os seus agentes que preferem o caminho da mentira, das calúnias, dos ataques sem sentido ao debate de ideias sobre o futuro de Portugal. Foi o povo que democraticamente os derrotou.

Uma vez mais, o povo português não se deixou enganar. Esta é a noite da vitória da dignidade. A honra venceu a infâmia e a qualidade



da democracia ganhou com essa vitória da dignidade.

“Nunca vendi ilusões nem prometi o que não podia cumprir”

Portugueses, como referi várias vezes ao longo da minha campanha, um candidato à Presidência da República não tem um «programa». Mas um candidato tem uma linha de acção, um projecto para a sua magistratura. Serei um referencial de confiança, de estabilidade e de solidariedade, sem abdicar de nenhum dos poderes que a Constituição me confere. Exercerei uma magistratura activa, cooperando lealmente com todos os órgãos de soberania para a defesa dos grandes objectivos estratégicos nacionais. No imediato, as prioridades são o combate ao flagelo do desemprego, a contenção do endividamento externo e o reforço da competitividade da nossa economia.

Na linha da frente da minha magistratura de influência estará a luta pela inclusão social, combatendo as situações de exclusão decorrentes da pobreza, do desemprego, da precariedade do trabalho. Farei ouvir a minha voz em defesa dos idosos, dos reformados e dos

cidadãos com deficiência. Empenhar-me-ei para que a nenhum português, seja qual for a sua situação económica, falem os cuidados de saúde. Bater-me-ei pela excelência do ensino e pela credibilidade do sistema de justiça. Estarei ao lado dos Portugueses que não se resignam, que não se conformam: dos trabalhadores e dos empresários que se destacam pelo seu dinamismo e pela aposta na inovação, assim como estarei ao lado dos autarcas que se assumem como agentes da recuperação económica e da criação de emprego.

Dedicarei uma especial atenção às Comunidades Portuguesas da Diáspora e ao prestígio das Forças Armadas. Defenderei o mundo rural e o aproveitamento das potencialidades de criação de riqueza e de emprego que o mar, a floresta, o turismo e as indústrias criativas encerram. Valorizarei a cultura e a lusofonia.

Com grande determinação, tudo farei para que os jovens do meu País reencontrem motivos para acreditar em Portugal. Confio na energia criadora dos nossos jovens. Procurarei mobilizá-los para que façam ouvir a sua voz. A eles, ao futuro da nossa Pátria, dedico esta vitória. Lutem pelo vosso futuro. Terão em mim um aliado.

Sou um português de trabalho e de palavra, um Presidente do povo. Orgulho-me das minhas raízes e do espírito em que fui formado: o espírito do trabalho, da honestidade e da verdade. Nunca vendi ilusões aos Portugueses nem prometi o que não podia cumprir. A minha força vem do povo e, no quadro das compe-

tências constitucionais do Presidente da República, irei utilizá-la em benefício de Portugal inteiro.

É grande e muito exigente a tarefa que temos à nossa frente. Irei exercer uma magistratura actuante para que, num momento tão difícil como aquele que atravessamos, Portugal encontre um rumo de futuro que permita renovar a esperança do nosso povo.

Esta campanha eleitoral, em que percorri todo o País, reforçou em mim a convicção das grandes dificuldades que atravessamos. São muitos os Portugueses em situação social altamente preocupante. Nunca escondi a verdade aos Portugueses e irei continuar a actuar com verdade perante a real situação do país. Esta situação traz-nos novos desafios, que devemos enfrentar unidos, solidários e com grande determinação.

Candidatei-me em nome da esperança porque acredito nos Portugueses. Com a grande vitória desta noite, os Portugueses quiseram mostrar que acreditam no contributo sério e responsável que irei dar para juntos vencermos as dificuldades do presente. A todos vós, que mostraram ter a coragem da esperança, o meu profundo obrigado. Viva Portugal!

Presidente recebe a Associação Sindical dos Juizes Portugueses

Na segunda-feira, após uma longa reunião com o nosso Presidente, Pedro Passos Coelho, o presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), António Martins, falando na Sede Nacional do PSD, considerou que a proposta inicial do Governo para alterar o estatuto dos magistrados colocava em causa o princípio da separação de poderes do Estado.

Falando aos jornalistas no final da audiência, António Martins sublinhou que a reunião não foi pedida para abordar as alterações ao estatuto, mas que esse foi um tema que surgiu durante o encontro.

“O que transmitimos nessa matéria é, da parte dos juizes, a verificação de que houve da parte de todos os partidos da oposição (e o PSD inclui-se nesse grupo), um sentido de Estado e de responsabilidade ao não viabilizarem uma proposta que manifestamente ia procurar funcionalizar os juizes e colocar em causa a separação de poderes soberanos do Estado”, afirmou.

António Martins referiu que o objectivo principal da reunião foi apresentar ao líder do PSD “o relatório de avaliação das comarcas-piloto que a ASJP produziu, com a ideia de implementação de novas comarcas-piloto” e também “uma proposta de melhoria da ac-

ção executiva, que é nos tribunais um grave problema no que diz respeito à sua capacidade de resposta”.

Na sexta-feira da semana passada, o PS e o PSD viabilizaram a discussão na especialidade (sem votação prévia na generalidade e para introduzir melhorias que possam levar à aprovação) da proposta de lei do Governo, que altera os estatutos dos magistrados judiciais e do ministério público.

O diploma vai ser discutido na comissão parlamentar de especialidade por 15 dias com as alterações já propostas pela bancada do

PS, a última das quais entregue sexta-feira ao final da manhã.

O aditamento entregue retira os artigos relativos à progressão nas carreiras e as normas que permitiam a possibilidade de o Ministério Público “por razões ponderosas de serviço” nomear procuradores-gerais adjuntos jubilados para o exercício de funções, em comissão de serviço e mantém as regras relativas à jubilação e aposentação dos magistrados, as únicas com que o PSD já afirmou concordar. – Fonte e foto: Lusa



Comunicado da Comissão Política Nacional

A Comissão Permanente do PSD, reunida em 25 de Janeiro de 2011, procedeu a uma análise das eleições presidenciais e dos seus resultados e, nesse contexto, exprime o seu regozijo pela reeleição do Prof. Cavaco Silva, garantida logo na primeira volta do acto eleitoral. Como é sabido, o PSD empenhou-se nesta campanha, convicto de que o interesse nacional exigia essa reeleição. E registamos, com agrado, que os resultados demonstram que os Portugueses fazem uma avaliação muito positiva do primeiro mandato do Prof. Cavaco Silva, conferindo-lhe, de forma inequívoca, uma nova legitimidade para os próximos cinco anos.

O PSD está seguro de que o Prof. Cavaco Silva vai manter a linha de actuação a que foi fiel nos últimos cinco anos: uma magistratura isenta e independente, inclusive face àqueles que o apoiaram, e orientada apenas pela preocupação de defender o interesse de Portugal e dos Portugueses. Uma magistratura que continuará a ser um importante factor de coesão e estabilidade e, ao mesmo tempo, um contributo de primeira grandeza para a reaproximação dos portugueses com o sistema político.

Ao longo da campanha muitos actores políticos, incluindo o PSD, chamaram a atenção

para as dificuldades acrescidas que Portugal poderia enfrentar caso o Prof. Cavaco Silva não fosse reeleito. A resposta do País foi clara: num período que se antecipa de grande incerteza e dificuldade, sente-se mais seguro e mais confiante no futuro com a permanência no cargo do actual Presidente da República.

Ao mesmo tempo que se congratula com o sentido dos resultados eleitorais, o PSD quer reiterar que, na sua leitura, as eleições presidenciais não constituem uma espécie de primárias ou de primeira volta das eleições legislativas. Neste sufrágio não foi julgado o Governo, nem foram julgados os partidos da oposição. Quem no País entende que há responsáveis políticos que precisam ser avaliados e, talvez até, dispensados, terá de aguardar serenamente por outros actos eleitorais.

O PSD, no entanto, lamenta profundamente o sucedido com as inexplicáveis falhas no uso do cartão do cidadão, que deixou milhares de eleitores sem poderem exercer o seu direito de voto. Do mesmo passo que elogia o esforço dos autarcas de freguesia que se empenharam em superar estes problemas, o PSD não pode deixar de registar a dificuldade que o Governo exhibe em assumir

responsabilidade política por este falhanço inaceitável numa sociedade democrática e evoluída.

Virada que está mais esta importante página da nossa vida política, Portugal tem agora de se concentrar na discussão, cada vez mais decisiva, de ideias e de projectos para a governação. Temos de ser capazes de encontrar outras opções e novos caminhos que nos permitam retirar Portugal da agonia em que se encontra. É mais do que tempo de nos concentrarmos no essencial: no crescimento, no emprego, na justiça social, na qualidade dos serviços públicos.

O PSD, como maior partido da oposição, vai continuar a assumir, e de forma cada vez mais determinada, aquele que é o seu papel natural: construir uma alternativa política sólida, credível e de esperança. E fazê-lo, não para apanhar a boleia de uma eleição presidencial, mas para ir ao encontro da necessidade sentida pelos portugueses de melhorar as suas perspectivas para futuro e de acreditarem que os sacrifícios que lhes são exigidos, e que estão já a ser sentidos, darão resultados concretos. Porque, desta vez, os sacrifícios realizados têm mesmo de valer a pena.

A reeleição à primeira volta significa uma avaliação positiva do mandato de Cavaco Silva

Na Sede Nacional do PSD, na noite das eleições presidenciais, foi o Secretário-Geral e Porta-Voz do PSD, Miguel Relvas, o primeiro responsável social-democrata a comunicar como Informação, reunida na sala das conferências de Imprensa.

Miguel Relvas, que falou logo após o fecho das urnas, considerou que as projecções de resultados permitiam “dar os parabéns” a Cavaco Silva pela sua reeleição para Belém.

“Das avaliações que podem ser feitas das projecções podemos dar os parabéns ao professor Cavaco Silva pela eleição à primeira volta. O País está também de parabéns. O PSD tem dito da importância da eleição do Presidente da República que se recandidatava”, disse, numa primeira reacção aos resultados das sondagens divulgadas.

A reeleição à primeira volta, com os resultados estimados “significa que é feita uma avaliação positiva do que foi o mandato de Cavaco Silva ao longo dos cinco anos”.

“É importante para Portugal e para o sistema político, e conseguimos que este processo eleitoral se encerre hoje”, disse.

Miguel Relvas sublinhou ainda que esta “não era uma eleição partidária”, mas que o “PSD, os seus dirigentes e os militantes participaram activamente na pré-campanha e campanha”.

“O PSD apoiou de corpo e alma esta candidatura e estamos felizes com o resultado alcançado e a eleição do professor Cavaco Silva”, salientou.

Em resposta a perguntas dos jornalistas, o dirigente social-democrata sublinhou que esta “não era uma eleição para a Assembleia da República” e que “o que estava em causa era a eleição do Presidente da República” e não “uma luta entre partidos”.

“E o PSD sabe separar. Quem está hoje de parabéns é o professor Cavaco Silva”, venceu.

É preciso saber quem foi responsável pela “abstenção forçada” de milhares de eleitores

Miguel Relvas considerou também necessário o “apuramento de responsabilidades” face à existência de “milhares de portugueses que quiseram exercer o seu direito de voto e não o puderam fazer por razões administrativas”.

Numa primeira reacção às projecções de abstenção relativas às eleições presidenciais, Miguel Relvas começou por diferenciar a “abstenção voluntária” da “involuntária” que levou hoje “muitos portugueses a não poderem exercer o seu direito de voto”.

“Houve milhares de portugueses que quiseram exercer o seu direito de voto e não o puderam fazer por razões administrativas que são de lamentar e que esperamos que sejam apuradas responsabilidades. Somos muitas vezes confrontados em Portugal com a realidade de a responsabilidade morrer solteira e o PSD entende que esta explicação tem que ser dada”, disse.

Recordando que a própria Comissão Nacional de Eleições (CNE) “veio reconhecer que este factor teve um papel importante em muitas mesas de voto”, o responsável do PSD salientou que “os responsáveis governamentais deviam ter sabido é que, com a alteração para o cartão do cidadão, seria normal nesta eleição que esta circunstância hoje sucedesse”.

“A questão que se coloca é que milhares de portugueses e juntas de freguesia que tentaram aceder ao site, por sms, telefone ou internet, a verdade é que o sistema tecnológico bloqueou e foi incapaz de dar resposta, levando muitos portugueses a não poderem exercer o seu direito de voto”, reforçou.

Miguel Relvas considerou, por isso, importante o “apuramento de responsabilidades”.

Quanto à “abstenção voluntária”, Miguel Relvas considerou que o fenómeno – que “já aconteceu quando está em causa a reeleição de um presidente” – deve levar os responsáveis políticos a reflectir. O responsável social-democrata afirmou ainda que “só ‘a posteriori’ se pode saber quem sai mais prejudicado com a abstenção”. Ouvido no “Fórum TSF”, Miguel Relvas afirmou que o PSD «não quer a crise pela crise» e que «a grande questão é saber se os sacrifícios vão ou não valer a pena».

O secretário-geral do PSD, sublinhou que o PSD não quer «a crise pela crise», mas se este Governo durar os quatro anos, desafia todas as teorias de ciência política.

«O Governo tem neste momento os instrumentos. O Governo é que vai saber se está à altura, se tem capacidade e se tem competência para cumprir um Orçamento que apresentou ao Parlamento e ao país, como o Orçamento da salvação e não da circunstância», disse.

A grande questão é saber se os sacrifícios vão ou não valer a pena. Esse é o desafio do Governo, mas a Oposição também tem desafios pela frente, dos quais o mais importante é o de construir uma alternativa de Governo que seja capaz de desafiar os sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa, desafiar e seduzir para um projecto nacional».

Por sua vez, na mesma plataforma informativa, o líder parlamentar do PSD, Miguel Macedo, realça que o PSD não é «uma oposição do bota-abaixo», mas «exigente», realçando que os sociais-democratas não têm pressa de chegar ao poder.

«O Governo tem um programa para cumprir e um Orçamento para executar e esperamos, porque esse foi o sentido de voto que fizemos no Orçamento do Estado, que o Governo consiga concretizar esses objectivos», afirmou.

Nestas declarações à TSF, Miguel Macedo destacou também que os elevados níveis de abstenção nestas presidenciais tiveram a ver com uma campanha anormalmente “excessiva”. – Fonte: Lusa, fotos Arquivo PL



Sondagem do “Diário Económico” e “TSF” sobre possível resultado de eleições legislativas dá maioria absoluta ao PSD – 46,1% dos votos



Ainda no dia das Eleições Presidenciais, o “Diário Económico” e a TSF pediram à “Marktest” uma sondagem (barómetro do mês) sobre as intenções de voto dos portugueses, na eventualidade de eleições legislativas, cujos resultados foram conhecidos às primeiras horas do dia seguinte.

Segundo essa sondagem, neste momento o PSD alcançaria a maioria absoluta; e aliado com o CDS, voltariam a ter mais de 50% dos votos

No “barómetro” o PSD alcança a maioria absoluta com 46,1% dos votos, o PS cai para os 26,3% e a CDU, em contra-ciclo com os restantes partidos da esquerda, cresce – mas apenas 1,1 pontos percentuais.

Seguem-se o CDS, que mantém os 7%, e o Bloco de Esquerda que passa de 8,7% em Novembro, para 6% em Janeiro. É este o retrato das intenções de voto que traça o barómetro.

O maior partido da oposição regista, no arranque de 2011, o melhor resultado dos últimos seis meses, o segundo melhor desde que Pedro Passos Coelho foi eleito líder do

PSD. Depois dos líderes dos dois partidos do centro-direita terem admitido, a 4 de Dezembro de 2010, a reedição da Aliança Democrática ou, pelo menos, um entendimento pós-eleitoral, a sondagem da Marktest aponta para uma maioria de 53% de intenções de voto se juntarmos aos 46% do PSD os 7% do CDS.

No que toca à popularidade, o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, foi o que mais subiu, ao ganhar quatro pontos nas opiniões positivas, o que deixa com um resultado positivo de 2,6 por cento.

Sócrates está, neste momento, com um forte saldo negativo. O único político com uma pontuação mais elevada que Passos Coelho é o Presidente da República, com + 14 pontos no índice de imagem. – TSF, Diário Económico

Pela livre escolha do local de voto o Instituto Sá Carneiro lança uma petição “on-line”



Do “Instituto Sá Carneiro” recebemos, com pedido de publicação, a notícia de que aquela Instituição acaba de lançar, pela Internet, uma petição, dirigida à Assembleia da República, a favor da legislação sobre a livre escolha do local de voto, pelos eleitores nacionais. Com gosto o fazemos, como segue:

1. Os signatários, ora peticionários vêm, por este meio e nos termos da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, alterada pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março, e pela Lei n.º 15/2003 de 4 de Junho, e pela Lei n.º 45/07, de 24 de Agosto, solicitar a V. Exa. a apreciação, em plenário da Assembleia da República, da presente petição PELA LIVRE ESCOLHA DO LOCAL DE VOTO.

2. Consideram os peticionários que os cidadãos devem ter direito de escolher não só os políticos que os representam, mas também o local onde votam. Os cidadãos devem poder VOTAR ONDE QUEREM, sem que a imposição do local de voto seja impedimento ao exercício do seu direito cívico.

3. Consideram ainda os peticionários que limitar a liberdade de escolha dos cidadãos de votarem no local por si seleccionado é um incentivo à abstenção

e um obstáculo à participação das pessoas.

4. Os cidadãos devem poder votar onde nasceram, onde vivem ou onde trabalham, sem que esse local lhes seja imposto pelo Estado. Um Estado que valoriza mais imagem do que a eficiência ou produtividade.

5. Consideram ainda os peticionários ser incompreensível que se possa escolher o centro de saúde, o serviço de finanças, mas não o local onde é exercido o seu direito de voto.

6. É incompreensível, igualmente, que quando o novo cartão do cidadão é emitido, automaticamente o direito à escolha do local de recenseamento nos seja amputado.

7. O local de exercício da cidadania deve ser determinado pelo próprio.

8. A livre escolha de local de voto não obriga à alteração do sistema, uma vez que bastaria uma informação oficial do eleitor sobre a sua escolha.

Pedem e esperam o competente deferimento, Os peticionários, (mencionamos apenas o primeiro, que encabeça o documento – PL)

1.º - Mauro Renato Dias Xavier (membro do Conselho de Administração do Instituto Francisco Sá Carneiro)

Os nossos leitores, militantes, simpatizantes e público em geral, podem subcrever a petição em <http://institutosaca-carneiro> – Fonte: I.S.C.

Governo deve alterar portaria do ensino particular e cooperativo



O líder parlamentar do PSD, Miguel Macedo, defende que o Governo deve alterar a portaria que regula os apoios ao ensino particular e cooperativo, considerando que o texto não reflecte as alterações ao decreto-lei.

“Seria muito mau que o Governo tivesse actuado de má fé. Que tivesse publicado uma portaria não tendo em conta a versão final do decreto-lei que foi publicado, mas antes com a versão com que iniciou este processo, que era pior”, afirmou Miguel Macedo, quarta-feira, 19 de Janeiro.

O presidente do Grupo Parlamentar falava aos jornalistas após uma reunião com a direcção da Associação das Escolas do Ensino Particular e Cooperativo, na Assembleia da República. Miguel Macedo admitiu aceitar cortes nos apoios mas “têm que ser sensatos e justos”, entregando à tarde um pedido de apreciação parlamentar do diploma, visando a alteração da portaria que o materializa.

O Governo alterou o decreto-lei mas “não mexeu um milímetro” na portaria, publicada um dia após o decreto-lei. “O que se passa aqui é que o Governo quer cortar três vezes mais do que faz para outros estabelecimentos de ensino os apoios de que carecem os alunos e os projectos educativos”, disse.

Por outro lado, considerou Miguel Macedo, “não foi devidamente avaliado o risco que se corre de muitos professores” irem para o desemprego. “Todas estas matérias deviam levar com sensatez o Governo a reponderar os termos em que publicou a portaria que materializa o decreto-lei que aprovou”, reiterou.

“Não há Autoridade da Concorrência”, acusa José Eduardo Martins



Na sequência de uma declaração política sobre o aumento dos preços dos combustíveis, o deputado José Eduardo Martins lembrou que as perguntas colocadas devem ser dirigidas à Autoridade da Concorrência (AdC), “um regulador que devia funcionar de forma independente e responder a boa parte das dúvidas”.

O social-democrata perguntou aos deputados se conhecem alguma medida que não seja o terror dos reguladores serem

demitidos, se disserem alguma coisa contrária ao Governo. Para o deputado, basta comparar os preços nas bombas para se perceber que “não há regulação e não há autoridade da Concorrência”. Face a esta realidade, José Eduardo Martins recordou que o PSD apresentou uma proposta para que os membros das entidades reguladoras fossem nomeados de forma independente, à semelhança do que acontece nos outros países.

PSD congratula-se com recuo na proposta sobre estatuto dos magistrados

Miguel Macedo congratulou-se com o facto de o PS ter retirado da proposta sobre o estatuto dos magistrados judiciais e a “todas as matérias, sem excepção”. “O PS expurgou do texto que foi apresentado à Assembleia da República todas as matérias sem excepção que não tinham a ver com estas duas questões [da jubilação e aposentação]”, afirmou Miguel Macedo.

Miguel Macedo declarou que “estão evidentemente excluídas” da discussão todas as matérias que não se refiram à jubilação e aposentação dos magistrados. No entanto, o líder parlamentar do PSD admitiu ainda discutir se é ou não necessário incluir no texto final alguma norma para garantir que “não existe qualquer dificuldade” no provimento de vagas nos tribunais superiores.

“Mas isso vai depender das audições que em sede de comissão vão ser feitas com o Conselho Superior das Magistraturas, mas sobre isso logo se tomará a posição definitiva”, afirmou.

Pedro Lynce acusa o PS de ter estado 60 meses sem falar de agricultura



Pedro Lynce acusa o PS de ter estado 60 meses sem falar de agricultura

Pedro Lynce entende que foi com “imenso gosto” que ouviu a banca do PS a falar de agricultura. Para o deputado, há mais de 60 meses que não ouvíamos o PS a falar deste sector. O vice-presidente do Grupo Parlamentar alertou, uma vez

mais, para os atrasos e erros ligado ao PRODER e perguntou aos deputados do PS quais serão as consequências previsíveis para o sector leiteiro com o fim das quotas leiteiras.

A concluir a sua intervenção, Pedro Lynce referiu-se ao desligamento das ajudas nas zonas desfavorecidas. Segundo o parlamentar, “che-

gámos à conclusão que um dos objectivos era evitar a desertificação, mas o que vemos é que essa desertificação continua a aumentar”.

Miguel Macedo quer apurar responsabilidades sobre “colapso” na votação para as Eleições Presidenciais



Miguel Macedo anunciou que o PSD vai chamar o ministro da Administração Interna ao Parlamento para “apurar responsabilidades” sobre os problemas registados no exercício do voto para as Eleições Presidenciais. Numa declaração na sede nacional, o presidente do

Grupo Parlamentar “ considera que aparentemente foi lançado um “novo programa do Governo: o programa ‘colapso agora’”.

Miguel Macedo sublinhou, de resto, que o problema registado, no Domingo, é uma reedição em versão alargada dos percalços registados no passado. “Houve problemas no ano passado quando se realizaram eleições. Desta vez aparentemente esses problemas foram muito mais alargados – o que se percebe, entretanto houve aparentemente ao lançamento de um novo programa do Governo que foi o programa ‘colapso agora’”, ironizou.

Durante “muitas horas”, apontou, “inexplicavelmente os cidadãos não tiveram acesso à informação que devia estar disponível para saber o local onde deviam votar e evidentemente esta questão merece total esclarecimento, não só para que não se repita, como para se poderem apurar as responsabilidades que neste caso couberem”.

“A estratégia de combate à violência nas escolas não pode esgotar-se na adopção de medidas repressivas”

Francisca Almeida criticou a proposta de lei do Governo que visa criar o crime de violência escolar. Segundo a deputada, “para quem esteve no debate sobre violência escolar, neste mesmo Plenário, esta iniciativa é surpreendente” porque, acrescenta, nessa altura o secretário de Estado da Educação afirmou que lhe preocupava a visão “exclusivamente centrada na punição”, mas agora é essa visão que consta da proposta do Governo. “Da nossa parte, a nossa posição está assumida, a estratégia de combate à violência nas escolas não pode nem se deve esgotar na adopção de medidas repressivas, mas sim convocar todos: professores, alunos, funcionários e famílias”.

A deputada entende que é fundamental que as escolas tenham equipas multidisciplinares “que previnam, sensibilizem, identifiquem e acompanhem manifestações de violência”. A parlamentar reconhece que o PSD não vê nesta proposta uma resposta milagrosa para o problema da violência nas escolas. “O PSD participará na discussão destas propostas mas acima de tudo estaremos vigilantes, nesta Assembleia, exigindo do Governo uma política integrada de combate à violência escolar, para que não se fique por aqui e não se privilegie o acessório em detrimento daquilo que é verdadeiramente essencial”, declarou.

PSD quer reposição do Metro do Mondego



A deputada do PSD, Rosário Águas, apresentou um projecto de resolução que visa a reposição da ligação ferroviária Coimbra-Serpins e o Metro Ligeiro do Mondego. A deputada começou por saudar os petiçãoários e o movimento de cidadãos que se uniram em torno da obra do Metro Mondego.

Segundo a deputada, "após quinze anos de estudos, projectos e muitos milhares de euros gastos o XVI Governo lançou em 2004 um concurso de concepção construção para o Metro Ligeiro de Superfície que haveria de requalificar todo o sistema de mobilidade da região. Só que, logo no ano seguinte, em 2005, o

Governo Sócrates não concorda com a solução anula o concurso rasga o projecto e volta tudo a estaca zero. Depois, Ana Paula Vitorino constrói uma nova solução, uma solução quea entende melhor, mais moderna e economicamente viável. Só que o tempo foi passado: passou o ano de 2005, 2006, 2007, 2008 2009. Foram cinco anos de Governo a conceber e nada aconteceu", lamentou a deputada.

Ora, no dia 18 Janeiro de 2010, fez exactamente um ano, que "começou a destruição da linha existente e da suspensão do serviço ferroviário". Para Rosário Águas, "este é um caso gravíssimo de destruição de património público, de desperdício de dinheiros públicos e um péssimo exemplo de falta de ética".

Mais de mil pessoas manifestaram-se quarta-feira, 19 de Janeiro, junto à Assembleia da República para contestar a paralisação do projecto Metro Mondego, iniciativa que contou com o apoio das Câmaras Municipais de Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra, as quais estiveram representadas pelos respectivos autarcas.

Vila do Conde

Autarquia aumenta tarifas da água em 11 por cento

A Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD manifesta estupefacção e pede esclarecimentos face a informações relativas ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), nomeadamente ao Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém. No dia 20 de Dezembro de 2010, consumou-se pelo Conselho Directivo do IEFP, a dita "reorganização" interna do Instituto, que, vem consumir, ao que tudo indica, o início do fim do Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém, suspendendo todas as novas acções de formação que estão previstas arrancar em 2011.

De acordo com o PSD/Setúbal, esta decisão, à semelhança de outras tomadas por este Governo, denota insensibilidade política e social e falta de estratégia territorial. A confirmar-se a decisão, o distrito de Setúbal deixou de estar numa situação de "miopia política", para passar a um estado de completa "cegueira política".

O Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém é, desde há muito, o Centro de Formação Profissional de Gestão Directa do IEFP que mais contribui para a execução da Delegação Regional do Alentejo. No ano de 2010 envolveu nas suas acções de formação cerca de 3300 formandos - um número de enorme relevância -, sendo que este Centro de Formação apresenta uma taxa de empregabilidade considerável.

Situado à porta do Complexo Industrial de Sines e, geograficamente, próximo dos investimentos turísticos da orla costeira do Litoral Alentejano, este Centro representa um vector de desenvolvimento com inigualável importância estratégica. O Centro de Formação de Santiago do Cacém tem cerca de 35 funcionários com vínculo laboral permanente e cerca de 100 colaboradores em regime de prestação de serviços.

A Distrital de Setúbal do PSD lembra que, tal como tem acontecido na saúde, na educação

do ensino básico, nos transportes, bem como noutras áreas, esta, parece, mais "uma medida sem sentido, desgarrada, ausente de estratégia e acima de tudo despreocupada com os resultados negativos e irreversíveis que a tomada de decisão pode acarretar".



Constância

PSD exige o cumprimento do protocolo de reparação da ponte local



Na discussão da petição que solicita a reabertura e reparação da ponte sobre o rio Tejo em Constância e Vila Nova da Barquinha, apresentada pela Comissão de Utentes Unidos pela Ponte, o deputado Vasco Cunha recordou que, apesar da sua pequena dimensão, aqueles municípios do distrito de Santarém conseguiram recolher mais de 6 mil assinaturas nesta petição.

O deputado lembra que, no dia 21 de Julho de 2010, a REFER decidiu encerrar a circulação no tabuleiro rodoviário da ponte, por considerar que a mesma não reunia as condições mínimas para o trânsito. Este encerramento, acrescenta o deputado, separou o concelho de Constância ao meio, obrigando a população a fazer dezenas de quilómetros até às pontes de Chamusca ou de Abrantes. Na opinião de Vasco Cunha, em causa está toda a organização social, em particular do concelho de Constância.

Vasco Cunha afirmou ainda que o PSD compromete-se a exigir o cumprimento integral do protocolo assinado entre as Câmaras, REFER e Estradas de Portugal.

Berta Cabral defende mais estabilidade e menos experiências na Educação



Berta Cabral defende mais estabilidade e menos experiências na Educação

A presidente do PSD/Açores adverte “que têm sido feitas experiências a mais no sistema de ensino”, realidade essa que “tem impedido a desejada estabilidade do sector educativo, afectando negativamente os professores, bem como o melhor rumo dos programas e das opções pedagógicas”.

Segundo Berta Cabral, que visitou a Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, em

Angra do Heroísmo, “o sistema de ensino precisa de alguns ajustamentos, essa é uma opinião unânime e sendo que isso não é exclusivo da região, mas o facto é que tem havido um conjunto de experiências que vão impedindo a ansiada estabilidade e, nesse campo, ter os professores com a seu lugar definido e garantido é uma prioridade absoluta”.

Um das questões na ordem do dia é a precariedade de emprego entre os professores. Para Berta Cabral, deve ser feita uma defesa dos direitos dos professores de forma a que, com condições de trabalho garantidas, eles possam prosseguir o importante papel de educadores, pois na escola vivem-se os problemas reais e é na escola que os mais novos podem e devem integrar-se na sociedade.

A líder social-democrata regional destaca também a importância do ensino na construção da sociedade do futuro, defendendo que “é fundamental a criação do estatuto do aluno, é fundamental dar autoridade aos professores

e fazer com que as nossas crianças tenham valores, tenham referências e tenham responsabilidades. Deveres e obrigações a cumprir são pressupostos que irão construir uma sociedade melhor, mas com o ponto assente de que a educação também tem de vir de casa”, assegurou.

Berta Cabral afirmou ainda que “os alunos devem, desde novos, perceber a importância da participação cívica”, referindo também que “estamos em vésperas de eleições, e os nossos jovens, os que já tem idade para isso, devem ser alertados para a importância de votarem e de, assim, participarem na construção dessa sociedade melhor que todo queremos”.

Confrontada com o desempenho da actual secretária regional da educação, a líder social-democrata declarou que “efectivamente, não temos a melhor secretária da educação, mas também não temos o melhor governo”.

Protecção da orla costeira de São Jorge “não está a ser bem gerida”



Protecção da orla costeira de São Jorge “não está a ser bem gerida”

O PSD/Açores denuncia a falta de projectos para a protecção e requalificação da orla costeira na ilha de São Jorge, particularmente no

concelho da Calheta, onde essa tem sido uma preocupação constante das populações e do município, “padecendo da falta de uma gestão mais eficaz”, anunciou o deputado Mark Marques.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata critica “a ampla legislação criada em torno dos problemas da orla costeira e do ordenamento do território, nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores e o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge”, considerando que “apenas têm servido para emperrar e dificultar o desenvolvimento e o bem-estar das populações residentes nas orlas costeiras, não acudindo em seu benefício”.

Especificando que “falar da ilha de São Jorge, e falar na orla costeira, é falar das suas fajãs, daí que seja urgente ter projectos específicos para as particularidades da ilha, pois há situações que não estão, de todo, salvaguardadas”, Mark Marques salienta que “a zona do Baixio, a Rua do Portinho e a Rua Manuel Machado Pacheco, na Fajã Grande, são áreas muito sensíveis e que, ao longo dos anos, têm visto o mar a entrar nas habitações durante o Inverno, sobretudo na Rua do Portinho”.

O parlamentar quer saber “se o governo regional tem conhecimento desta situação e para quando prevê a protecção das referidas zonas, uma vez que sendo obras que só se fazem no Verão, devem programar-se no Inverno”.

PSD demarca-se da acção camarária no processo de requalificação da Praça Velha

Os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo demarcaram-se do que consideram ser “um processo fingido de participação pública”, numa referência “à apresentação, feita pela autarquia, do projecto de requalificação urbana na Praça Velha, uma iniciativa sobre a qual não fomos ouvidos e que

nos foi transmitida como um dado adquirido”, disse o social-democrata António Ventura.

“Fomos novamente surpreendidos com a apresentação de uma intervenção sem que pudéssemos dar a nossa opinião sobre o assunto”, referiu, explicando que “o projecto apresentado mereceu a nossa discordância, e

estamos a neste momento dar voz à insatisfação de muitos cidadãos, que nos procuraram indignados pelo tipo de intervenção que vai ser executada”, avançou o autarca.

De acordo com o vereador, “é preciso rever a intervenção, é preciso dar forma a uma mudança que seja o mais consensual possível”.

Mário David pede ao Presidente egípcio comutação da pena de morte



O eurodeputado social-democrata português Mário David, Vice-Presidente do Partido Popular Europeu e Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com os Países do Maxerque, endereçou um pedido, ao Presidente Hosni Mubarak e à autoridade suprema religiosa do Egipto, o Grande Mufti, de comutação da pena de morte a que foi sentenciado Mohamed Ahmed Hussein, condenado pelo Supremo Tribunal de Emergência de Segurança do Estado, pela morte de 6 Cristãos Cop-

tas e um polícia Muçulmano à porta da Igreja de Nagaa Hammadi a 6 de Janeiro último.

Este crime ocorreu 5 dias depois do assassinato de 23 Cristãos Cop-tas no ataque bombista à Igreja de Alexandria no primeiro dia do ano, veementemente condenado pelas autoridades civis e religiosas do Egipto, bem como pela sua opinião pública.

As condenações do Supremo Tribunal de Emergência não são passíveis de recurso mas têm que ser ratificadas primeiro pelo Grande Mufti e depois pelo Presidente da República, que as podem manter ou comutar.

Aguardam-se ainda para 20 de Fevereiro as sentenças de 2 alegados cúmplices de Hussein. Na sua carta Mário David refere que "apesar do crime hediondo perpetrado, os valores que partilhamos consideram também intolerável a pena de morte" e que "os radicalismos religiosos e a violência sectária têm que ser combatidos doutra forma, através da tolerância e convivência pacífica entre as várias comunidades, e da garantia de segurança das várias minorias" - Gab. Mário David

O dinamismo do PSD/Madrid afirma-se no seu actual projecto

No final de 2010 o PSD/Madrid voltou a reunir, afirmando a persistência e dinâmica do projecto levado a cabo pelo grupo de militantes e apoiantes que residem na capital espanhola. Depois de, no dia 7 de Julho ter reunido com o Presidente do Partido, Pedro Passos Coelho e o Secretário-geral, Miguel Relvas, o PSD/Madrid realizou um encontro "informal" com o Deputado e Coordenador do Secretariado de Emigração nos órgãos nacionais do PSD, José Cesário.

Os objectivos do encontro passariam por oficializar a criação do PSD Madrid e discutir o seu futuro, que passa pela criação de sinergias com PSD nacional. Outro e não menos importante ponto a referir foi a conjectura de

um possível plano de actuação com o PP e, por isso, encetam-se, agora, contactos com o aquele partido espanhol, numa tentativa de aprofundar as relações Ibéricas e aproximar-se cada vez mais das altas Instituições Hispânicas.

Ao projectar a imagem de Portugal no seu maior parceiro económico, pretende-se criar um espaço de debate, onde os Portugueses, que neste momento fazem da sua pátria o país vizinho, possam participar e apoiar nas dificuldades que, neste momento, o estado Português defronta.

Mostrando-se animado com a iniciativa, José Cesário não se poupou a elogios e destacou a "força da juventude que arranca e dinamiza o

PSD Madrid".

Os contactos do PSD/Madrid, para todos os que possam ter interesse em saber mais ou em participar num próximo encontro, são: psdmadrid@gmail.com, <http://twitter.com/psdmadrid> e/ou www.facebook.com/psdmadrid - Gab. J. Cesário



PSD quer representação no Conselho Nacional de Educação dos portugueses que vivem no estrangeiro

O PSD defende que os portugueses a viver no estrangeiro devem estar representados no Conselho Nacional de Educação e apresentou uma proposta nesse sentido.

O deputado social-democrata José Cesário explicou que "as questões da Educação não se referem só aos portugueses que estão em Portugal", mas também aos outros, ou porque querem regressar ao País, ou porque são atingidos directamente por essas medidas. O Conselho Nacional da Educação pronuncia-se sobre os principais diplomas e as políticas de toda a Educação portuguesa, desde a Lei

de Bases do Sistema Educativo até à questão dos currículos, dos programas, das equivalências, da organização da rede, especificou. "Por isso, muitas destas medidas têm "implicações claras com os cinco milhões de portugueses que estão fora de Portugal".

Neste contexto, o PSD defende que "haja pessoas das Comunidades, neste caso, a indicar pelo Conselho das Comunidades Portuguesas, que participem nestes debates, de forma que os pareceres que sejam elaborados correspondam ao sentimento de 15 milhões e não ao sentimento de 10 milhões" de portugueses.



Os cortesãos cegos...

João César das Neves (*)

Vivemos numa sociedade oficialmente livre-pensadora, sem tabus, preconceitos ou dogmas. Estão criadas as condições para os tabus mais acéfalos, preconceitos mais avassaladores, dogmas mais totalitários, por não existir sequer a disposição para reconhecer essa possibilidade.

Um dos contos mais geniais da literatura revela onde pode chegar a cegueira ideológica. Publicado na colectânea medieval espanhola El Conde de Lucanor de 1335 (Exemplo XXXII - de lo que condesció a un Rey con los burladores que ficieron el paño), foi vulgarizado por Hans Christian Andersen como As Roupas Novas do Imperador (Kejserens nye Klæder) em 1837. Os cortesãos, a quem foi dito que o tecido do traje do imperador é invisível a quem não é filho de seu pai, estão dispostos a exaltar a beleza das vestes, sem conseguirem admitir que o rei vai nu. Sintomaticamente, na versão de Andersen, quem não vê as roupas é estúpido ou incompetente, mas na Idade Média interessava mais a família que a competência.

Não faltam exemplos desta cegueira. Há anos assistiu-se à derrocada do glorioso paraíso colectivista da União Soviética que tantos louvaram acéfalamente durante décadas. Antes desfizera-se o mito da supremacia da raça ariana. Mas a sociedade sem tabus tinha de ter uma obsessão ainda mais infantil. O nosso dogma é a equivalência entre os estilos de vida.

Todas as civilizações e culturas sempre souberam que a família, onde as gerações se unem e sucedem, amando-se, educando-se, sustentando-se, perdoando-se, constitui a base da sociedade. Sempre houve alternativas, avaliadas de forma diferente nas várias culturas, mas nenhuma as viu como semelhantes à célula vital. A cultura ocidental contemporânea é a primeira que tenta negar a evidência. Começa logo por não ser possível sequer falar de família. Agora é "família tradicional", porque alegadamente há várias. E aqui o adjectivo é pejorativo. Depois, um portentoso aparato mediático, filmes, televisão, revistas, livros, jornais, lança-se numa campanha de propaganda massiva a favor das alternativas, adultério, divórcio, promiscuidade, concubinato, perversão, deboche, etc. É tudo excelente. A origem desta tese aberrante é compreensível. As gerações anteriores, defendendo ferozmente a família, costumavam desprezar quem vivia nessas alternativas. Isso é inaceitável, porque todos devem ser respeitados, qualquer que seja a sua opção. Mas uma coisa é respeitar as pessoas, outra é respeitar as opções. Aí surgiu o erro que gerou o actual tabu. Todos respeitamos e cuidamos dos doentes, mas ninguém acha que a doença é igual à saúde. Aliás, precisamente por estarem a sofrer, os doentes são ainda mais acarinados que os demais, por viverem pior. As disfunções familiares são doenças sociais. Sem desprezar ou censurar os que as sofrem, deveriam ser acudidos e respeitados, trazendo-os à condição saudável.

Em vez disso assistimos a um delírio de argumentação que, partindo de um conceito distorcido de autonomia pessoal, exalta aquilo que traz infelicidade, miséria, desgraça. Porque, vale a pena lembrar, até em termos agregados são já visíveis os resultados desta atitude. Todos reconhecem que, naturalmente, a sociedade ocidental se encontra em decadência demográfica, política, social e moral. Porque defender a família é considerado conservador, e o contrário de conservador é destruidor.

Apesar disso, as luminárias contemporâneas estão dispostas aos maiores malabarismos para sustentar o axioma de equivalência contra qualquer evidência. Trata-se de um tabu absoluto e indiscutível: cada um vive como quer e ninguém tem nada com isso. Hoje, discute-se e critica-se tudo, a todos os níveis, menos aquilo que na nossa vida é mais influente sobre todos.

Quando surgem as tragédias, inevitáveis em estilos de vida desviantes, aparecem logo alcateias de comentadores para assegurar que o sucedido nada tem a ver com a perversão ou a opção de género, porque coisas dessas acontecem em todo o lado. Como os cortesãos de Andersen, nem se dão conta do seu ridículo. - (*) **Professor Universitário, cronista DN, nãohaalmocosgratis@fcee.ucp.pt**



"Metralhadora Cavaco"

João Pereira Coutinho (*)

Fernando Nobre tinha razão: só uma bala o impediria de chegar a Belém. Houve bala. Chama-se Cavaco Silva e, pelos números conhecidos, talvez seja melhor falar de uma rajada. Primeiro, Cavaco ganhou à primeira volta.

Segundo, Cavaco ganhou à primeira volta em todo o País, Beja incluída. Já não há respeito, camaradas?

Terceiro, Cavaco ganhou onde a abstenção foi igualmente elevada. Cai por terra a ideia fantasmagórica de que a abstenção penalizava Cavaco, uma teoria da conspiração que autoriza outra: terá sido por isso que os 'cartões do cidadão' não funcionaram como deviam? Mistério.

Quarto, e talvez mais importante, Cavaco ganhou porque foi o único candidato. O que não significa que tenha corrido sozinho. Significa, aliás, o oposto: Cavaco chega a Belém depois de ter sido o saco de pancada dos restantes candidatos, com a excepção do citado Nobre. Os portugueses não gostam de pancada. Não é por acaso que Defensor Moura é reduzido a pó e Alegre à sua real insignificância.

Durante meses, expliquei que Alegre caminhava para o desastre. Nunca imaginei que o desastre pudesse ser tão completo: com o apoio do PS e do Bloco, o Alegre de 2011 perderia para o Alegre de 2006. É preciso dizer mais? Pouco mais. Excepto para avisar que a Direita deve moderar a excitação. Vêm aí eleições antecipadas? Cavaco disse e redisse que cabia ao Parlamento fiscalizar o executivo. Tradução: varrer Sócrates não será um trabalho presidencial. A menos que a paralisia do regime e a degradação da economia, com a visita do FMI, obriguem este novo Cavaco a enterrar a moderação do velho. São as vantagens de se nascer duas vezes. - (*) **Professor Convidado na UC, cronista no @CM**



Eleições presidenciais

Ângelo Correia (*)

Como se previa, as eleições presidenciais não alteraram os poderes existentes, introduzindo apenas alguns novos parâmetros.

O primeiro respeita às relações entre a Presidência e o Governo, na medida em que as tensões entre esses órgãos de soberania, inéditas durante praticamente cinco anos, revelaram uma dimensão, sobretudo da parte de Cavaco Silva, que prefiguram períodos de convivência mais difícil. A passagem do conceito de "cooperação estratégica" para o de "magistratura interventiva" é significativa, não determinando automaticamente ataques irrazoáveis do Presidente, mas fixando ao Governo do Engº Pinto de Sousa um grau de "tolerância zero". O Primeiro-Ministro não pode pois falhar, nos termos referenciais que o Presidente perfilhar.

O segundo respeita ao PSD e em menor grau ao CDS. É certo que contribuíram para a vitória do Presidente Cavaco Silva, mas não podem exibir qualquer troféu. Aliás, a liderança social-democrata já afirmara não dever ou querer fazer depender da vitória de Cavaco uma alavancagem para uma eventual futura conquista do executivo. Estes partidos continuam a saber que, para esse efeito, também não dependerão do resultado de qualquer moção de censura, mas, tão somente, ou de um desastre governamental, ou do seu merecimento pela forma como convencerem os cidadãos da qualidade da equipa que apresentarem, e dos programas e ideias que protagonizarem.

A terceira respeita ao PS. Nas eleições, dividiu-se sobretudo entre Alegre e Nobre, e, até à realização de eleições legislativas, oscilará entre a evidência da sua divisão interna e a necessária unidade forjada pelo medo da perda do poder. Entre a firmeza/obsessão do Engº Pinto de Sousa e a partição revelada, desgastante da vontade partidária, o PS balanceará até à queda final. Não pode contudo escamotear a sua derrota. Sai mal da escolha que fez, e do tipo de campanha que permitiu ao seu candidato.

A quarta tem que ver com a importância revelada pelo "politicamente incorrecto". Os votos em Nobre, que se revelou uma surpresa, quer pela consciência cívica que protagonizou, quer pelo resultado que obteve, não traduzem adesão ou entusiasmo por novas propostas, apenas cansaço e desilusão pelo caminho que Portugal trilha e a recusa de muito eleitorado em votar Cavaco ou Alegre.

Após estas eleições, ficamos quase na mesma, talvez um pouco piores. Não se justificou tanta atenção que o País lhes dispensou. Talvez seja útil pensar se vale a pena realizá-las para escolher alguém que afirma que tem tão poucos poderes. - (*) **Empresário, Engenheiro Químico**

Cartas e Mensagens ao PSD

Uma emoção compreensível...

Uma emoção compreensível...

Olá amigos do PSD e de Cavaco Silva: cá estou novamente falar da nossa vitória. Então eu não disse que estava próxima? Foi um êxito o nosso Presidente que é e será o presidente de todos nós.

As calúnias que inventaram e tudo o resto... passaram! Neste momento estou a ouvir o nosso Presidente no CCB e estou com as lágrimas nos olhos desejo-lhe muita sorte e o mesmo para os amigos e companheiros do nosso PSD. – abiliojosevieira@sapo.pt

Outra mensagem que vem do coração...

Outra mensagem que vem do coração...Neste momento estou a ouvir o nosso Presidente no CCB e estou com as lágrimas nos olhos desejo-lhe muita sorte e o mesmo para os amigos e companheiros do nosso PSD. – abiliojosevieira@sapo.pt

Não deixem o ME deturpar as boas intenções do Presidente!

Estando prevista a apreciação parlamentar do diploma que regulamenta o financiamento das escolas particulares e cooperativas com contrato de associação (EPCCA), venho manifestar a minha esperança de que não deixem acontecer algo de semelhante ao que sucedeu com a aprovação do diploma pelo Presidente da República, ou seja, que não haja qualquer margem de manobra para que o Ministério da Educação possa deturpar, de novo, as boas intenções do Presidente. Além da questão do financiamento que vai estrangular estas escolas, há que não esquecer outros aspectos: se o ensino obrigatório se estende a 12 anos, um Pai que escolha uma escola com um determinado projecto educativo deve ter a garantia que o seu educando possa realizar a sua escolaridade obrigatória na escola que escolheu, desde que assim o entenda. Assim, a questão dos contratos plurianuais ou por ciclos deve ficar clarificada quanto à sua duração. Outro aspecto, prende-se com a maior oferta de escola estatal que, segundo o sr Secretário de Estado da Educação permite descartar as EPCCA; estas escolas fazem parte da rede pública e das cartas educativas dos municípios; se a lei afirmava que não deveriam ser construídas mais escolas onde houvesse oferta pública educativa por parte destas escolas, quem não foi cumpridor e zeloso com o interesse público foi o Estado. Vamos agora assistir ao definhamento das EPCCA que cumpriram o seu dever e serviram o País e as comunidades onde se inserem com qualidade e, muitas, há mais de 30 anos?

Se houver casos de abuso e má gestão que se investigue e puna os incumpridores!

Os deputados devem avaliar muito bem todas estas incidências e garantir que uma eventual redefinição na questão do financiamento não seja impeditiva de uma decisão justa nos outros aspectos e que garanta o serviço destas escolas à sua comunidade. Corremos o risco de que a área de influência destas escolas não seja mais do que os habitantes da mesma rua, já que o Estado decidiu, contra a lei, construir escolas nas outras ruas todas da freguesia, sem necessidade.

Disponível para contribuir na resolução desta crise, mas de forma equitativa, desejo aos parlamentares do PSD um bom trabalho com sentido de justiça.

Estarei (estaremos) atentos e, particularmente, ainda acredito que poderei assistir a uma governação baseada na verdade e no diálogo. Este é um tempo em que, por muito dura que seja, a verdade, seja mais bem entendida e premiada pelo eleitorado do que a habitual governação pelas ou para as sondagens.

Este é o momento! Não o desperdicem.

Diz o artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “Aos Pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos”. E o artigo 16.º da Constituição da República Portuguesa afirma que os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com esta Declaração Universal dos Direitos do Homem. Porque não são cumpridos estes preceitos? - Fernando Adão da Fonseca, Presidente do “Fórum Liberdade de Educação”

Onde estão as “oportunidades” de que o Governo nos fala?

Escrevo no sentido de incentivar a que continuem a lutar por uma economia justa e que crie oportunidades aos jovens, e às pessoas que de facto querem trabalhar e mostrar o seu valor.

Sou um jovem de 26 anos, licenciado em Gestão Hoteleira pela Universidade do Algarve. Já trabalhei em várias áreas, incluindo no estrangeiro. Estive em Departamentos de RH, e estagiei gratuitamente em Departamentos Financeiros. Cheguei neste momento a um ponto da minha vida em que não consigo encontrar trabalho. Desespero na luta por uma oportunidade, e nem consigo a possibilidade de abrir o próprio negócio, devido à actual situação de negação bancária.

Não me oferecem trabalho, dizendo que pretendem pessoas com mais experiência. No entanto, ninguém me quer ajudar a adquirir essa experiência. Que estranho dilema!

Por favor, lutem para mudar a situação do nosso País. Têm o meu apoio, e decerto o de todos os jovens licenciados sem trabalho, que têm cursos feitos ao dia se semana e sem “cadeiras de fax”, para recuperar o Portugal que o Sr. Sócrates enterrou em dívidas e falta de competitividade.

Ajudem que a minha geração deixe de ser a geração sem futuro, e possa ficar conhecida como a “geração da recuperação”. – ruicosta_7@hotmail.com

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Abrantes, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2011 (sábado), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua de S. Pedro, nº 12, 1º, em Abrantes, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único:

- Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

- As listas de candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia respectiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do respectivo órgão, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas as 21h00 e as 23h00.

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 17 de Fevereiro de 2011 (Quinta-Feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Clube de Campismo do Concelho de Almada, nº 6 - A, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Contas de 2010

3 - Análise da situação política

ALMODOVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almodôvar, para reunir no próximo dia 04 de Fevereiro de 2011, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Pequeninina, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política e dos resultados das eleições presidenciais

3 - Apreciação e votação das contas de 2010 e orçamento de 2011

4 - Outros assuntos

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arcos de Valdevez para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro de 2011, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede do Partido, no Centro Comercial Norte Vez (Cave), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Ratificação da decisão da Comis-

são Política de Secção relativa ao cargo de Tesoureiro

3 - Discussão e votação das contas relativas ao ano 2010

4 - Análise da situação política nacional e local

BAIRRO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Bairro, concelho de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2011, (sábado) pelas 15h00, na sede do PSD do Bairro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 18h00

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Castelo de Paiva, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 25 de Fevereiro de 2011 (sexta-feira), pelas 20h00 nas instalações da ACICP - Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, sita na Rua Prof. Egas Moniz, freguesia do Sobrado, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h00 às 23h00

**LISBOA AML / DISTRITAL
ELEIÇÃO DAS ESTRUTURAS
MUNICIPAIS**

Em ordem ao cumprimento das alterações estatutárias aprovadas no XXXII Congresso do PSD, de 13/14 de Março de 2010, e nos termos do artigo 67º dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, convoco os militantes com capacidade eleitoral activa, dos concelhos de Lisboa, Loures, Oeiras e Sintra, para reunirem nas suas Secções, no próximo dia 28 de Fevereiro de 2011 (segunda-feira), pelas 18h00, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: - Eleição das estruturas municipais:

- Mesa da Assembleia de Secção

- Comissão Política de Secção

Notas

- As urnas estarão abertas em cada uma das (actuais) Secções daqueles concelhos, na segunda-feira, dia 28 de Fevereiro de 2011, das 18h00 às 24h00, sem prejuízo da eventualidade de prorrogação excepcional, prevista no art.º 9º, nº 4, do Regulamento Eleitoral.

1. As listas de candidatura deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do dia 25 de Fevereiro de

2011, na Sede Distrital, que estará aberta para esse efeito.

LOCAIS DE VOTAÇÃO

Concelho de Lisboa

SECÇÃO A

R. República da Bolívia, 53 1º Esq 1500-544 Lisboa

SECÇÃO B

Campo Pequeno, 16 - 3º 1000-079 Lisboa

SECÇÃO D

R. Luciano Cordeiro, 116, 2º Esq. 1050-140 Lisboa

SECÇÃO E

R. Forno do Tijolo, 71 - 3º 1170-134 Lisboa

SECÇÃO F

R. Aliança Operária, 66 A 1300-049 Lisboa

SECÇÃO G

R. do Lumiar, 65-A - 1750 -161 Lisboa

SECÇÃO H

R. Manuel dos Santos, Lt 21 A S/cave 1900-317 Lisboa

SECÇÃO I

R. da Assunção, 42 - 2º salas 8/9 1100-042 Lisboa

SECÇÃO ORIENTAL

R. Manuel dos Santos, Lt. 21 A S/cave 1900-317 Lisboa

Concelho de Loures

LOURES

Largo Tristão Vaz Teixeira, 5 C Parque Residencial do Almirante 2660-204 Sto António dos Cavaleiros

MOSCAVIDE

R. Maria do Rosário Patacão, 4 - r/c Dto. 1885-056 Moscavide

Concelho de Oeiras

ALGÉS

Av. Carolina Michaelis, loja 37, 2795-053 Linda-a-Velha

OEIRAS

Largo Avião Lusitânia, 15, 2780-203 Oeiras

Concelho de Sintra

ALGUEIRÃO

R. do Moinho, 22 - 2725-095 Mem Martins

CACÉM

Av. dos Bons Amigos, 37 - 1º C 2735-077 Cacém

PERO PINHEIRO

R. das Eiras, 11, Pedro Pinheiro

QUELUZ

R. D. Pedro IV, 28 Loja A 2745-200 Queluz

RIO DE MOURO

R. das Malvas, 10, loja Superior Esq. 2635-108 Rinchoa

SINTRA

R. Mário Costa Ferreira Lima, lote 3 2710 Sintra

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir no próximo dia 02 de Fevereiro de 2011 (Quarta-Feira), pelas 21h00, na sede, sita no Parque Residencial do Almirante, Largo Tristão Vaz Teixeira, nº 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Apreciação e votação das contas referentes ao ano de 2010

MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moscavide, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Fevereiro de 2011, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, nº 4 - r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Apreciação e votação do Relatório e Contas da Secção de 2010

3 - Apresentação do Relatório de Actividades

4 - Análise da situação política local e nacional.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ovar, para reunir no próximo dia 04 de Fevereiro de 2011 (Sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 - 1º Esq., com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Aprovação das contas de 2010

3 - Aprovação do Orçamento de 2011

4 - Análise da situação política local e nacional

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela, para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro de 2011 (Sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua Hermenegildo capelo, nº 141, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Discussão e votação das contas da CPS de 2010

3 - Apreciação da situação político-partidária.

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Tondela, para reunir no próximo dia 25 de Fevereiro de 2011 (sexta-feira), pelas 20h00 na sede do partido, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h00 às 22h00

VIANA DO CASTELO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 05 de Fevereiro de 2011 (Sábado), pelas 16h00, no Auditório do Centro de Apoio às Empresas (CAE), sito no Parque de Actividades de Cerveira - 2º Polo - Campos - Vila Nova de Cerveira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Gabinete de Estudos e Informações (GEI)

a) Análise sobre o desemprego no Distrital de Viana do Castelo - Dr. Manuel Gomes (GEI Emprego e Empregabilidade)

b) As Implicações das alterações fiscais nos agregados familiares do Distrito de Viana do Castelo - Dr. Jorge Ribeiro (GEI Fiscalidade)

3 - Aprovação das contas do ano de 2010



I CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO 2011

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o I Conselho Nacional Ordinário da JSD, para reunir no dia 26 de Fevereiro de 2011, Sábado, pelas 14H30m, no Auditório do Centro Cultural de Fornos de Algodres, sito na Rua Olival da Vinha, Fornos de Algodres (Coordenadas: 40.620394 -7.540087), com a seguinte ordem de trabalhos:

- A. Informações;
- B. Ordem do Dia;
- 1. Apresentação da Revisão do Programa do PSD;
- 2. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento do Conselho Nacional da JSD;
- 3. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento Jurisdicional da JSD;
- 4. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento dos Congressos e Conselhos Regionais da JSD;
- 5. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento dos Estudantes Sociais-Democratas;
- 6. Eleição dos representantes da JSD ao Conselho Nacional do PSD;
- 7. Eleição da Comissão Eleitoral Independente;
- 8. Designação do Dia Nacional de Debate, Tema e Horário;
- C. Análise da Situação Política.

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede Nacional da JSD, ao Presidente da Mesa do Conselho Nacional ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Acto Eleitoral decorre das 17h00 às 18h00.

O Presidente do Conselho Nacional da JSD
(Hugo Soares)

PLENÁRIO REGIONAL JSD VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Regional da JSD do Distrito de Vila Real, para reunir no próximo dia 4 de Março de 2011 (sexta), pelas 21 horas, na Sede do PSD Distrital de Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário Regional e da Comissão Política Regional da JSD de Vila Real.

Notas:

a) As listas devem ser entregues em duplicado na Sede Distrital do PSD de Vila Real, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD de Vila Real ou a quem estatutariamente o possa substituir;

b) As urnas estarão abertas entre as 21 horas e as 23 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário Regional

(Carla Costa)

PLENÁRIO REGIONAL JSD VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os Plenários das Concelhias da JSD do Distrito de Vila Real, para reunião a realizar nas datas e nos locais abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Regional Eleitoral da JSD de Vila Real.

Concelhia Alijó, Data 26/2/2011- Horário 10h-12h, Local - Sede PSD Alijó

Concelhia Boticas, Data 26/2/2011- Horário 10h-12h, Local - Sede PSD Boticas

Concelhia Chaves, Data 26/2/2011- Horário 10h-12h, Local - Sede PSD Chaves

*Concelhia Mesão Frio, Data 27/2/2011- Horário 16h-18h, Local - Sede PSD Mesão Frio

Concelhia Murça, Data 26/2/2011- Horário 10h-12h, Local - Sede PSD Murça

Concelhia Montalegre, Data 26/2/2011- Horário 10h-12h, Local - Sede PSD Montalegre

Concelhia Mondim de Basto, Data 26/2/2011- Horário 10h-12h, Local - Sede PSD Mondim de Basto

Concelhia Ribeira de Pena, Data 26/2/2011- Horário 10h-12h, Local - Sede PSD Ribeira de Pena

*Concelhia Régua, Data 27/2/2011- Horário 14h-16h, Local - Sede PSD Régua

*Concelhia Santa Marta Penaguião, Data 27/2/2011- Horário 18h-20h, Local - sede PSD Santa Marta

Concelhia Sabrosa, Data 26/2/2011- Horário 10h-12h, Local - Sede PSD Sabrosa

*Concelhia Vila Pouca de Aguiar, Data 27/2/2011- Horário 10h-12h, Local - Sede PSD Vila Pouca

Concelhia Valpaços, Data 26/2/2011- Horário 10h-12h, Local - Sede PSD Valpaços

Concelhia Vila Real, Data 26/2/2011, Horário - 10h-12h, Local - Sede Concelhia do PSD Vila Real

a.a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem compete realizar o acto ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local indicado para a reunião, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) *As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede Distrital do PSD Vila Real.

A Presidente da Mesa do Plenário

Regional
(Carla Costa)

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 26 de Fevereiro de 2011, pelas 21 horas, na Sede Concelhia da Lourinhã, sita na Rua Adelino Amaro da Costa, lote 27, C/v A, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da JSD, Comissão Política de Concelhia e Mesa do Plenário.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h00m.

O Presidente da Mesa
(Jorge Augusto Faria de Sousa)

VILA NOVA DE GAIA

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção da JSD Gaia, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2011, pelas 15 horas, na sede da Secção do PSD e JSD de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1323 - 4400 - 129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO - Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa:

Nota:

a) As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na sede de Secção, que para o efeito se encontrará aberta, ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

b) O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00.

O Presidente da Mesa do Conselho Regional,
João Paulo Meireles

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, venho por este meio convocar o Plenário Concelhio da JSD/Cartaxo para o dia 25 de Fevereiro de 2011, pelas 21 horas, na Sede do PSD do Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política;
- 3 - Cartaxo, Capital do Vinho tem Futuro? Quais os Caminhos?

O Presidente da Mesa da JSD Cartaxo
(Pedro Dias)

NÚCLEO DE PEDROUÇOS/ÁGUAS SANTAS (MAIA)

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo Residencial da JSD Pedrouços/Águas Santas, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2011, pelas 17 horas, na sede do Núcleo, sita na Rua D. Afonso

Henriques, nº 1129, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO - Eleição da Comissão Política de Núcleo e da Mesa da Assembleia:

Nota:

a) As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na sede do Núcleo na morada supra citada, que para o efeito se encontrará aberta, ao Presidente da Mesa de Assembleia ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

b) O acto eleitoral decorrerá entre as 17h00 e as 19h00.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Concelhia,
(Tiago Santos Silva)

SECÇÃO A - LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção A da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita na Rua República da Bolívia, n.º 53 - 1.º Dtº, Lisboa das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Lisboa.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO B - LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção B da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita no Largo do Campo Pequeno, n.º 16 - 3.º, Lisboa das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Lisboa.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO D - LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção D da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 - 2.º Esq., Lisboa das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios

de Lisboa.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO E – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção E da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita na Rua Forno do Tijolo, n.º 71, 3.º, Lisboa das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Lisboa.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO F – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção F da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita Rua da Aliança Operária, n.º 66 – A, Lisboa das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Lisboa.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO G – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção G da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita Rua do Lumiar, n.º 65, em Lisboa das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Lisboa.

Notas:

As listas candidatas devem ser entre-

gues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO H – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção H da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita na Rua Manuel dos Santos, Lote 21 – A sub/cave, Lisboa das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Lisboa.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO I – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção I da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita na Rua da Assunção, n.º 42 – Piso 2 – Sala 9, Lisboa das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Lisboa.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO ALGUEIRÃO/MEM-MARTINS – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção Algueirão/Mem-Martins da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita Rua do Moinho, n.º 22 das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Sintra.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro

dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO CACÉM – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção Cacém da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita Av. dos Bons Amigos Lote 37, 1.ºC das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Sintra.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO ORIENTAL – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção Oriental da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita na Rua Manuel dos Santos, n.º 21 – sub/cave, Lisboa das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Lisboa.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO PÊRO PINHEIRO – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção Pêro Pinheiro da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita Praça João Bosco n.º 3 B das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Sintra.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD

(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO QUELUZ – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção Queluz da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita Rua D. Pedro IV, n.º 28 – A, Queluz das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Sintra.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO RIO DE MOURO – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção Rio de Mouro da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita Rua das Malvas, n.º 10, Loja Superior Esquerda das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1- Eleição para os órgãos concelhios de Sintra.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)

SECÇÃO SINTRA – LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção Sintra da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro na sede da Secção, sita Rua Mário Costa Ferreira Lima, n.º 3 das 18.00 (dezoito) horas até as 24.00 (vinte e quatro), com a seguinte, ordem de trabalhos:

1-Eleição para os órgãos concelhios de Sintra.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital, que para o efeito estará aberta das 23h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até à 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD
(Ricardo Júlio Pinho)



XII CONGRESSO NACIONAL

**Portugal
pode
vencer a crise**

Moção de Estratégia apresentada pelo Secretariado Nacional

ÍNDICE

	Página
1. Apresentação	3
2. Os TSD e o PSD	5
3. Sintonizar os TSD com a Sociedade	6
4. A Situação Económica e Social	6
a) Era de esperar a situação a que o país chegou	
b) Uma política europeia mais activa	
c) A sociedade portuguesa no nosso tempo	
d) A importância e os pressupostos do Diálogo e da Concertação Social	
e) Sair da crise significa reduzir o volume de Desemprego	
f) Uma nova política económica	
5. A Empresa – Espaço de Concertação	17
6. O Papel do Sindicalismo	18
a) A vida em Democracia	
b) A participação democrática	
c) A participação política e a vida sindical	
d) Os condicionalismos à vida sindical	
e) Os caminhos necessários	
f) Os nossos vetores essenciais	
7. Saúde	23
8. Educação e Formação – Apostas estratégicas para o futuro	24
a) O contexto	
b) As nossas prioridades	
9. Relações Laborais	29
a) O passado da lei laboral em Portugal	
b) O presente da lei laboral em Portugal	
c) O futuro da lei laboral em Portugal	
10. A Administração Pública	34
O caminho para melhores serviços públicos	
11. Relações Internacionais	37
12. Os TSD e as Migrações	37
13. Os TSD e as Regiões Autónomas	38

1. APRESENTAÇÃO

“É necessária uma política de austeridade. Mas impõe-se que essa política de austeridade não recaia, especialmente, sobre as classes trabalhadoras. É preciso que ela se integre numa política de relançamento da nossa economia. Sem isto não há austeridade que valha a pena”.

Francisco Sá Carneiro, 3 de Março de 1976

O XII Congresso Nacional dos TSD realiza-se num contexto económico e social do país extremamente grave.

A dívida pública, o endividamento externo, a recessão económica e o crescimento em flecha do desemprego, tornam os tempos actuais e o futuro próximo muito negros.

O poder de compra dos portugueses tem caído e a juventude não encontra oportunidades de emprego para se realizar em termos económicos, profissionais e sociais.

Pela primeira vez desde a instauração do regime democrático em Portugal, o fenómeno da emigração voltou a ser uma realidade, com dezenas e dezenas de milhares de portugueses a emigrar para o estrangeiro em busca do trabalho e das condições de vida que o país não lhes proporciona, bem como muitos imigrantes estão de regresso aos seus países de origem.

Os grandes valores do trabalho, da justiça social, dos direitos laborais, do efectivo combate à pobreza e à exclusão social, são ignorados e sacrificados no altar do neo-liberalismo e da insensibilidade social que marcam a governação socialista, pese embora se arvorar no arauto do Estado Social.

Este é o quadro que caracteriza a vida da grande maioria dos portugueses.

Os TSD não se podem resignar nem se conformam com este estado de coisas, porque acreditam que os portugueses têm qualidades e capacidades para vencer os problemas e porque merecem um futuro melhor.

Os Social Democratas nunca tiveram medo das dificuldades ou dos sacrifícios. Pelo contrário, o nosso património sindical e político está marcado por combates difíceis e por causas centradas nos problemas concretos e nas aspirações mais profundas dos trabalhadores portugueses.

Acreditamos que a situação a que o país chegou pode ser ultrapassada. Para isso há que entender as suas origens e aprender com os erros do passado. Há que modificar políticas. Há que ser mais activo nos centros de decisão da União Europeia e da zona euro e aí procurar influenciar as linhas de orientação que mais interessam ao nosso futuro colectivo.

Mas é preciso que esse caminho se faça sem a desvalorização do factor trabalho, sem a redução dos salários e sem pôr em causa o Estado Social. Com opções correctas, com disciplina, com mais poupança das famílias e das empresas, com a eliminação do descontrolo orçamental e com investimento nos sítios certos, Portugal pode vencer a crise.

Esta Moção pretende ser um contributo para essa caminhada, na direcção de maior crescimento económico e de mais equidade social.

2. OS TSD E O PSD

O PSD representa em Portugal um ideário e um projecto político de genuína orientação social democrata, que acolhe o melhor do carácter português forjado em mais de oito séculos de história.

Centrado na pessoa humana, o personalismo assumido pelo PSD é uma marca de honra dos Social Democratas, que nos distingue de certa esquerda, mas que também não permite que sejamos confundidos, ou nos confundamos, com o ideário individualista e o neo-liberalismo contemporâneos, essencialmente motivados pelo lucro e insensíveis ao sentido social da vida económica.

Como partido interclassista e personalista, o PSD expressa os anseios mais profundos do povo português, é uma força reformista e não conservadora, e com a sua vocação de partido de poder tem por objectivo desenvolver a sociedade e construir um futuro melhor para os portugueses, ambicionando recolocar Portugal a crescer e a aproximar-se dos níveis de bem-estar dos restantes países membros da União Europeia.

Os TSD são parte do PSD. Os Trabalhadores Social Democratas emergem como a expressão social mais autêntica e activa do projecto político representado pelo PSD e, em virtude da sua forte inserção no mundo do trabalho, representam uma parte fundamental do projecto político social democrata em Portugal.

Como militantes do PSD que são, iguais a todos os outros em deveres e direitos, e com a especial sensibilidade que lhes advém da sua acção se desenvolver onde a militância é mais difícil, os TSD reclamam partilhar responsabilidades na formulação e na representação das políticas a todos os níveis onde o PSD é chamado a assumi-las.

No actual quadro político, em que o governo menospreza os portugueses, os TSD consideram de fundamental importância que o PSD assumira com coerência e clareza a sua matriz social democrata, e que eleja como suas grandes bandeiras as causas do desenvolvimento económico e da coesão económica e social.

3. SINTONIZAR OS TSD COM A SOCIEDADE

Os TSD têm de estar abertos à realidade concreta da sociedade e dos trabalhadores portugueses, têm de se adaptar e acompanhar as transformações económicas e sociais, especialmente no actual quadro em que o desemprego, a pobreza e a exclusão social tendem a agravar-se.

Atentos aos problemas dos trabalhadores e procurando as respostas que eles esperam de nós, impõe-se trabalhar no terreno e revitalizar os TSD como uma organização aberta e atractiva, para o que devemos:

- Eleger os jovens, as mulheres e os sectores profissionais mais dinâmicos, como os públicos alvo das nossas acções;
- Investir na formação sindical e política, a desenvolver nos distritos e por sector de actividade;
- Dar prioridade à organização de núcleos de empresas e secções laborais;
- Valorizar as novas técnicas de comunicação entre militantes e sociedade;
- Tornar os TSD uma estrutura mais aberta, mais participada, mais viva, para melhor servir os trabalhadores e Portugal.

4. A SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

a) ERA DE ESPERAR A SITUAÇÃO A QUE O PAÍS CHEGOU

A situação a que o país chegou pode ser explicada, em pequena parte, por causas de origem mundial. Contudo, os aspectos que mais determinaram a situação a que o país chegou são de origem nacional e europeia.

A nível nacional temos de reconhecer que se adoptaram políticas erradas em momentos decisivos. Na segunda metade da década de 1990 e nos primeiros anos de adesão de Portugal ao euro assistiu-se a um período de crescimento da economia associado a baixas taxas de juro e a um aumento do crédito. Esta situação levou a uma forte expansão do consumo e ao conseqüente agravamento do nível de endividamento das famílias.

Perante a explosão do consumo, a política orçamental dever-se-ia ter tornado mais restritiva mas, pelo contrário, Portugal adoptou uma política expansionista e o aumento do consumo teve de ser alimentado por importações que, assim, criaram desequilíbrios externos preocupantes. O país não foi capaz de implementar as reformas estruturais que fortalecessem a oferta nacional. Para agravar as consequências deste incumprimento, o fraco crescimento da produtividade provocou perdas de competitividade.

E tudo isto aconteceu quando foram feitos sérios avisos, nomeadamente pelo **Conselho Económico e Social**, sobre as consequências muito negativas que adviriam se o rumo traçado não fosse alterado.

Apenas três exemplos desses avisos feitos, respectivamente, em 2000, 2002 e 2007.

“A evolução das exportações é crucial não só para alimentar a expansão do produto nacional. Mas também para moderar o processo de rápida subida do endividamento perante o exterior, pelo qual o nosso país tem estado a passar desde há vários anos. A persistir, essa subida pode vir a criar ameaças sérias ao crescimento futuro da economia nacional, não obstante as facilidades acrescidas de financiamento externo criadas pela entrada de Portugal na Zona Euro”. (Parecer sobre as Grandes Opções do Plano 2000, pág.12).

“O processo de modernização não se tem feito nem ao ritmo nem com a profundidade que seriam desejáveis, sendo geralmente reconhecido que o ritmo de transformações estruturais da economia portuguesa na última década não foi adequado.” (Parecer sobre as Grandes Opções do Plano 2002, pág.72).

“O CES considera com grande preocupação (...) que o baixo crescimento económico é acompanhado pelo agravamento do défice externo para níveis que não podem ser considerados sustentáveis, dado o ritmo galopante de endividamento do país em relação ao exterior, que se verifica desde 1996”. (Parecer sobre as Grandes Opções do Plano 2007, pág.9).

Assim, e ao contrário do que muitos afirmam, **a situação a que o país chegou não pode ser considerada uma surpresa.**

b) UMA POLÍTICA EUROPEIA MAIS ACTIVA

As questões europeias são, infelizmente, pouco debatidas no nosso país, quando é certo que são as opções tomadas a nível europeu que cada vez mais condicionam o nosso futuro colectivo. Por isso vale a pena analisar o passado recente da zona euro, os previsíveis cenários de evolução e qual a orientação estratégica que mais convém ao nosso país.

À escala europeia verificaram-se erros de previsão, falhas de supervisão, ausência de mecanismos correctores e excessiva lentidão das instituições na resposta a situações de emergência. Estes factos também contribuíram para a situação a que o nosso país chegou.

A primeira década da existência do Euro foi bem sucedida. Foram onze os países fundadores da zona Euro, passaram depois a dezasseis e vários outros candidatos se perfilam. O Euro tornou-se rapidamente uma moeda estável. É a segunda moeda de reserva do mundo. A moeda única permitiu garantir a estabilidade dos preços e, se não existisse, uma série de países que pertencem à zona Euro estariam a sofrer uma grave crise cambial. O Euro serviu, de facto, de excelente escudo protector, especialmente para os países mais vulneráveis, como é o caso de Portugal.

Mas o Euro nasceu em contra-mão ao estipulado na teoria da integração económica. A teoria diz que uma moeda única só surge depois da existência de um mercado único que, por sua vez, resulta da integração dos diferentes mercados dos Estados integrados. Segundo a teoria, será este mercado que vai gerar uma moeda única. Com o Euro não foi assim. O Euro surgiu sem mercado único. A verdade é que o mercado único europeu, embora seja muito falado, não existe por completo. Por isso, o Euro, como muitos outros aspectos do projecto de integração europeia, é mais um caso único.

Se os primeiros dez anos de vida do Euro apresentam inquestionáveis aspectos positivos, há que olhar para a outra face da moeda e, a este respeito, a maior fragilidade associada ao Euro é que algumas das economias dos países da zona Euro não crescem, ou crescem muito pouco. E se essas economias não crescem não podem

desempenhar bem o papel que se lhes exige nos tempos que correm, que é o de serem fortemente competitivas a nível global.

Se a zona Euro perder influência em termos de competitividade face a outras regiões do mundo, não valerá muito a pena continuar a falar dos valores notáveis e nobres que estão na essência do projecto europeu, da Europa social e de muitas boas intenções que tocam de perto todos aqueles que vêem no projecto de integração europeia a possibilidade de tornar perenes práticas civilizacionais que atingiram o que de mais humano, livre e justo pode existir à face da Terra.

Um eventual colapso do euro, conduziria ao desmembramento de todo o projecto político da integração europeia, com consequências trágicas para todo o continente europeu e Portugal.

Há duas causas principais que justificam o fraco crescimento económico da zona Euro.

A primeira é o facto de existir uma moeda única mas não haver sistema económico europeu, nem sistema financeiro europeu, nem sequer uma adequada articulação entre os sistemas económicos e financeiros dos Estados Membros.

A segunda é que existe uma moeda única mas não há uma verdadeira política macroeconómica europeia.

Quanto à primeira das causas, a inexistência ou fragilidade de um sistema económico europeu, a verdade é que cada país continua a defender os seus sectores estratégicos. O Reino Unido defende o sector financeiro, a Alemanha cuida da indústria de equipamento, que está a expandir para leste, e a Escandinávia tenta proteger o nicho de novas tecnologias.

Não existe um sistema económico europeu. Existe uma clara falta de sinergia entre os sistemas económicos nacionais. Não temos empresas verdadeiramente europeias. Há empresas nacionais que se vão europeizando e globalizando.

O mercado único, tal como evoluiu até agora, apresenta muitas vantagens. Desde logo, porque fez com que muitas empresas se tivessem tornado mais fortes, porque beneficiaram de um mercado mais amplo, mais integrado e mais competitivo mas, em

contrapartida, o mercado único não reforçou a especialização. Pelo contrário, reduziu-a, precisamente devido a uma grande competição dentro de cada sector.

Quanto ao sistema financeiro, constata-se que a União Europeia não tem capacidade para intervir. E não tem essa capacidade porque tudo o que é financeiro está segmentado pelos diferentes Estados Membros. Para piorar a situação, a transparência nesses mercados está muito longe do que seria desejável. Fica-se com a ideia de que o Plano de Acção para os Serviços Financeiros criado em 1999, pelo Comissário Mário Monti, criar as condições para o surgimento de um verdadeiro e genuíno mercado europeu de serviços financeiros, foi ficando pelo caminho.

A integração financeira não está a acontecer só na UE. A tendência é a de acelerar o caminho para uma crescente globalização que vem sendo desenvolvida de forma desregulada. Esta desregulação tem de ser combatida de forma global e se a UE quer influenciar esse processo só o poderá fazer se tiver a sua própria casa arrumada e, nesse caso, poderá tornar-se numa das forças dominantes.

Apesar da evolução recente, há que fazer um grande esforço para regular a supervisão financeira a nível europeu. Este é um dos casos onde os esforços feitos a nível exclusivamente nacional não fazem sentido. Este é claramente um ponto onde não pode haver lugar para meias tintas. Sem controlo das principais alavancas financeiras a nível europeu, nunca haverá política económica europeia, política industrial europeia, nem empresas europeias, nem muito menos mercado único europeu.

A segunda causa que tem influenciado o fraco crescimento da zona Euro tem a ver com o facto de existir uma moeda única mas não haver uma verdadeira política macroeconómica europeia. Na zona Euro não há coerência entre política orçamental e monetária. A articulação entre políticas monetárias, orçamentais, fiscais e outras é muito débil.

Na UE não existem políticas anti-cíclicas, o que manifestamente prejudica a inovação e o crescimento económico. O exemplo das PME onde as condições financeiras são decisivas, especialmente quando têm de pagar os empréstimos em tempo de fraca animação da actividade económica, é um bom exemplo.

Para existir uma política macroeconómica europeia é necessário que exista um verdadeiro orçamento da União. Acontece que a contribuição máxima dos Estados Membros para o orçamento da União continua a ser de 1,24% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) desde as últimas duas décadas. Entretanto, e desde essa altura, a União ratificou três tratados, realizou três alargamentos e assumiu muito mais responsabilidades.

Mas tão grave como a impossibilidade de com o orçamento actual existir uma política macroeconómica europeia, é a questão do modelo de financiamento da UE. Actualmente, 85% dos recursos financeiros da União Europeia não são verdadeiros recursos próprios, pois têm origem nos orçamentos nacionais dos Estados Membros. As duas maiores fontes de receita, o IVA e as contribuições nacionais baseadas no RNB, são cobradas pelos tesouros nacionais e são, por vezes, apresentadas como uma rubrica de despesa nos orçamentos nacionais.

Desta forma, os Estados Membros tendem a julgar as políticas e iniciativas da UE mais em termos de retorno do investimento em comparação com as respectivas contribuições nacionais, em vez de analisarem essas despesas de um ponto de vista global atendendo ao valor das políticas levadas a cabo a nível europeu.

Há assim que pensar num novo recurso próprio, que tem que ultrapassar as desvantagens do actual sistema, em que há uma ausência de ligação mais directa com os cidadãos, uma grande dependência das contribuições vindas dos tesouros nacionais e uma complexidade injustificada.

A reforma do orçamento da UE não é matéria exclusiva do foro financeiro. Pelo contrário, é de largo alcance e é essencialmente política. Por isso, a sua discussão não pode ficar confinada exclusivamente ao Parlamento Europeu, ao Conselho e, muito menos, ao ECOFIN. Uma das condições essenciais para o sucesso desta reforma tem a ver com o envolvimento dos actores e instituições políticas não só europeias, mas também nacionais, nomeadamente os parlamentos.

c) A SOCIEDADE PORTUGUESA NO NOSSO TEMPO

A sociedade portuguesa é hoje muito diferente de outros tempos. Apresenta-se com uma maior diversidade, uma maior mobilidade, é mais complexa e é mais fragmentada. Assistimos ao surgimento de novas formas de organização que exercem pressão sobre os governos para que os processos de elaboração de políticas sejam alargados a novos participantes. A resposta a esta tendência só pode ser dada na base de um diálogo estruturado.

Outra característica dos tempos modernos é a crescente importância das interdependências sejam financeiras, económicas, entre mercados ou processos. Este elevado nível de interdependência entre tudo e todos faz com que os processos de decisão se tenham tornado mais complexos porque têm, cada vez mais, de ter em consideração diferentes tipos de interesses, por vezes mesmo antagónicos. Uma adequada percepção do risco associado à tomada de decisões exige que se conheça com detalhe as motivações dos agentes envolvidos e isso só se consegue na base de um diálogo estruturado.

Este nosso tempo obriga os governos a acompanhar e a tentar perceber e antecipar os interesses dos grupos na sociedade. A atitude adaptativa, que consiste em reagir às situações apenas quando elas se transformam em problemas, tem como resultado respostas insuficientes e tardias porque no momento em que os governos reagem a um dado problema normalmente o leque de opções já é muito reduzido. Uma maior capacidade para prever as aspirações da sociedade obriga à adopção de estratégias pró-activas que comprometam poderes públicos e os diversos agentes económicos e sociais.

Finalmente, é cada vez mais claro para todos que a observância dos valores associados à liberdade, democracia e direitos humanos não se esgota nos actos eleitorais. No nosso tempo, a via para a paz e prosperidade obriga ao permanente desenvolvimento de uma cultura de compromisso assente na responsabilidade de cada uma das partes.

Estes são alguns dos argumentos, baseados nas características da sociedade do nosso tempo, que podem explicar as virtualidades do diálogo social, que mobilize a

cooperação entre todos os agentes envolvidos na concepção e execução das políticas económicas e sociais.

Na situação de crise que vivemos, esta convicção sai ainda mais reforçada porque a resolução dos problemas que temos pela frente não é compatível, nem com métodos simplistas, nem com o resultado da acção de um único agente, por maior que seja o poder com que se apresente.

Por todas estas razões, a prática do diálogo social estruturado é o método que deve ser privilegiado. Esta visão de modernidade obriga a um grande esforço das diferentes forças políticas e agentes económicos e sociais para se habituarem a distinguir o importante do acessório nas suas actividades quotidianas. Esta será a única atitude capaz de contribuir para que se atinja o objectivo mais importante: **pôr a economia do país a crescer a um ritmo que permita reduzir de forma muito significativa o volume de desemprego**. É neste contexto que o papel dos partidos políticos no Parlamento e dos parceiros sociais em sede de concertação social são determinantes.

d) A IMPORTÂNCIA E OS PRESSUPOSTOS DO DIÁLOGO E DA CONCERTAÇÃO SOCIAL

Para que a acção dos parceiros sociais no complexo exercício de concertação social possa ser eficaz, há que definir e aceitar um conjunto de pressupostos fundamentais, de forma que o país não embarque em erros cometidos no passado recente.

A primeira lição a retirar desse passado recente é que a **época da experiência neo-liberal fracassou** e a suposta auto regulação do mercado é apenas uma teoria sem qualquer aderência à realidade porque, simplesmente e como ficou recentemente demonstrado, o mercado não é capaz, por si só, de se auto regular. Daí que a intervenção dos poderes públicos seja decisiva para ultrapassar a situação a que o país chegou.

A segunda lição decorre do excessivo papel desempenhado pelo sector financeiro nos últimos tempos. Todo o sistema financeiro tem de ser reestruturado, tornando-o mais transparente e ao serviço da economia real. **Há que penalizar a especulação e**

favorecer o investimento produtivo. Aqueles que especulam financeiramente têm de ser penalizados, aqueles que criam riqueza e emprego têm de ser apoiados.

A terceira lição a retirar do passado é que a **economia tem de ser permanentemente escrutinada, auditada e avaliada.** Só assim poderá ser entendida pela generalidade dos cidadãos.

A quarta lição é que os governos e também as forças de oposição, especialmente as que se perfilam como alternativa, têm de banir dos seus discursos a utopia e as promessas de que tudo vai melhorar. Tais práticas apenas levam à desilusão e roubam a esperança em dias melhores porque já ninguém acredita nelas, nem em quem as profere. **Só a verdade e a realidade é que podem oferecer esperança.** As pessoas aceitam mais o concreto da evolução das suas vidas do que a apresentação de dossiers, por mais optimistas que sejam pintados.

A quinta lição é que **os compromissos e acordos celebrados entre Estado e outros parceiros não podem ser violados** por qualquer das partes subscritoras. Por exemplo, um episódio que não podia acontecer, mas que aconteceu recentemente, foi a violação do acordo de concertação social no que se refere às pensões de reforma porque uma das partes, de forma unilateral e sem qualquer explicação, decidiu não cumprir o que estava acordado. Este tipo de atitudes tem necessariamente consequências negativas porque mina a confiança das partes envolvidas.

e) SAIR DA CRISE SIGNIFICA REDUZIR O VOLUME DE DESEMPREGO

Só podemos falar em saída da crise quando o desemprego se reduzir de forma significativa. **Há três caminhos que não permitem essa redução.**

Em primeiro lugar, **não é possível sair da crise na base de políticas que conduzem a uma forte redução da procura interna,** pensando que é por aí que se diminuem as importações e, por essa via, se reduz o défice externo e se garante o financiamento da dívida externa. A seguir este caminho, que é o proposto pela Comissão Europeia e corresponde à receita normal do FMI, o efeito sobre o **desemprego será brutal.**

Também **não será a via da redução dos salários que permitirá adquirir ganhos de competitividade da nossa economia**. A ser prosseguido este caminho, os efeitos na diminuição da procura interna far-se-ão também sentir, haverá um aumento de problemas para as famílias endividadas e poder-se-á desenvolver um processo de deflação, o que seria devastador para a economia. Na última década a evolução dos salários não foi o principal factor responsável pela perda de competitividade. Essa evolução tem sido moderada, como se pode verificar pela grande estabilidade da proporção de rendimentos salariais relativamente ao PIB, que é idêntica à verificada na zona Euro. E se o custo unitário do trabalho é mais elevado em Portugal não se deve à evolução salarial, mas sim ao elevado nível de desemprego.

A eventual **revisão da legislação laboral** também não é uma questão central.

Em primeiro lugar, a actual legislação foi revista há pouco tempo, na base de um consenso alargado e ainda não foram retiradas todas as vantagens que a mesma encerra em termos de negociação colectiva ou ao nível de empresa.

Em segundo lugar, trata-se de matérias que, dada a sua natureza, não podem estar a ser permanentemente alteradas porque necessitam de tempo de aplicação de forma a criar jurisprudência.

Em terceiro lugar, a actual legislação contém elementos de flexibilidade mais que suficientes para adaptar a organização do trabalho das empresas às suas necessidades e dos mercados.

Em quarto lugar, a criação de emprego não se resolve por via legislativa.

Em quinto lugar, a eventual discrepância entre trabalhadores contratados a termo e sem termo só se resolve se a economia crescer de forma significativa, porque serão os próprios empresários a querer reter os trabalhadores nas suas empresas.

f) UMA NOVA POLÍTICA ECONÓMICA

A via que permite a saída da crise com criação de emprego terá de ser baseada numa nova orientação da política económica, cujo princípio essencial será procurar **colocar o capital ao serviço de quem cria riqueza e emprego**. Esta nova orientação significa

apoiar a produção dos sectores transaccionáveis e obriga a uma **rotura com a prática seguida nos últimos anos, que conduziu o país a um ritmo de desindustrialização que foi dos mais elevados do mundo**. Por esta via será possível aumentar as exportações e diminuir as importações, com a criação de emprego.

Esta nova orientação terá de traduzir a ideia de que o reequilíbrio das finanças públicas e crescimento económico não podem ser vistos como objectivos incompatíveis. Nesse sentido, a par de uma consolidação orçamental, que poderia ser mais justa do que a que está em marcha, teria de ser criada uma discriminação positiva destinada a apoiar a produção dos sectores transaccionáveis.

Temos que apostar e valorizar o que é nosso. **Os recursos do mar e a nossa dimensão atlântica, devem constituir-se num eixo central da nossa política económica.**

A agricultura deve ser revalorizada como uma actividade estratégica da nossa economia, porque temos solos abandonados que podem ser cultivados e, com a sua ocupação, produzimos alimentos, reduzimos as importações desses produtos, repovoamos o interior do país e criamos emprego.

A indústria deve voltar a estar no centro das prioridades políticas do relançamento da economia.

Dado que a desvalorização da moeda é uma medida que não pode ser considerada face à existência do euro, outros instrumentos, medidas e acções que corporizariam esta nova política económica deveriam ser considerados, através de uma discriminação positiva a favor da produção de bens transaccionáveis.

Nesse contexto, deviam ser encaradas medidas como: redução do IRC; criação de incentivos fiscais e financeiros ao investimento; criação de um sistema simplificado para os licenciamentos dessas actividades, incluindo o sector agrícola; redução da taxa social única (TSU) em função do valor acrescentado; criação de um sistema especial de concessão de crédito através de departamento próprio a criar na Caixa Geral de Depósitos.

Nesta nova política económica deveria merecer lugar de destaque o **combate à economia clandestina**.

Segundo um estudo recentemente divulgado pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, o volume de transacções feito em economia paralela é de cerca de 40 mil milhões de euros, o que equivale a 24,5% do PIB. Se esse valor fosse taxado a uma taxa de 20%, o que corresponderia a 8 mil milhões de euros, significaria que o défice do Orçamento do Estado passaria a ser menos de 3% do PIB! Estes valores reflectem a dimensão do fenómeno e por pouco que se possa admitir fazer nesta área os resultados não poderão deixar de ser muito positivos.

Perante os níveis de desemprego que se verificam, é indispensável uma grande mobilização dos instrumentos que podem **favorecer as políticas activas de emprego**, nomeadamente com a facilitação no acesso ao micro-crédito.

A monitorização permanente do mercado de emprego, a maior agilização dos serviços e a aplicação diferenciada de **medidas de acordo com a realidade regional** são alguns dos aspectos que podem também ser objecto de análise em sede de concertação social.

5. A EMPRESA – Espaço de Concertação

A empresa é o espaço privilegiado de cooperação entre o empresário e o trabalhador, é fonte de criação de riqueza e de emprego.

Numa empresa como num país, o trabalho e o conhecimento são o seu bem mais precioso, pelo que o envolvimento do trabalhador na vida da empresa é benéfico para as duas partes. Com o seu trabalho contribui para o progresso da empresa e do país, enquanto a sua participação nas decisões, nos lucros e mesmo no capital da empresa eleva a sua auto-estima e os seus níveis de motivação e de satisfação.

Para os TSD, o papel da **Comissão de Trabalhadores** na empresa deve ser um **instrumento para a co-gestão** e para fortalecer a relação de cooperação e de confiança entre empresário, trabalhador e respectivos sindicatos.

Hoje, mais do que nunca, é necessário que o empresário e o trabalhador convirjam no essencial, concertem posições e interesses, porque só assim a empresa pode alcançar os seus objectivos, criar riqueza e manter o emprego.

6. O PAPEL DO SINDICALISMO

a) A VIDA EM DEMOCRACIA

A democracia assenta na participação dos cidadãos na vida do seu país.

Escolhendo os órgãos que hão-de conduzir politicamente o país, é verdade, mas não descurando a participação permanente no modo como os problemas vão sendo encarados e resolvidos.

Passando os trabalhadores grande parte da sua vida nas empresas ou serviços onde trabalham e sendo daí que eles retiram os rendimentos que lhes permitem organizar a sua vida, os Sindicatos respondem à necessidade de participação na definição das condições de trabalho.

As democracias, modernas e participadas, são hoje muito exigentes quanto à necessidade de participação das pessoas. Participação em função dos interesses a defender e a promover.

Se olharmos à nossa volta damos conta da existência de inúmeras organizações que constroem essa participação.

Mas nenhuma delas com a relevância dos Sindicatos. Estes assumem e representam os interesses dos trabalhadores em geral.

Têm a responsabilidade e a necessidade de se pronunciarem sobre todas as alterações à legislação do trabalho. É uma dimensão da relevância social das organizações sindicais, que são sustentadas com as quotas dos associados.

Não tendo sido ainda politicamente assumido que, sendo a inscrição sindical facultativa, ao contrário do que acontece com as ordens profissionais, àquele ónus deveria caber uma contrapartida.

Mas é ao nível da participação, atenta à relevância dos interesses que por esta via são protegidos, que há um largo caminho a percorrer em Portugal.

Até porque hoje a globalização, com o choque das diversas economias mundiais e a omnipresença de um poder financeiro dominante, impõe uma participação mais alargada, mais aprofundada, com implicações ao nível dos movimentos sindicais europeu e mundial.

É imperioso, por isso, que o hoje e aqui seja pensado e enquadrado nas dimensões que o condicionam e projectado para as acções que podem e devem influenciar a acção política.

b) A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

É assumido que o nível de sindicalização em Portugal é fraco. Aproximar-se-á dos 20% em termos gerais, com alguns sectores acima e outros abaixo. Para o papel que cabe aos Sindicatos em Portugal é pouco. Tal como é pouco para o muito que cabe aos Sindicatos fazer, para dar vida e dimensão à participação democrática.

Acontece que toda a sociedade quer melhores condições de vida e melhores condições de trabalho. E para lá chegarmos temos todos de pôr em comum o que entendemos necessário para isso e desenvolver as diligências adequadas.

Ficar sentado à espera e limitarmo-nos a votar periodicamente é pouco. É desresponsabilizarmo-nos do muito que há que decidir e fazer no dia-a-dia.

Este, é hoje o grande desafio das democracias e da nossa em particular.

É necessário participar: na empresa ou no serviço, nas comissões de trabalhadores ou comissões sindicais, no sindicato, na autarquia, no partido.

Só assim o futuro será o que nós quisermos.

c) A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A VIDA SINDICAL

Vivemos em democracia e a qualidade desta tem muito a ver com a participação na vida social e política.

Os objectivos do movimento sindical - melhorar as condições de vida dos trabalhadores - **são consonantes com os da social-democracia**, que os assume, em todas as dimensões, para todos os cidadãos.

São objectivos exigentes que obrigam os dirigentes sindicais a tomar partido naquelas que são as decisões políticas mais relevantes da nossa sociedade.

Obrigam os dirigentes sindicais à análise dos problemas, à sua discussão com os trabalhadores e, conseqüentemente, a influir nas decisões.

É isso que se espera de dirigentes sindicais dos tempos de hoje. É isso que se espera de dirigentes sindicais social-democratas. São posições a assumir de modo desassombrado, independentemente de elas serem consonantes ou desagradarem a este ou àquele partido.

Porque se estão em causa decisões que vão reflectir-se negativamente na vida dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, os partidos devem agradecer o empenhamento daqueles na sua discussão, assumindo o resultado final como um contributo para mais democracia.

Porque, é bom que fique claro: as melhores decisões são as que resultam consensualmente desse debate e não as que são ditadas pelos “especialistas”, bem pagos pelos interesses instalados ou que se querem instalar.

d) OS CONDICIONALISMOS À VIDA SINDICAL

Esses condicionalismos estão bem à vista de todos. São, desde logo, o desemprego, que já ronda os 700 000 portugueses, mais de 11% dos trabalhadores, e os baixos salários. **Há trabalhadores que estão no limiar da pobreza, o que é impróprio de qualquer país civilizado.**

É o recuo no acordado em 2006 no que toca ao salário mínimo de €500,00, desde Janeiro de 2011.

É a precariedade nas relações laborais. Precariedade que, em Portugal, assume a taxa mais elevada da UE com 22%.

Mas a precariedade é ainda mais ampla, porque temos mais de um milhão de trabalhadores por conta própria, com recibos verdes ou com sociedades unipessoais.

Os condicionalismos de hoje à vida sindical radicam também nas opções políticas assumidas e que têm levado:

- Ao alargamento do fosso entre ricos e pobres, com o crescimento assustador do número destes;
- À entrada do nosso país num círculo infernal de empobrecimento, desemprego, aumento do défice.

Se tivermos em conta que o Governo tem privilegiado, nos investimentos e apoios, os serviços e, nestes, a Banca (1), em detrimento da indústria e da agricultura, motores do necessário aumento das exportações e da substituição de muitas importações, há fundadas razões para nos preocuparmos e para assumirmos que só uma participação acrescida dos trabalhadores na vida democrática pode levar à mudança de rumo necessária.

(1) Segundo o Tribunal de Contas, no seu parecer à “Conta Geral do Estado de 2009”, o Governo gastou mais de dois mil milhões de € em 2009 nas “medidas anticrise”. Destes, 1,3 mil milhões (60%) foram para o sector financeiro, 720 milhões para a actividade económica (36%) e 22 milhões (1%) para apoio ao emprego. Chegando a 2010 quem é que é chamado a pagar o défice? Os mesmos de sempre e as classes médias. Isto chama-se apoio à economia e ao desenvolvimento?

e) Os CAMINHOS NECESSÁRIOS

O caminho só pode ser o de um maior empenhamento dos social-democratas no movimento sindical. Sendo certo que **o nosso país só se levantará com trabalho produtivo ao serviço de empresas bem geridas.**

São os trabalhadores que podem alavancar o desenvolvimento, organizando-se:

- Para pensar os problemas rumo às melhores soluções;
- Para a acção: as organizações sindicais são o lugar-chave para uma aposta no futuro. Essa acção exige trabalho, empenhado e desinteressado;
- Para uma **afirmação social-democrata, que afaste do nosso horizonte teses redutoras e empobrecedoras.**

Só assim é que se pode caminhar para um sindicalismo aberto, participado, inclusivo e não de facção. Mas um sindicalismo politicamente empenhado. O que é diferente de partidariamente acorrentado.

O sindicalismo só é forte se for livre, independente e comandado pela solidariedade e pela fraternidade.

Tem de ser um **sindicalismo vivo**: um sindicalismo de hoje, comprometido com o trabalho, capaz de ver e ajudar a resolver os problemas de cada um. Não pode parar no tempo, tem de estar atento às mudanças e aos problemas de todos e às opções políticas para que a sociedade é encaminhada, de modo a implementá-las.

O sindicalismo é, tem de ser, uma actividade assente numa ideia da sociedade que se deseja e, em consequência, tem de ser ideológica e politicamente empenhado. O que é diferente do empenhamento partidário de cada um.

E isto, que muitas vezes não é compreendido, tem de ser explicado e debatido com os trabalhadores.

Sempre com os cuidados necessários, para que o Sindicato não seja visto como um dos braços armados do partido mas, antes, como o veículo de ideias dos e para os trabalhadores e que estes desejassem que todos os partidos assumissem.

f) OS NOSSOS VETORES ESSENCIAIS

Resumidamente, consideramos como essenciais hoje, para um **sindicalismo motor de mudanças, de desenvolvimento e de justiça social**, os seguintes vectores:

- A necessária e indispensável participação dos trabalhadores na discussão dos problemas: os do país, do sector de actividade, da organização em que cada um se insere;
- A concretização disso nas organizações sindicais existentes. Há muitas que estão carecidas de activistas, de dirigente e de associados. Não é aceitável que se critique, permanecendo à margem;

- Eleger os jovens e as mulheres como público-alvo para aumentar a sindicalização;
- Sensibilizar os partidos políticos para a importância dos Sindicatos. É muito importante ganhar eleições de 4 em 4 anos. Mas não é menos importante construir objectivos políticos com as pessoas, ganhando-as para os percursos necessários, no dia-a-dia;
- O fortalecimento das organizações sindicais, filiadas na UGT ou Independentes, para que a voz das ideias dos dirigentes sindicais social-democratas traduza uma acrescida qualidade e representatividade.

Construir objectivos nos gabinetes, sem identificação com a realidade, dá o resultado que está à vista de todos os portugueses.

7. SAÚDE

As políticas de saúde representam uma marca do Estado Social que defendemos, porque são das que mais relevância têm na vida das pessoas, das famílias e da sociedade.

Defendemos uma política de saúde assente em três pilares – público, social e privado. Estes três sectores são essenciais e complementares entre si, para se poder garantir às populações uma rede de serviços e de equipamentos de saúde eficientes e de qualidade.

Ninguém deve ficar sem os cuidados de saúde de que precisa, independentemente das suas condições económicas ou extracto social. Para isso, o Estado deve assegurar uma rede pública em todo o território nacional e providenciar a todos os utentes estes apoios de saúde, desde logo e especialmente aos mais carenciados da sociedade.

Os recursos humanos necessários ao sector – médicos, enfermeiros e técnicos de saúde – devem integrar uma política de educação e formação adequada a satisfazer as necessidades do país, o que ainda não acontece, especialmente ao nível do corpo médico, não sendo aceitável que se imponham elevadas exigências aos alunos portugueses para entrarem nas universidades especializadas e, depois, para colmatar

as nossas necessidades, se recrutem médicos noutros países que não têm o grau de exigência verificado em Portugal.

A medicina no trabalho e as políticas de saúde, higiene e segurança no trabalho devem merecer particular atenção por parte das autoridades públicas competentes, com a participação e o acompanhamento por parte dos directamente interessados – os trabalhadores e as suas organizações representativas.

8. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – Apostas estratégicas para o futuro

a) O CONTEXTO

Apesar dos enormes investimentos feitos em Portugal nos últimos trinta a quarenta anos em educação e formação, apesar da significativa melhoria de condições registada em função destes investimentos, a verdade é que Portugal ainda não atingiu os níveis que desejamos em termos de qualificação da população. Depois da sucessão de políticas a que temos assistido, os resultados obtidos ainda nos mantêm distantes dos países mais desenvolvidos.

O insucesso escolar é ainda muito elevado, as desigualdades sociais e as assimetrias regionais atingem ainda níveis inaceitáveis.

O atraso com que partimos nos anos 70 era excessivo em relação a outros países. O atraso que acumulámos, exige investimentos decisivos. Coerentes e continuamente prosseguidos. Só com a congregação de todos os esforços humanos e materiais podemos ir recuperando do atraso e fazer acontecer um país mais justo, coeso e capaz de assegurar os direitos sociais que caracterizam o modelo europeu em que apostamos.

Mas este esforço, mesmo que seja decisivo, coerente e continuamente recomeçado, só produz efeitos a médio prazo. As reformas introduzidas no início da escolaridade básica e obrigatória só produzem efeito, em termos de formação das pessoas que entram no mundo laboral, muito mais tarde. E o resultado que a escola consegue depende muito da coerência das políticas educativas que se sucedem, da lógica da

organização e funcionamento do sistema educativo em geral, dos recursos e condições de funcionamento das escolas, das condições de autonomia e dos recursos humanos e materiais que lhes são disponibilizados, da responsabilização das comunidades educativas, e do ambiente mais ou menos educativo do meio envolvente.

É para nós claro que o investimento em educação e formação de qualidade constitui uma aposta estratégica para a promoção do desenvolvimento e para o crescimento da nossa economia, factor indispensável, quer à coesão social, quer a níveis ajustados de emprego.

Porque estamos num momento em que a limitação de recursos se faz sentir de forma muito acentuada, temos de ser lúcidos nas prioridades que estabelecemos, criteriosos na sua aplicação e exigentes na sua gestão.

Os desafios que se põem a Portugal no campo da educação e da formação não se compadecem com decisões que não sejam norteadas por políticas coerentes e estáveis.

Em 2000, a ONU definiu oito objectivos para o milénio, em termos de desenvolvimento. Estes objectivos deveriam ser atingidos em 2015: a verdade é que possivelmente nenhum deles será alcançado até essa data.

De entre todos esses objectivos, “a educação para todos” é seguramente aquele que condiciona todos os outros (melhoria da saúde maternal, redução da mortalidade infantil, aumento da esperança de vida, ...). Impõe-se agir solidariamente no sentido de que, por uma educação a que todos têm acesso, todos se tornem cidadãos do mundo, conscientes dos seus direitos e dos seus deveres.

Por outro lado, impõe-se ter em linha de conta que a agenda europeia está agora marcada pelos objectivos identificados para o período de tempo que nos separa de 2020:

- Crescimento inteligente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação;
- Crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;

- Crescimento inclusivo: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial;
- A partir destas prioridades, estão identificadas as seguintes metas quantitativas:
 - 75 % da população de idade compreendida entre 20 e 64 anos deve estar empregada;
 - 3 % do PIB da UE deve ser investido em I&D;
 - os objectivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos (incluindo uma subida para 30 % do objectivo para a redução das emissões, se as condições o permitirem);
 - A taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10 % e pelo menos 40 % da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior.
- 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza.

Trata-se de metas ambiciosas, quer para a União Europeia, quer para Portugal, e com maiores dificuldades no nosso país, mas que nos impõem tarefas e obrigações a que não nos podemos furtar. E menos por uma preocupação de convergência ditada do exterior, mas antes porque o que está em causa é a qualidade do nosso futuro.

Em Portugal, estamos a viver um período particularmente difícil, em que, na sequência da crise financeira e económica em que a Europa mergulhou, são tomadas decisões drásticas de aumento de impostos e de redução de salários.

É fundamental que, apesar das limitações anunciadas, se possa garantir que as medidas de combate à crise dizem respeito ao crescimento e ao desenvolvimento, à promoção de emprego, na concretização do direito de todos a uma vida digna e a um trabalho digno, como muito bem sublinha a OIT. E que em nenhuma circunstância o investimento em educação e formação seja diminuído por meras razões de poupança e sem ter em linha de conta preocupações prioritárias de qualidade.

b) AS NOSSAS PRIORIDADES

Queremos uma educação diferente, melhor para o futuro; no entanto, as políticas educativas dos sucessivos governos têm privilegiado a mudança (mudar currículos,

mudar órgãos de gestão de escola, fazer mega agrupamentos, criar uma empresa chamada parque escolar, mudar práticas de avaliação, nomes de cursos, enfim...) tudo isto em detrimento da melhoria gradual da educação.

Promover o aumento das qualificações de todos, combater o abandono e o insucesso escolares, melhorar a qualidade dos investimentos em educação e formação, consolidar o acesso à educação e formação ao longo da vida para todos, intensificar as relações entre o ensino e a formação superior e as empresas, investir na inovação e na criatividade, garantir carreiras atractivas e dignificadas, promover a estabilidade e a sustentabilidade de emprego para Trabalhadores Docentes e Não Docentes de todos os níveis de ensino, são opções básicas para o desenvolvimento nacional. Ou seja, para o bem-estar de toda a população.

Consideramos que é obrigação do Estado garantir a disponibilização de uma rede de serviços públicos de qualidade, na área da educação e da formação, desde a educação pré-escolar ao ensino superior, passando obviamente pelos ensinos básico e secundário, extra-escolar e recorrente e modalidades de formação tecnológica e profissional, bem como do ensino do português às comunidades emigradas.

Cabem ainda ao Estado responsabilidades na regulação e pilotagem, assim como no apoio diversificado a ofertas de ensino privado que permitam a concretização do princípio constitucional da liberdade de ensinar e aprender.

Não sendo o suficiente, é necessário que o serviço público de educação, de uma vez por todas, fomente e aposte seriamente nos cursos profissionais, tecnológicos e artísticos, com toda a dignidade e seriedade como o faz com os científico-humanísticos.

Melhorar os resultados escolares e combater as desigualdades são dois objectivos imperiosos. Para o obtermos, consideramos essencial:

- Determinação da obrigatoriedade – 100% - da frequência da Educação para a Infância ao nível dos 5 anos de idade;
- Desenvolvimento da Educação Infantil dos 0 aos 5 anos garantindo a sua universalidade a ser implementada por todos os sectores do sistema público,

solidário, particular e cooperativo, de forma a apoiar a Família, proporcionando uma educação de base correctora de assimetria sócio-económica e cultural;

- Reformulação dos actuais ciclos do ensino não superior, passando o regime de monodocência ao de áreas disciplinares, visando dar uma dinâmica diferenciada no ensino e integrando as Actividades de Enriquecimento Curricular;
- Aumento da taxa de conclusão do ensino superior (1º ciclo) para níveis idênticos ao da média dos países da União Europeia;
- Aumento da taxa de conclusão do ensino secundário, através de vias diferenciadas mas de idêntico valor formativo;
- Estabelecimento de mecanismos de apoio a alunos com necessidades educativas especiais, com programas ajustados à diversidade de situações, com recurso a critérios específicos de identificação dos alunos a incluir neste tipo de enquadramento, sem deixar de responder a situações transitórias e de menor incapacidade. A este nível deve-se integrar o apoio à diversidade dos alunos imigrantes e assumindo políticas pró-activas de anulação das diferenças de género;
- Colocação em prática de medidas de combate adequadas à diversidade de situações de abandono escolar precoce;
- Incentivar uma cultura reflexiva e de avaliação das políticas, da administração central e regional da educação, das escolas, das aprendizagens dos alunos, do trabalho dos docentes, dos trabalhadores não docentes – não esquecendo as condições que lhes são dadas. Esta cultura de avaliação, nas suas dimensões auto e externa será um elemento referencial para as decisões conducentes ao aumento da qualidade do sistema, devendo:
 - Incentivar práticas rigorosas de auto-avaliação das escolas, em articulação com modalidades de avaliação externa;
 - Estimular, ao nível do ensino superior, a investigação, a inovação e o empreendedorismo.

9. RELAÇÕES LABORAIS

a) O PASSADO DA LEI LABORAL EM PORTUGAL

Sem sermos exaustivos e fazendo apenas um breve resumo da evolução da legislação laboral em Portugal, diremos que existem dois momentos marcantes nessa evolução, a saber: o pós 25 de Abril de 1974 e o ano de 2003.

Efectivamente, a conquista das liberdades individuais e colectivas no nosso país, com o 25 de Abril, vieram transformar totalmente o panorama da lei existente e consagrar nela soluções próprias de uma sociedade de direito democrático.

O princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador; o princípio da proibição do despedimento individual sem justa causa; o princípio da lei proteger a parte mais fraca da relação de trabalho – o trabalhador; a liberdade de contratação colectiva e de negociação; a lei da greve; a lei das associações sindicais e patronais; a liberdade sindical.

Estes foram, entre outros, alguns dos aspectos em que a lei laboral sofreu uma transformação radical. Grande parte desta mudança teve origem no texto constitucional entretanto aprovado pela Assembleia da República em 1976.

O segundo momento marcante foi, sem dúvida, a unificação num único texto e a codificação da lei do trabalho, dando origem ao que se designou por **Código do Trabalho** (CT). Esta codificação veio reunir dezenas e dezenas de leis do trabalho avulsas e dispersas num único texto de mais fácil compreensão e leitura pelos interessados.

Por outro lado, o Código do Trabalho e sua regulamentação respectiva vieram também introduzir algumas mudanças fundamentais nos tais princípios básicos da lei do trabalho em vigor até a essa altura e dar resposta a alguns constrangimentos e impasses que a lei fomentava e promovia nalguns institutos.

Veio ainda dar resposta, ainda que tímida, ao combate ao trabalho ilegal, clandestino e precário, que se estava a transformar numa chaga social e que ainda hoje se mantém apesar de tudo.

Quanto aos princípios, veio o Código a considerar, seguindo uma linha designada de “civilista”, que as duas partes da relação de trabalho são iguais, possuindo os mesmos direitos e deveres e podendo actuar em iguais condições, derogando assim o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e o princípio de que a lei do trabalho deve proteger o trabalhador em primeira linha.

Veio, por outro lado, introduzir, pela primeira vez, a caducidade da contratação colectiva existente tendo em conta certas condições, nomeadamente, a não existência de negociações entre as partes há algum tempo, e tendo o contrato já uma certa antiguidade sem alterações e existindo impasses graves na negociação.

Veio também introduzir a adaptabilidade funcional e horária que não existia até ao momento e, no campo do combate ao trabalho ilegal, veio a considerar soluções legais que permitiram dar mais eficácia a tal combate, nomeadamente na inversão do ónus da prova da existência do trabalho ilegal.

Além destes dois momentos marcantes na evolução da lei do trabalho em Portugal, existiram ainda mais dois momentos importantes que foram em 1988 e em 2008.

De facto, em 1988 foi feita uma alteração importante na introdução do despedimento colectivo em certas condições relativas à empresa, sendo portanto um conceito de despedimento por causas objectivas, conceito este que não existia, e foi operada uma redução de alguns direitos sindicais relativos aos dirigentes e delegados sindicais, bem como aos créditos de horas para o exercício de funções sindicais. Apesar de não ser uma alteração marcante, foi de facto uma alteração importante, que deu origem a uma greve geral – a primeira greve conjunta entre as duas centrais sindicais existentes – UGT e CGTP.

O Tribunal Constitucional, para onde a lei seguiu, veio a considerar algumas disposições inconstitucionais, mas outras, como as referentes ao despedimento colectivo, foram consideradas constitucionais e existem até hoje na nossa lei laboral, sendo considerado, este instituto, um dos mais flexíveis da Europa Comunitária.

O outro momento importante foi, sem dúvida, a primeira revisão do Código do Trabalho de 2008.

Esta última revisão do CT veio tentar resolver alguns impasses existentes na contratação colectiva, nomeadamente os que tinham origem no novo instituto da “caducidade”, que não funcionava devido a algumas soluções técnicas incorrectas na lei anterior, vindo a instituir a arbitragem obrigatória e necessária para evitar vazios na contratação colectiva.

Veio ainda flexibilizar o regime da adaptabilidade dos horários de trabalho, adoptando algumas soluções já em vigor nalgumas empresas, encontradas através da negociação colectiva mas não consagradas na lei, nomeadamente a do banco de horas e a dos horários concentrados.

No campo da adaptabilidade veio, pela primeira vez, consagrar a adaptabilidade horária individual por acordo entre o trabalhador e o empregador e extensiva à totalidade dos trabalhadores da secção, equipa ou unidade económica desde que 75% desses trabalhadores o aceitem, e a adaptabilidade grupal por contratação colectiva, aplicável ao conjunto dos trabalhadores desde que 60% dos trabalhadores sejam abrangidos pelo sindicato subscritor.

Por outro lado, esta revisão do CT veio melhorar o conceito do princípio do tratamento mais favorável, mas sem o instituir totalmente com a clareza anterior e veio instituir o conceito da presunção da existência do contrato de trabalho desde que se verifiquem certas características ou indícios, competindo pois ao empregador provar o contrário e não ao trabalhador, como até ali. Esta disposição veio permitir um melhor combate aos chamados recibos verdes ilegais, ao trabalho ilegal e clandestino.

b) O PRESENTE DA LEI LABORAL EM PORTUGAL

Actualmente encontra-se em vigor o Código do Trabalho revisto em 2008, que ainda tem de fazer o seu percurso quanto às soluções nele consagradas, nomeadamente em matéria de negociação e contratação colectiva e adaptabilidade horária e funcional, entre outras disposições.

Não se justifica pois, em nossa opinião, neste momento, nenhuma alteração ou revisão de fundo do CT, que, provavelmente, só viria originar confusão e desorientação nos seus destinatários.

c) O FUTURO DA LEI LABORAL EM PORTUGAL

Algumas vozes defendem uma alteração do CT no sentido de lhe introduzir soluções mais “flexíveis” no que diz respeito ao despedimento individual, ao trabalho a termo e a outras disposições, de forma a fomentar o emprego, flexibilizar o mercado de trabalho. Segundo os seus proponentes, o país conseguiria assim maior competitividade da economia, mais produtividade e mais crescimento.

Ora, nós temos uma opinião diferente. Em primeiro lugar, relatórios internacionais credíveis, sobre a nossa economia, apontam que a nossa falta de competitividade tem origem em muitos factores e que o factor relativo ao mercado de trabalho e às leis laborais apenas contribui numa pequena percentagem, cerca de 5%, para essa falta de competitividade. Por outro lado, existem outros factores, por exemplo a “economia clandestina”, que contribuem muito mais para essa falta de competitividade, representando este último com cerca de 25%.

Por outro lado ainda, a nossa legislação laboral já é suficientemente flexível no caso do “despedimento colectivo”, sendo até das mais flexíveis da UE, não parecendo ser uma necessidade primordial alterar o conceito de despedimento sem justa causa.

Devido à actual situação de crise económica e financeira e ao ataque especulativo dos mercados à nossa economia, o Governo tem vindo a implementar vários planos de austeridade – o PEC I, o PEC II e o Orçamento de 2011, todos traduzidos em sacrifícios para os trabalhadores e pensionistas e, antes do fim do ano de 2010, veio propor aos parceiros sociais um pacote de **50 Medidas**, incluídas numa “Iniciativa para a competitividade e emprego”.

Esta Iniciativa pode ser enunciada e resumida em 7 temas, a saber:

1. Políticas activas de emprego;
2. Dinamizar a negociação colectiva através da descentralização da base negocial;
3. Redução temporária dos períodos normais de trabalho e suspensão dos contratos de trabalho em situação de crise empresarial – *Lay off*;
4. Estimular a criação de emprego através da instituição de um novo modelo de compensação em caso de cessação do contrato de trabalho;

5. Competitividade e internacionalização;
6. Reabilitação urbana;
7. Combate à economia informal.

É um facto que, no seu conjunto, a iniciativa e o Plano, aparentemente, são positivos, sendo que algumas das medidas são reivindicações antigas do movimento sindical. O Plano irá ser discutido em concertação social no CPCS, o que também é positivo. Todavia será prudente, desde já, fixar algumas limitações e cuidados a ter, fundamentalmente nas matérias referentes à Legislação Laboral, nos seguintes termos:

No tema 2 sobre a negociação colectiva a existência da negociação complementar, para o futuro, de base empresarial, é positiva mas o poder legal e constitucional que confere aos sindicatos, e exclusivamente a estes, o poder de negociar e celebrar convenções colectivas de trabalho, não pode ser posto em causa em nenhuma circunstância;

No tema 4 - a constituição e criação de um mecanismo de financiamento, de base empresarial, para garantir o pagamento parcial das compensações ao trabalhador por cessação do contrato de trabalho para os futuros contratos, não pode originar qualquer tipo de pagamento por parte do trabalhador nem por parte da Segurança Social. A ser criado, tem de ser um fundo exclusivamente suportado e financiado pelas empresas o que, nas circunstâncias actuais, também nos parece que a maioria das PME's terão dificuldade em assumir mais esse custo.

Quanto ao **tecto do montante das indemnizações** e limites às compensações, no caso de despedimento para os futuros contratados, é um mecanismo já existente em muitos Países Europeus e que, apesar de criar situações de desigualdade, merece ser discutido e equacionado, desde que não existam maximalismos ou exageros na constituição dos tectos ou limites.

10. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O caminho para melhores serviços públicos

A União Europeia e Portugal continuam a viver a ditadura do défice, traduzida em medidas em que os trabalhadores da administração pública não só servem para serem apontados como responsáveis pelas dificuldades económicas nacionais, como são utilizados para deles obter os recursos de combate a esse mesmo défice, através de congelamento salarial e de progressões em carreira, impedimento de acesso aos patamares remuneratórios superiores (utilizando o cego regime das quotas) e incidência de novas participações sobre as pensões de reforma.

A Administração Pública, com os seus cerca de 700 mil trabalhadores, agrupa um conjunto de entidades de importância fundamental para a vida dos Portugueses e para o desenvolvimento do nosso país.

Basta lembrar que abarca a Administração Central, Regional e Local, no âmbito da Administração Directa, bem como os Institutos e as Entidades Públicas Empresariais no âmbito da Administração Indirecta e, ainda, a Administração Autónoma, com as Universidades e Entidades Reguladoras.

O seu bom funcionamento é de relevante importância para a própria democracia, para a modernização e desenvolvimento do país.

Mas aquilo a que assistimos, frequentemente, é à ocupação dos cargos dirigentes, ao funcionamento anómalo de vários serviços por força de impulsos político-partidários, à **contratação de serviços** sem qualquer controlo e com **comportamentos que o próprio Tribunal de Contas aponta como ilícitos**.

Assiste-se à prática de **reestruturções permanentes, sem quaisquer resultados positivos**, que instalam o caos organizativo, desmotivam os trabalhadores e facilitam a corrupção.

Em vez disso, há que apostar em linhas de acção e políticas que apontem para **uma Administração Pública independente, profissionalizada, transparente, com trabalhadores motivados** e com prestação de contas anual pelo governo à Assembleia da República.

Uma Administração Pública onde deve caber ao poder político estabelecer os objectivos, outorgando os meios necessários, e controlar a sua execução.

Não podemos ter um poder político que substitui, quando lhe apetece, os dirigentes no exercício das respectivas funções.

É preciso **clarificar quem são os dirigentes por designação política**, e só esses podem ser nomeados pelo poder político. Todos os outros são funcionários públicos e de carreira.

É por isso fundamental um Estatuto do Pessoal Dirigente, que privilegie os procedimentos concursais para o preenchimento dos respectivos cargos.

Só assim se poderá ter uma **Administração independente e responsável**, como tal vista e sentida por todos os Portugueses.

Uma **Administração profissionalizada** significa que, estando em causa funções que têm a ver com a definição, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, é importante que quer os ingressos quer os percursos profissionais sejam concretizados por concursos escrutináveis, de modo a que, também aqui, deixe de acontecer aquilo a que muitos assistem nos Serviços Públicos: há uns tantos que com o cartão partidário, têm percursos profissionais rapidíssimos, enquanto outros injustamente marcam passo.

E, quando tudo isto acontece à sombra de legislação recente, que, na prática, torna insindicáveis procedimentos anómalos, **os TSD não podem ignorar** a necessidade de revisão de uma legislação que põe na dependência do poder político-partidário e dos dirigentes por ele nomeados a gestão do pessoal na Administração Pública.

Uma **Administração Pública transparente** significa que qualquer cidadão deve poder acompanhar o funcionamento dos Serviços Públicos.

Desde logo o funcionamento normal: que objectivos, que orçamento, que meios humanos, que decisões gestionárias. E isto não se verifica na maior parte dos Serviços Públicos, que, por norma, funcionam com total opacidade para os cidadãos e para os próprios trabalhadores.

Mas o desejado funcionamento transparente significa também que qualquer cidadão deve poder acompanhar a tramitação de um qualquer pedido ou processo entregue num serviço. Para saber onde está, porquê e para quê e quem é responsável.

Uma **Administração com prestação de contas anual na Assembleia da República**. Esta, com deputados eleitos por todos os Portugueses, tem de assumir as suas responsabilidades no funcionamento do instrumento mais importante para a satisfação das necessidades daqueles.

É por isso à Assembleia da República, a quem o governo deve prestar contas, que cabe fazer um juízo político sobre os objectivos dos serviços, os meios atribuídos e a forma como foram consumidos.

Só assim as questões que são colocadas diariamente pelos cidadãos, a propósito desses serviços, podem ter a resposta política a que a democracia obriga.

Em termos organizativos, a Administração Pública tem de ter trabalhadores motivados. **E para ter trabalhadores motivados, é necessário premiar-se o mérito**, assente na avaliação e em concursos, cuja tramitação possa ser questionada e não concursos de faz de conta, que não são mais do que favores a amigos ou correligionários.

A legislação recente permite que tudo isto ocorra, mas sem qualquer possibilidade de contestação:

- Para cargos dirigentes;
- Para diversos postos de trabalho dos mais qualificados, com atribuição da remuneração que for “negociada”.

Urge introduzir as mudanças necessárias, que garantam mais responsabilidade, mais eficiência, mais transparência, mais qualidade dos serviços e menos ocupação partidária.

Sabemos que o caminho para Melhores Serviços Públicos é estreito mas é, claramente, uma prioridade que defendemos.

11. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

É necessário que as organizações de trabalhadores unam esforços, para que o factor trabalho tenha o justo reconhecimento da sua importância na criação da riqueza e no progresso da humanidade, à escala nacional, europeia e mundial.

Os TSD conferem a maior importância às relações internacionais, pelo que, no espaço da União Europeia, vão aprofundar as suas relações com as organizações democráticas de trabalhadores dos países membros.

E no que respeita às organizações de trabalhadores da CPLP – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste – povos a quem nos ligam profundos laços históricos, culturais e linguísticos, os TSD vão continuar a estreitar as suas relações de amizade e cooperação.

12. OS TSD E AS MIGRAÇÕES

Na década de 80/90, verificou-se uma entrada de imigrantes no nosso país sem paralelo na história.

Hoje, mais de 600.000 imigrantes estão legalizados em Portugal. Inicialmente chegados das antigas colónias portuguesas e do Brasil, vieram depois dos países da Europa de Leste juntar-se aos anteriores.

O envelhecimento da população portuguesa leva a que os trabalhadores activos sejam cada vez menos, com as inevitáveis consequências nas diminuições dos seus contributos para a Segurança Social. Por outro lado, o decréscimo da natalidade faz prever que dentro de 50 anos em Portugal só existam 7,5 milhões de portugueses.

Habituação, saúde, ensino e principalmente emprego, também têm de ter respostas adequadas para aqueles que nos procuram.

Porém, devido às dificuldades económicas e ao forte desemprego, que também atinge os imigrantes, a corrente imigratória atenuou-se bastante nos últimos tempos. Há mais portugueses a sair do país, há poucos imigrantes a entrarem em Portugal e há muitos a regressarem aos seus países ou a procurarem outros países de acolhimento.

Portugal, conhecendo bem os problemas da emigração, deve fazer todos os possíveis para que os imigrantes, entre nós, sejam integrados e tão bem aceites como desejamos que os nossos emigrantes sejam tratados nos países de acolhimento.

Por outro lado, nos últimos tempos, muitos portugueses têm abandonado o país, porque a crise agudiza-se e o desemprego escasseia.

De facto, Portugal sofre hoje uma corrente emigratória preocupante, porque ao contrário dos trabalhadores indiferenciados que nas décadas de 60 e 70 do século passado abandonavam o País, os nossos compatriotas que hoje emigram são licenciados, profissionais de grandes qualificações e bem remunerados noutros países.

Portugal está, por isso e também a este nível, a ficar mais pobre, ao desperdiçar muitos dos seus quadros e cérebros, nos quais muito investe nos centros universitários, mas que depois vão colocar as suas capacidades ao serviço do desenvolvimento de outros povos, quando Portugal, mais do que nunca, tanto precisa do seu trabalho e da sua criatividade.

13. OS TSD E AS REGIÕES AUTÓNOMAS

A Autonomia Regional dos arquipélagos atlânticos portugueses constituiu uma das principais inovações introduzidas pelo regime democrático, criando condições para o desenvolvimento e progresso dos territórios insulares, de modo a combater o atraso ancestral que caracterizava as regiões da Madeira e dos Açores.

A insularidade e a ultraperiféricidade das regiões autónomas são obstáculos naturais que dificultam e condicionam o seu desenvolvimento, exigindo um esforço de solidariedade nacional que atenuem os efeitos de tais dificuldades.

Neste quadro, os TSD defendem a coesão económica e social de todo o espaço nacional, tendo em vista nomeadamente o desenvolvimento equilibrado e sustentado das regiões autónomas, através da eliminação progressiva das diferenças económicas, sociais e culturais e da minimização das desvantagens da descontinuidade territorial.

Os TSD defendem também que a Autonomia Regional deve ser progressivamente aprofundada, de modo a que as populações insulares disponham de meios jurídico-

constitucionais que permitam aos respectivos órgãos de governo próprio desenvolver políticas cada vez mais adaptadas às especificidades regionais.

Os TSD solidarizam-se com as Regiões Autónomas na luta contra as dificuldades decorrentes da sua condição insular e ultraperiférica, entendendo que o Estado Português e a União Europeia devem praticar políticas de coesão que promovam um desenvolvimento económico e social harmonioso e sustentado das regiões insulares, no quadro dos espaços nacional e supranacional em que se integram, e defendem a revisão da Lei das Finanças Regionais, que de forma injusta marginaliza a Madeira;

Os TSD congratulam-se com o sucesso do modelo de desenvolvimento e da política laboral social-democrata vigentes na Madeira, que em diálogo e concertação com os Parceiros Sociais, permitiram e permitem compatibilizar crescimento económico com desenvolvimento social, possibilitando a prática inexistência de conflitualidade laboral.

Os TSD felicitam as organizações regionais dos Trabalhadores Sociais Democratas dos Açores e da Madeira, pela sua acção dinâmica na promoção do ideal social democrata e na defesa de cada vez melhores padrões de vida para as populações trabalhadores das suas regiões.



SECÇÃO LABORAL DOS BANCÁRIOS

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO NORTE

MOÇÃO

XII CONGRESSO

COM OS TRABALHADORES

VENCER OS DESAFIOS

GANHAR O FUTURO

Consideração do trabalhador como sujeito e não como objecto de qualquer actividade. O homem português terá de libertar-se e ser libertado da condição de objecto em que tem vivido, para assumir a sua posição própria de sujeito autónomo e responsável por todo o processo social, cultural e económico."

Francisco Sá Carneiro

1975

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
SITUAÇÃO ECONÓMICA	6
CONCERTAÇÃO SOCIAL.....	12
POLÍTICA DE EMPREGO.....	15
INICIATIVA PARA A COMPETITIVIDADE E O EMPREGO.....	16
LEGISLAÇÃO LABORAL	18
SINDICALISMO – Mais e Melhor Sindicalização.....	19
EMPRESA	21
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	22
SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO.....	24
POLÍTICA FISCAL	25
POLÍTICA DE SAÚDE.....	27
JUSTIÇA.....	29
COMÉRCIO	31
SEGURANÇA SOCIAL.....	32
EDUCAÇÃO	34
REABILITAÇÃO URBANA – Um conceito de Cidadania.....	36
A MULHER NA SOCIEDADE.....	39
JUVENTUDE.....	40
FUNÇÃO PÚBLICA.....	42
USI – União de Sindicatos Independentes.....	44
UGT – União Geral de Trabalhadores.....	46
RELAÇÕES COM O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.....	48
RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	49
MADEIRA E AÇORES.....	50
PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA.....	52
CONCLUSÕES.....	54

INTRODUÇÃO

Desenrola-se este XII Congresso dos Trabalhadores Social Democratas num período conturbado da vida política portuguesa, com uma situação económica grave motivada fundamentalmente pela incompetência do Governo, incapaz de pôr ordem nas contas públicas portuguesas.

Tem vindo o mundo a atravessar uma das piores crises de sempre, à qual Portugal não conseguiu ficar incólume.

Vive-se hoje em Portugal uma época de incertezas e de profundo desânimo, motivado pelo período que atravessamos a nível interno, com cortes drásticos nos direitos dos trabalhadores, nomeadamente ao nível do funcionalismo público e dos trabalhadores pertencentes às empresas do sector empresarial do Estado, que viram atingidas as suas remunerações arduamente negociadas pelos seus sindicatos ao longo de duras negociações, juntando-se a isto um crescente e incontrolado crescimento do desemprego, esquecendo-se que toda esta situação se encontra directamente interligada com a situação de profunda crise que se vive mundialmente, crise essa com origem nos Estados Unidos da América, não conseguindo a Europa ficar impune a este estado de coisas.

Assim, urge que este seja um Congresso que permita contribuir para a aquisição de uma nova mentalidade dos Trabalhadores Social Democratas, que revendo-se e orgulhando-se do seu passado, devem encontrar novos caminhos para enfrentar o Futuro, que pretendemos e queremos seja mais próspero e seguro para os Trabalhadores Social Democratas em particular e para todos os trabalhadores portugueses em geral.

Não queremos que este Congresso sirva unicamente para elegermos os Órgãos Nacionais dos Trabalhadores Social Democratas, mas sim que seja um espaço de abertura, de confronto de ideias e de diálogo, permitindo-nos assim encontrar novos caminhos e novas soluções que nos possam conduzir a um Futuro mais seguro, e que volte a permitir aos Portugueses acreditar no Amanhã.

Este Congresso desenrola-se num período em que o Partido Social Democrata se encontra afastado da área do poder, mas preparando-se já, e mais uma vez, para brevemente voltar a assumir funções governativas. Também aqui e agora devemos discutir essa situação, deixando claro que teremos que aprender com os erros do passado, que também os cometemos.

O Futuro tem que ser feito e construído por todos, mas é fundamental que os trabalhadores sejam ouvidos e respeitados. Não podemos permitir, que em nome da recuperação económica e social que o País necessita, surjam políticas liberais penalizando quem já tanto foi prejudicado.

Neste capítulo teremos que ser intransigentes, deixando bem claro aos órgãos dirigentes do Partido Social Democrata que estaremos atentos ao seu trabalho futuro,

e não pactuaremos nunca com derivas liberais ou neoliberais que possam vir a atacar ainda mais os poucos direitos que restam aos trabalhadores portugueses, que têm sido, sem qualquer culpa, os mais atingidos pela crise que o País atravessa.

Clara e inequivocamente, para isso não contem com os Trabalhadores Social Democratas!

Desde sempre os Trabalhadores Social Democratas souberam encarar frontalmente os desafios que lhes foram colocados, não se negando nunca a enfrentá-los, cientes que deste modo estariam a defender não só as suas conquistas mas também a defender os interesses de Portugal, motivo primeiro de defesa em todas as lutas em que os Trabalhadores Social Democratas participam.

Existem, desde sempre, compromissos que os TSD têm assumido de forma bem clara, mas mais uma vez é este o momento de voltar a afirmar a nossa vontade de participar numa luta que vise possibilitar a obtenção de um Portugal mais justo e solidário, onde todos nos possamos rever, sentindo que desta forma estamos a contribuir para os trabalhadores portugueses verem as suas condições de vida melhoradas.

É esta a mensagem que se torna imperioso passar para o exterior deste Congresso, a par da nossa vontade de, com o nosso trabalho e participação responsáveis, apanágio dos Trabalhadores Social Democratas, participarmos na recuperação e desenvolvimento do País, pondo cobro a todas as injustiças sociais que o desvario socialista originou.

Temos de deixar bem clara esta nossa disponibilidade.

É este o momento de os Trabalhadores Social Democratas, em unidade, afirmarem aos trabalhadores portugueses que podem contar connosco!

SITUAÇÃO ECONÓMICA

A noção de crise faz parte do senso comum, assim como a convicção de que as economias evoluem por altos e baixos, numa sucessão de períodos de crescimento interrompidos por períodos de crise.

No entanto, no actual contexto, é fundamental clarificar a que economia nos estamos a referir: mundial, europeia, portuguesa ou qualquer uma delas globalmente consideradas? E por outro lado, dada a multiplicidade dos sectores de actividade de qualquer uma das economias, estaremos a referir-nos a algum deles em particular?

De facto, não é imperativa nem a simultaneidade dos ciclos económicos nem a correspondente intensidade, não obstante a crescente globalização e decorrente interdependência das economias nacionais e regionais.

De natureza distinta são as designadas crises estruturais, de profundidade e extensão mais acentuadas, e para cuja periodicidade se encontram menos razões explicativas.

Nestes casos, identificam-se altos e baixos conjunturais de características particulares: *altos* cada vez mais curtos e de menores índices de crescimento, e *baixos* cada vez mais prolongados e mais penalizadores.

Nestas circunstâncias, os períodos de crescimento económico passam a constituir meros intervalos num ambiente predominante e tendencialmente depressivo.

Todos os contornos actuais apontam para uma crise maior, de ciclo mais longo. Será essa a convicção generalizada da opinião pública, quanto mais não seja, da europeia, adensando-se a certeza de que dificilmente se ultrapassará esta crise sem alterações de profundidade e impacto de precedência quase incomparável.

Apesar da vasta consciência da inevitabilidade dessas alterações, envolvendo, com grande amplitude, agentes políticos, económicos e sociais, não existe unanimidade nem concordância no que concerne aos caminhos de saída da crise.

Atenta a natureza da actual crise, não se descortinam caminhos de saída sem uma forte ponderação dos contornos da crise, do que é que neles se afigura mais relevante, e, acima de tudo, quais os factores actuates que explicam a crise.

Neste âmbito, quem terá a certeza de poder afirmar que a economia mundial se encontra em crise? A China, com cerca de um sexto da população mundial e taxas de crescimento anual acima dos 10 % estará em crise? A América Latina, com destaque para o Chile, a Argentina ou o Brasil, que apresentam taxas de crescimento tão elevadas, estará em crise?

A mesma interrogação será extensível a países como Singapura, Coreia do Sul, Filipinas, Malásia, Indonésia e tantos outros.

A concordância será plena se, quando nos referimos à crise, o fazemos por nos vermos confrontados com grandes mudanças no ambiente económico, mas este varia significativamente entre as várias áreas do mundo.

De igual forma, não será convergente a análise entre os diferentes sectores de actividade económica. A crise da indústria têxtil será distinta da de indústrias como a informática, ou a aeroespacial, se é que há alguma crise de dimensão mundial em actividades desta natureza.

Se reduzirmos a escala da análise sectorial ainda mais divergentes serão as suas conclusões. De facto, não será identificável qualquer factor comum entre, por exemplo, a crise do sector têxtil em Portugal e a situação do mesmo sector na China (sendo inegavelmente impossível falar-se de crise de tal sector neste país).

Em face do exposto, afigura-se incontornável que haja consenso no que respeita ao tipo de crise a que pretendemos referir-nos. No nosso caso particular, será bem mais

pertinente referirmo-nos à crise da economia portuguesa do que à crise da economia europeia.

Nos últimos cinquenta anos observaram-se um conjunto de tendências de evolução susceptíveis de ajudar os europeus a explicar aquilo que hoje designam como um período de crise.

Desde logo, a crescente abertura e unificação dos espaços, com o conseqüente aparecimento de mercados mundiais, preterindo toda uma constelação de mercados locais, segmentados. Para este desiderato muito contribuiu o forte desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, bem como a intensificação da circulação de pessoas e conhecimentos. O mundo tornou-se sucessivamente mais pequeno.

Assim, a cada vez maior facilidade de transferência de actividades encontrou um particular impulso a partir da ponderação dos custos dos factores de produção.

De tudo isto resultou a denominada mundialização da economia e, por arrastamento, a intensificação da concorrência; numa correspondência circular, esta também impactou naquela.

Por outro lado, o aumento da concorrência não prescindiu de alterações significativas do seu quadro regulador, com destaque para a abolição dos entraves administrativos e fiscais à livre circulação de capitais, bens e serviços e, com amplitude planetária, à crescente liberalização, numa primeira fase através do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e, actualmente, pela mão da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Esta última criou as condições ideais para o aparecimento nos mercados dos chamados países de mão-de-obra barata. A sucessiva queda das restrições potenciou o crescente protagonismo de variadíssimos países no palco económico global e ao surgimento das denominadas economias emergentes.

As disputas de quotas de influência nos mercados passaram a depender da investigação e desenvolvimento, da inovação, da sofisticação tecnológica, da qualidade e dos factores de eficiência económica (em que se inclui o desenvolvimento de sinergias). Em suma, da rapidez e eficácia da mudança.

As vulnerabilidades individuais (de países ou regiões) podem ser supridas por instituições políticas de carácter supranacional, dotadas de poderes crescentes. A diminuição da capacidade de intervenção dos Estados é um facto nos nossos dias: reduz-se o número de instrumentos que lhes são consentidos; diminui a eficácia desses instrumentos, mesmo quando autorizados; cresce o poder, no interior das próprias fronteiras, de entidades económicas de grande porte, por vezes sem a menor afinidade nem a menor cumplicidade com o poder político instituído.

Tanto no plano europeu quanto no caso de Portugal não nos encontramos perante uma crise passageira, uma mera interrupção do crescimento. O cenário é, sem qualquer dúvida, bastante mais sério: trata-se de uma verdadeira crise estrutural, de que não sairemos sem mudanças profundas, particularmente no que a Portugal diz respeito.

Não é fácil caracterizar a situação de Portugal. Os modelos e os quadros mentais parecem demasiado abstractos, de aplicabilidade problemática perante o concreto da situação e a densidade dos seus aspectos.

Portugal encontra-se sujeito ao movimento de abertura acima referido – vive-o intensamente, no âmbito da integração europeia e no âmbito do processo de liberalização conduzido pela OMC.

Importações e exportações cresceram muito mais rapidamente do que o produto interno, dando uma ideia da rapidez com que se processa a abertura e do grau de intensificação da concorrência.

Sendo um dos países da Europa Comunitária cuja competitividade terá assentado mais, no passado, na mão-de-obra barata e no acesso aos recursos naturais, nomeadamente a floresta, Portugal é frequentemente apresentado, juntamente com outros países da Europa do Sul, como um dos países potencialmente mais afectados pela abertura no âmbito da OMC; é também um dos países mais afectados pela abertura da União Europeia às transacções comerciais com espaços como a Europa Central e de Leste, e à África do Norte, num sentido de evolução que culminou na integração formal de muitos destes Estados na União.

Acresce que, em matéria de política comercial externa, esta é cada vez mais concebida e executada a nível comunitário, colocando frequentemente Portugal em posição de ver menos atendidas as especificidades da sua situação, diluída na vastidão da economia europeia e em interesses muito mais amplos e cada vez mais dispersos e diversificados.

Confrontado com a incontornável necessidade de alterar os seus factores de competitividade, assistiu-se à persistência da incerteza no que concerne à definição dos novos factores a construir.

Entretanto, o crescimento tem sido lento, inexistente e, por vezes, negativo; é a recessão: crise.

As dificuldades das empresas instaladas são grandes, os projectos de investimento privado são poucos, os apelos à intervenção proteccionista do Estado são crescentes.

As verdadeiras reestruturações têm sido adiadas.

As reformas indispensáveis no aparelho do Estado têm sido adiadas, embora se sucedam as intenções (que de tal não têm passado) de avanço.

O desemprego tem vindo a aumentar dramaticamente num país que, não vai há muito tempo, podia exhibir uma situação de pleno emprego técnico.

Há um peso crescente do capital estrangeiro, sendo estrangeira a maioria dos projectos por onde passa a reestruturação do sistema produtivo. Tal não ilude, no entanto, o reduzido conteúdo de emprego dos projectos de investimento estrangeiro, incapazes de se substituírem aos sectores tradicionais em matéria de capacidade de criação de postos de trabalho.

A economia cada vez mais se terciariza. Torna-se mais intensiva em conhecimento e em necessidade de prestação de serviços. Está submetida a uma mudança mais acelerada. É menor a capacidade de condução dos acontecimentos por parte do Estado Português.

A divergência dos níveis de desenvolvimento económico em relação aos nossos parceiros da União Europeia é crescente.

A integração monetária acentuou a redução das possibilidades operacionais do Estado Português.

Contudo, como seria se assim não fosse?

Os mais recentes episódios da crise do subprime e da bolha imobiliária que lhe esteve associada, embora numa primeira fase não tenha registado grandes impactos na economia e no mercado financeiro português (não obstante as ressonâncias pontuais observadas nalguns bancos europeus, de dimensão não negligenciável), originaram ecos de forte magnitude num ambiente económico crescentemente debilitado pelas condições conjunturais que se foram manifestando, dando visibilidade a uma nova faceta, até então algo desconhecida e actualmente mais preocupante (não só para Portugal): a crise da dívida soberana.

Aquando do primeiro evento mencionado no parágrafo precedente, as principais autoridades monetárias mundiais tentaram prevenir os riscos sistémicos com a injeção de liquidez nos mercados financeiros. De forma concertada os Bancos Centrais de cada país também disponibilizaram instrumentos de apoio à manutenção dos níveis de financiamento da liquidez de que os bancos nacionais necessitassem para a sustentação das suas condições operacionais e de apoio à economia.

No entanto, as pressões dos operadores financeiros internacionais apenas provisoriamente eram aliviadas: as suas drivers de actuação eram sucessivamente refocalizadas.

O Banco Central Europeu sentiu necessidade de tocar a reunir em defesa do euro. A preocupação em torno dos indicadores económicos de alguns países da Eurozona (com destaque para a Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália) justificou a articulação com o Fundo Monetário Internacional de meios susceptíveis de corresponder aos previsíveis apelos de ajuda de alguns desses países.

As contínuas pressões internacionais sobre a dívida pública portuguesa têm-na tornado cada vez mais cara. Os ratings da República Portuguesa têm sido sucessivamente revistos em baixa, factor que, por si só, tem tido tradução prática nos preços de renegociação / renovação da dívida.

Os principais operadores financeiros - os Bancos - têm, por consequência, sentido dificuldades acrescidas na construção dos seus fundings.

Não obstante os bons resultados dos stress tests a que a banca portuguesa foi submetida, embora tenham pontualmente aliviado a pressão, os mercados não se deixaram iludir e os spreads têm observado níveis crescentes.

Também os ratings dos bancos portugueses têm sido revistos em baixa acentuada. O Banco Central Europeu cada vez mais colhe a confiança dos bancos portugueses como fonte de financiamento, face ao contínuo fecho dos mercados.

A credibilidade da banca está directamente indexada à credibilidade da República.

O bom nível de internacionalização dos maiores bancos portugueses tem assumido particular protagonismo na formação dos resultados de exploração consolidados.

Não obstante os esforços desenvolvidos no sentido de manter o financiamento do aparelho empresarial, são cada vez maiores as dificuldades dos mutuários, porque, para além das dificuldades conjunturais e estruturais que enfrentam, o custo do dinheiro de que necessitam para manter a sua operacionalidade é crescente.

O Banco de Portugal traça um cenário de incerteza para a banca e explicita os riscos para a geração de resultados: travagem expectável na concessão de crédito (resultante do processo de desalavancagem financeira na economia bem como da sua conjugação com o nível ainda reduzido das taxas de juro nominais, não obstante o aumento dos spreads nas operações de crédito, permite antever a manutenção da margem financeira em níveis historicamente baixos), incerteza da recuperação da actividade económica e do mercado de trabalho (também derivada da necessidade de consolidação orçamental) e alguns riscos associados à exposição ao mercado accionista (através da carteira própria e, especialmente, da carteira dos fundos de pensões dos empregados bancários).

Um novo crescimento do crédito malparado, ou a necessidade, em alta, do seu provisionamento e das dotações para imparidades da carteira de crédito, poderão ter impactos sérios não só nos resultados de exploração dos bancos como no reforço dos

níveis de capitalização regulamentarmente impostos no âmbito da revisão do Acordo de Basileia (III).

A maioria dos observadores sustentam uma visão negativa sobre os bancos portugueses em relação aos seus pares, dado o elevado risco da persistência da crise no nosso país, apontando como muito provável uma nova recessão, facto a que não serão alheias as medidas de austeridade consagradas no Orçamento de Estado para 2011.

De facto, reúne o consenso de um vasto leque de especialistas a tendência de revisão em baixa das estimativas do nosso PIB para, pelo menos, 2011.

A ausência de abertura dos mercados internacionais, aliada à falta de crescimento da economia, terá como consequência o esgotamento das reservas familiares e a redução das prestações sociais; um dos efeitos mais visíveis, ao nível da banca, será a evolução, também neste segmento, do crédito mal parado.

As estratégias de actuação do Estado e de management de todos os operadores (económicos e financeiros) têm que ser seriamente reformuladas, orientando-se privilegiadamente para as indispensáveis correcções estruturais.

Face à encruzilhada em que nos encontramos, é imperioso que nos recoloquemos de forma sustentada (estruturalmente alicerçados) no caminho do crescimento e da convergência económica com os nossos parceiros da União Europeia.

A capacidade de resistência e para vencer obstáculos dos portugueses terão que ser reeditados; a nossa história está repleta de episódios comprovativos dessas nossas qualidades, só temos que adaptar a nossa estratégia às características dos nossos adversários.

A nossa capacidade de trabalho amplamente reconhecida além-fronteiras terá certamente idênticos ecos no nosso quintal.

Sem idealismos fúteis, está em causa a nossa independência e a nossa identidade.

CONCERTAÇÃO SOCIAL

A Comissão Permanente de Concertação Social, na sua fase inicial, tinha os seus trabalhos centrados na política de rendimento e preços e na regulamentação das condições de trabalho, tendo progressivamente alargado os seus domínios aos campos do emprego, formação profissional e segurança social.

Há que lembrar que os primeiros e decisivos passos conducentes à existência de uma política de concertação social em Portugal decorreram num período de Governo Social Democrata, cujo Primeiro Ministro era o Prof. Aníbal Cavaco Silva, num período em que Portugal convergia, claramente, com o crescimento que se verificava a nível europeu, o que a todos nos deve encher de orgulho.

E o que se verifica hoje?

Assistimos a um a extremar de conflitos, esquecendo-se que terá sempre que ser na base do Dialogo que os conflitos terão que ser dirimidos, verificando-se um agudizar das tensões laborais em Portugal.

Fala-se muito nas alterações da legislação laboral, o que muitos consideram um perfeito disparate, como ainda recentemente dizia o nosso companheiro Silva Peneda, presidente do Conselho Económico e Social.

Bruxelas aposta na necessidade de flexibilizar o mercado de trabalho, colocando de forma ilegítima pressão sobre Portugal, numa altura de maior fragilidade da economia portuguesa.

Haverá necessidade de reformular a actual legislação laboral, nomeadamente a vertida na Lei 7/2009, de 12 de Fevereiro?

Esta Lei, de aprovação recente, contém virtualidades que não foram ainda suficientemente aprofundadas, não se vendo inclusive nenhuma Confederação patronal a considerar como prioritária a sua alteração.

A própria OCDE ainda recentemente reconheceu que a legislação laboral portuguesa está ao nível e se compara com a da generalidade dos países europeus.

Os sindicatos portugueses têm mostrado disponibilidade para, em sede de negociação, encontrar formas de agilizar a contratação colectiva, o que vem demonstrar que não haverá grande premência em alterar a legislação actualmente existente em nome da flexibilização das relações laborais.

Tentar embaratecer despedimentos, ou flexibilizar legislação, principalmente num período de crise como o que actualmente atravessamos, pode conduzir a um clima de grande instabilidade e a uma eventual explosão social.

Esta é uma situação que se impõe evitar, obrigando a que na base do diálogo e da negociação se encontrem caminhos que permitam vencer os desafios que se colocam á nossa economia em particular, e aos trabalhadores portugueses em geral.

É também um campo em que a concertação social tem de prevalecer sobre o conflito social.

Mas infelizmente, e também neste campo, vemos existir por parte do actual Governo um total desnorde, cedendo, a grupos de interesses instalados, tudo aquilo que na mesa negocial e da Concertação Social foi acordado.

Paradigmático é o que se verifica com o acordado sobre o Salário Mínimo Nacional, Pensões e Subsídios Sociais, situação que a todos nós, Trabalhadores Social Democratas, nos deve fazer reflectir, levando-nos a exigir, quer do poder político quer do movimento sindical, o cumprimento do livremente acordado e dado a conhecer a todos os trabalhadores portugueses.

É este tipo de Concertação Social que queremos?

Perante os graves problemas que vivemos, todos os mecanismos previstos na Concertação Social terão que ser aproveitados e explorados, envolvendo desta forma todos os parceiros sociais no encontro de soluções e consensos para que possamos encarar o futuro com esperança.

A Concertação Social encontra-se paralisada, muito por culpa do constante ziguezaguear do actual Governo, que se mostra incapaz de encontrar soluções para os problemas que nesta matéria tem criado.

Para fazer face aos sacrifícios que hoje são pedidos aos portugueses – mas não a todos – urge encontrar caminhos que conduzam à criação de um Pacto Social mobilizador do País em geral, e dos trabalhadores em particular, gerando confiança entre os

parceiros sociais, repensando-se todo o nosso modelo económico futuro, dinamizando a competitividade, a produtividade, a criação de riqueza e emprego.

Os Trabalhadores Social Democratas sempre acreditaram no Dialogo Social e nas virtualidades da Concertação Social, reconhecendo que só no aprofundar destas duas vertentes será possível encontrar um novo rumo para Portugal e, ao mesmo tempo, devolver aos portugueses uma nova esperança no futuro.

Há necessidade de rapidamente Governo e Parceiros Sociais dialogarem e negociarem compromissos que permitam ultrapassar os impedimentos que o País apresenta para encontrar um novo rumo e caminhar para o progresso e desenvolvimento.

Com este Governo parece-nos impossível desbravar tais caminhos.

Começa, mais uma vez, a chegar a hora de o Partido Social Democrata encontrar e liderar um novo rumo para Portugal!

POLÍTICA DE EMPREGO

O desemprego continua a aumentar, atingindo níveis cada vez mais insustentáveis, o que foi atestado este ano por um crescimento económico insuficiente para evitar esta situação, em particular nos primeiros meses.

As recentes previsões do Banco de Portugal sustentam as previsões da União Europeia, da OCDE e do Fundo Monetário Internacional, vindo confirmar que uma eventual retoma implica políticas sustentadas de crescimento económico, com prioridade para o combate ao desemprego, o que exige não só medidas que reforcem o crescimento económico, mas também o reforço das políticas activas de emprego e de apoio aos desempregados.

Por outro lado, é necessário avaliar e reformular as políticas de emprego de combate à crise, de modo a que atinjam os objectivos, com prioridade para o apoio à criação de postos de trabalho, à diminuição da precariedade e à qualificação dos trabalhadores.

Entretanto, impõe-se uma particular atenção:

- ao combate à pobreza e ao apoio aos desempregados, considerando em especial que os valores mínimo e máximo do subsídio de desemprego devem ser indexados ao salário mínimo e não ao indexante dos apoios sociais (IAS).

- à rápida publicação das medidas anunciadas em Conselho Permanente de Concertação Social em Setembro do ano passado e ainda não publicadas.
- à permissão da reforma antecipada dos trabalhadores com mais de 55 ou 60 anos (em vez dos actuais 57 e 62), esgotado o período de atribuição do subsídio de desemprego.
- ao reforço do apoio aos desempregados por parte dos centros de emprego, por via do acesso à formação e do apoio à procura activa de emprego.
- ao reforço do apoio às famílias em que mais de um membro do agregado esteja desempregado ou em que haja filhos menores.
- à transparência e credibilização dos números do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Enfim, impõem-se políticas de modernização de carácter sectorial que respondam à necessidade de manutenção da capacidade produtiva, ao aumento da competitividade e à melhoria da qualidade do emprego, devendo os programas qualificação-emprego de carácter sectorial ter a participação dos sindicatos.

INICIATIVA PARA A COMPETITIVIDADE E O EMPREGO

A aprovação do Orçamento Geral de Estado para a 2011, bem como a aprovação dos sucessivos pactos de Estabilidade e Crescimento, foram instrumentos que o Governo socialista considerou como fundamentais para o alcance do equilíbrio orçamental e, simultaneamente garantir as condições de financiamento de que a economia portuguesa necessita.

Todos sabemos da impossibilidade deste governo cumprir aquilo que promete, nomeadamente nas políticas orçamentais. Como será possível que quem levou o Estado à situação actual o posso recuperar? Como será possível acreditar em quem pretende distribuir riqueza antes de a produzir?

Incapaz de responder aos grandes desafios que a situação económica do país exigia, este governo atacou a classe trabalhadora, os reformados e pensionistas, mostrando toda a sua incompetência para responder às questões a queurgia responder.

Incapaz de responder a este desafio, descobriu o actual governo em nome do equilíbrio orçamental, um conjunto de medidas que pomposamente apelidou de “Iniciativa para a Competitividade e Emprego” e que mais não são do que mais um ataque aos direitos dos trabalhadores, como se fossem eles os culpados da incompetência de quem nos governa.

E assim apareceram as conhecidas “cinquenta medidas” que teriam em vista a modernização da economia e da sociedade portuguesa e, simultaneamente estimular o progresso nacional.

E o que surgiu com mais esta proposta governamental?

Apareceu mais uma vez um conjunto de ideias sem qualquernexo, incapazes de responder às preocupações dos trabalhadores e sindicatos portugueses, e geradoras de potenciais conflitos num futuro breve.

Portugal – os trabalhadores e os empresários – precisam de medidas urgentes e serias, tendo em vista fazer resistir e fortalecer o tecido empresarial, ao mesmo tempo que permita salvaguardar os actuais postos de trabalho e criar outros que minimizem, rapidamente, o flagelo do desemprego em Portugal.

Continuam sem solução, em mais estas medidas avulsas tomadas, um conjunto de questões, que seriam necessárias tomar para efectivamente dinamizar a economia portuguesa, defender os trabalhadores e salvaguardar os seus postos de trabalho.

Será que a competitividade passa por criar um fundo privado, retirado dos salários dos trabalhadores e que sirva para pagar as indemnizações em caso de despedimento?

Será que a competitividade se fortalece com ajudas à criação de emprego, ou será apoiando as empresas a destruir emprego que estamos a desenvolver a economia?

Será que a competitividade se fortalece com estas medidas, ou se fortalece apoiando as empresas com a diminuição das contribuições a que legalmente estão sujeitas, em caso de quem contrata trabalhadores sem termo?

Não será obrigação de qualquer governo sério e competente ajudar as empresas exportadoras, simplificando a burocracia e criando incentivos às exportações?

Será que a competitividade se fortalece obrigando as empresas a pagar a energia a preços dos mais caros da Europa para que a EDP e a GALP no final do ano possam apresentar resultados milionários, pagando aos seus gestores prémios de nível mundial?

Será que a competitividade se fortalece retirando direitos, como o da negociação colectiva aos sindicatos, alargando esses direitos a organizações que não têm essa legitimidade?

Será que a competitividade se fortalece com a Justiça a funcionar com a morosidade que se reconhece, prejudicando com os seus atrasos tudo e todos?

Será que a competitividade se fortalece lançando milhares e milhares de jovens, a maior parte com habilitações superiores, no desemprego ou obrigando-os a emigrar contribuindo com o seu conhecimento para enriquecimento de outros países?

As empresas nacionais de referência e que mais exportam não pretendem a flexibilização dos despedimentos, a redução das indemnizações, ou a contratação empresa a empresa. Pretendem sim energia mais barata, uma justiça mais célere e um sistema fiscal sério e que não ande sempre a mudar as regras do jogo. É isso que as preocupa!

Estamos pois perante mais uma oportunidade perdida por parte do actual governo, que há muito deixou de ser parte da solução para passar a ser parte do problema.

Há cada vez mais necessidade de se desenvolver e aprofundar o diálogo social, o qual se deverá desenrolar de forma tripartida, encontrando soluções para os problemas nomeadamente a nível de políticas activas de emprego.

Reduções salariais e despedimentos, quer no sector privado quer no sector público, nunca serão solução para os problemas que o país atravessa, bem pelo contrário. Num futuro próximo serão potenciadores de conflitos sociais de resultados imprevisíveis.

É por isso que esta Iniciativa para a Competitividade e Emprego não serve a ninguém, e é mais uma oportunidade perdida para se encetar um processo galvanizador por parte de empregadores e trabalhadores que permita retirar o país da situação em que o governo do Partido Socialista o colocou.

LEGISLAÇÃO LABORAL

Os Trabalhadores Social Democratas sempre defenderam que a Revisão da Legislação Laboral devia ser feita de forma equilibrada e, o mais possível, integrada quer na dinamização do tecido económico, quer na defesa e salvaguarda dos agentes económicos em geral e dos trabalhadores em particular.

Para nós, o equilíbrio económico e a justiça social devem ser a consequência natural de divergências resultantes das diferenças de análise e de interesses.

Na primeira linha de solução democrática é indispensável a existência de um Quadro Legislativo actualizado, equitativo e desburocratizado para que as diferenças sejam ultrapassadas através de um acordo no âmbito de uma Concertação Social activa.

Periodicamente, é inevitável que o nosso País adapte a Legislação de Trabalho no sentido de ser mais abrangente e simplificada, ou porque não é compatível com as modificações operadas nas empresas por força da concorrência, ou porque ainda não contempla os direitos dos trabalhadores tal como já existem na legislação europeia.

Hoje não estamos na situação de ausência de Leis mas ainda sofremos as consequências da sua desactualização, por desleixo ou por interesse no atraso da transposição das directivas europeias.

Em coerência e por fidelidade à linha programática do Reformismo, os TSD continuam a defender a construção permanente da Democracia económica e social num Estado de Direito como é Portugal.

O Código de Trabalho em vigor (Lei nº 7/2009) já teve várias actualizações no ano passado, e ainda não está livre de mais adaptações a julgar pelas diferentes posições já manifestadas em tempos de crise.

Para o Governo, as alterações a introduzir visam tão só (!) “*optimizar aquilo que são as possibilidades que o Código de Trabalho oferece.*” Mas os trabalhadores atingidos poderão pensar o mesmo?

Os TSD não discordam de qualquer aprofundamento ou adaptação no domínio da regulamentação para apoio ao tecido empresarial desde que estes se façam sem atingir, ainda mais, os trabalhadores já fragilizados.

Fazer actualizações adequadas para dar resposta atempada às mudanças em termos de processo produtivo e promoção da competitividade no âmbito do mercado de trabalho é um papel que cabe a todos, e que se impõe seja discutido e decidido em sede de Concertação Social.

Não podem os governantes garantir em Bruxelas que vão proceder a reformas das leis laborais, e assumir em Portugal que se vão limitar à actualização das disposições já previstas. Como também não basta receber os representantes dos parceiros sociais e debater hipóteses para que se obtenha, a curto prazo, o crescimento da economia de acordo com patamares estatísticos desejados.

Os TSD lamentam o comportamento aparentemente estranho, mas implacável, dos mercados financeiros, bem como também não compreendem as dificuldades e ziguezagues de que o Governo dá mostras na avaliação atempada e correcta dos problemas emergentes que tanto prejudicam quem trabalha.

Nesta fase, não estamos convencidos de que a criação de um “Fundo” se justifique para melhor despedir e compensar trabalhadores atingidos. Sem sabermos os objectivos, estrutura, finalidade e ponderação de alternativas mais fiáveis e justas, socialmente achamos até que pode ser um expediente imoral.

Em conclusão, a Legislação Laboral a alterar só pode ter como finalidade a simplificação das medidas de estímulo à economia sem reduzir os legítimos direitos dos trabalhadores, principalmente os que se encontram em situações de trabalho mais frágeis.

Neste contexto de crise, entendemos que o crescimento da economia é absolutamente necessário, mas mais importante que a anestesia mediática do combate ao Défice deverá ser, para nós TSD, a erradicação sustentada das situações de precariedade no emprego e mesmo da fome que alastra no nosso País.

SINDICALISMO – Mais e Melhor Sindicalização

A globalização da economia no mundo tem tido como resultado a fusão de monopólios pela concentração das empresas.

Constata-se que, enquanto os trabalhadores vão sendo penalizados com este fenómeno crescente e irreversível, e se encontram cada vez mais divididos, as Empresas, especialmente na área Financeira, se vão tornando mais fortes e coesas.

Há que reconhecer que esta opção empresarial tem sido positiva ao contribuir para uma melhor afectação de recursos à escala global. Contudo, tem vindo a conduzir os já poderosos empresários a uma superior posição de domínio, e acarretado prejuízos e graves problemas sociais e de precariedade no emprego para os trabalhadores.

Outro grave problema é o da facilidade na deslocalização das empresas. Os penalizados são sempre os trabalhadores, pois essas mudanças traduzem-se numa enorme instabilidade, provocando a diminuição dos salários e o aumento da insegurança no emprego.

Coloca-se igualmente uma importante questão no que se refere às causas de “maior ou menor produtividade”.

Quando se refere que os trabalhadores de uma determinada área são mais ou menos produtivos que outros, de diferentes países, passa-se a imagem de que a culpa e responsabilidade é principalmente desses trabalhadores.

Todos sabemos que isso não corresponde à verdade. Está comprovado que quando esses mesmos trabalhadores mudam de país, ou até de empresa, a sua rentabilidade supera normalmente a dos mais rentáveis.

As “ferramentas” de que dispõe, a disponibilidade de formação actualizada e permanente e, muito especialmente, o factor “Organização”, têm grande influência, dir-se-á mesmo que são vitais no nível produtivo do trabalhador. E sem a uniformização de todos estes meios, não é possível aumentar a produtividade das empresas e melhorar os rendimentos dos seus trabalhadores.

Logo, há que rever esta situação e, no plano Europeu, exigir apoios governamentais para investir e reforçar a uniformização das condições de trabalho.

Enquanto isso, com o aumento exagerado do poder das empresas e o enfraquecimento dos trabalhadores, que se vêm obrigados a lutar duramente por um lugar no mercado de trabalho, fortemente concorrencial, os Sindicatos têm vindo a perder muita da sua força.

Este é um problema quase geral, com mais ou menos incidência nesta ou naquela área. Uma das causas reside no facto de muitos dos jovens não acreditarem no “poder” dos Sindicatos. Não acreditam que estes possam defender os seus direitos e interesses e, pior, perante o elevado nível de desemprego, vêm-nos como estruturas dispensáveis ou mesmo prejudiciais no acesso à sua carreira profissional.

Outros há para quem os Sindicatos não são mais que uma despesa mensal e, como tal, as respectivas quotas sindicais serão umas das primeiras despesas a serem cortadas, e conseqüentemente, levando-os à des-sindicalização.

Este panorama tem de ser invertido.

Os mais jovens, no seu entusiasmo e dedicação - que devem manter pela vida fora e que os Sindicatos aplaudem -, não podem esquecer que, no mercado de trabalho, são mais um “número” entre milhares de “outros” e necessitam, cada vez mais, de um apoio que esteja sempre do seu lado, nos bons mas também nos maus momentos que certamente atravessarão.

Apoio que só encontrarão no seu Sindicato, avalizado e reconhecido, moral e legalmente, por todos os parceiros envolventes no mundo do trabalho.

Esta é uma mensagem que tem de ser transmitida com verdade, pois este mundo globalizado, a que ninguém estava habituado, é uma realidade que veio para ficar. A solução é enfrentá-lo, como um desafio a vencer, tal como outros que o mundo sindical já venceu.

Assim, exige-se que os Sindicatos

- **Descubram e definam estratégias com o objectivo de sindicalizar os jovens.**
O futuro depende da solidariedade de cada um integrada num todo, já que, individualmente, todos terão a perder. Quanto mais fortes e participativos forem os Sindicatos, maior capacidade terão para negociar e reivindicar das entidades empregadoras melhores condições sociais e económicas para os trabalhadores.
- **Considerem prioritário o fortalecimento sindical através de Mais e Melhor intervenção.**
Há que apostar numa organização rejuvenescida, mais determinada, coesa, influente, benéfica à Europa e a todos os trabalhadores do Mundo. Mas, para isso, importante mesmo é, em uníssono, passar da teoria à acção.
- **Pratiquem um Sindicalismo de proximidade e de terreno.**
Os Sindicatos, através das suas diversas estruturas, têm de uma forma mais directa e eficaz estar em contacto com os trabalhadores nos seus locais de trabalho, para assim se aperceberem de quais os problemas que estes enfrentam no seu dia a dia. O “Sindicalismo de Gabinete” conduz ao afastamento.

EMPRESA

No momento de grandes dificuldades que o País atravessa, o tecido empresarial tem de ser olhado de forma diferente pelos poderes instituídos existentes em Portugal, nomeadamente as micros, pequenas e médias empresas, geradoras e garantia de milhares de postos de trabalho, não deixando contudo as grandes Empresas existentes no País de continuarem a merecer a atenção que deve existir para o seu acompanhamento.

Urge, face às dificuldades que a sociedade portuguesa atravessa, criar dentro das Empresas uma cultura de diálogo e concertação, permitindo deste modo que os trabalhadores e as suas Estruturas Representativas, nomeadamente os Sindicatos, se tornem mais participativos na vida de todas as Empresas. Com trabalhadores participativos e responsáveis, rapidamente se atingirão níveis de satisfação e valorização profissional elevados, atingindo as Empresas mais facilmente os objectivos a que se propõem.

Os Trabalhadores Social Democratas sempre consideraram as Empresas como um espaço de cooperação entre Trabalhadores e Empresários, onde se deve, em diálogo e

concertação, evitar conflitos que não servem os interesses dos trabalhadores e que na maior parte das vezes são colocados de forma artificial por aqueles que mais não visam do que implementar o confronto e a instabilidade.

Há uma necessidade, cada vez mais premente, de que o trabalhador se sinta totalmente integrado na Empresa, não estando sujeito a um regime laboral em que sinta o seu vínculo profissional instável e sem qualquer perspectiva de futuro.

Nas alturas de crise, sempre os trabalhadores tem respondido afirmativamente aos desafios que lhes são colocados, dando verdadeiras lições de profissionalismos aos que muitas vezes duvidam das suas capacidades.

Torna-se fundamental que os trabalhadores sejam tratados não como um número, mas sim como o melhor activo que qualquer Empresa tem no seu balanço. Os trabalhadores portugueses, na sua grande maioria, têm dado verdadeiras lições de responsabilidade e profissionalismo, não podendo ser culpabilizados de qualquer falta de produtividade, sendo altura de pôr fim a discursos miserabilistas que os culpam pelos males da economia portuguesa.

É altura de todos – entidades patronais, trabalhadores e sindicatos – assumirem as suas responsabilidades, e reconhecerem que onde existe precariedade de emprego, rotina e estagnação laboral, não reconhecimento do mérito e baixos salários, existe uma tendência acentuada para a produtividade ser mais baixa.

Os trabalhadores portugueses merecem e precisam que os Trabalhadores Social Democratas encetem processos de diálogo com os empregadores que permitam encontrar caminhos para dignificar o seu trabalho e valorizar as suas capacidades, permitindo desta forma que vejam recompensado o seu esforço.

Compete-nos liderar este processo nos Sindicatos a que pertencemos. É uma luta que vale a pena encetar. Temos de demonstrar a nossa disponibilidade para o fazer.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A defesa permanente dos direitos e legítimos interesses dos trabalhadores Portugueses desaconselham o comodismo e a passividade.

A actual situação do nosso País impõe aos TSD o realismo e oportunidade para ajudarmos a enfrentar as dificuldades, contribuindo com análises e propostas para as soluções que consideramos adequadas na presente situação.

Sabemos por experiência própria que, para haver lugar ao protagonismo social exige-se diálogo, respeito mútuo e compreensão recíproca entre Trabalhadores, Empresários e Governo.

A alternativa poderá derivar na demissão de responsabilidades históricas e na indirecta contribuição para o caos nas estruturas do mundo do trabalho, onde os interesses dos trabalhadores acabam sempre por sair desfavorecidos.

Em 2007, e para arrumar a legislação avulsa existente, procedeu-se à reforma da Formação Profissional acordada pela generalidade dos Parceiros Sociais com assento no Conselho Permanente de Concertação Social.

Com a aprovação do novo modelo de Certificado de Formação Profissional e a iniciativa das Novas Oportunidades foram estabelecidos compromissos para a melhoria da competitividade, empreendedorismo, pesquisas activas de emprego para além da sensibilização e divulgação da Igualdade de Género, etc.

Só em 2009, através de Portaria, foi estabelecido o Catálogo Nacional de Qualificações.

Apesar de, em tempo oportuno e sobre as iniciativas enunciadas, os TSD já terem tomado posição quer directamente quer no seio da UGT, queremos recordar que ainda hoje temos fundadas críticas a fazer, nomeadamente o recurso à *“remissão da regulação de algumas matérias para portarias a emitir”*, quando o desejável será que sejam fixados prazos para a emissão de tais documentos garantindo uma rápida integração no Quadro Legislativo.

A Formação Profissional técnica e prática é essencial para o desempenho de qualquer função profissional, especialmente num mundo cada vez mais submerso pelo inevitável surgimento de novas tecnologias.

Os TSD afirmam que a Formação Profissional séria dos trabalhadores, mormente em período de crise como a que enfrentamos, é factor importante do acréscimo sustentável de produção e criação de riqueza.

A confirmar esta conclusão constata-se que, em alguns países da Europa socialmente desenvolvida, os trabalhadores que têm uma formação profissional e escolar mais aprimoradas possuem maior motivação no seu trabalho, já que quanto melhor é a formação tanto mais atraente é a sua actividade profissional.

Em Portugal pode ser interessante a dinamização de Centros de Escolarização para desempregados capazes de potenciar um financiamento social rentável, nomeadamente através da possibilidade de novas profissões, preparação para exames de Formação Profissional, para além de interessante reciclagem de conhecimentos.

A regionalização e diversificação da Formação Profissional tornam mais fácil e próxima a aprendizagem, o aperfeiçoamento, a reciclagem e a reconversão dos trabalhadores, incluindo o abandonado sector dos Jovens à procura de primeiro emprego.

Impõe-se a sua articulação com os vários departamentos de Estado, incluindo o ensino oficial e a indispensável participação dos Parceiros Sociais e das Autarquias.

Em conclusão, os TSD não podem, nesta situação difícil que atravessamos, deixar de apelar ao sentido de responsabilidade do Governo, dos Parceiros Sociais e do poder Autárquico na assunção de iniciativas que intensifiquem a utilização e dinamização dos recursos existentes e encarem o problema com a urgência a que os trabalhadores têm direito.

SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

À medida que as condições técnicas de prestação de trabalho evoluem no sentido do aumento da produtividade e os trabalhadores tomam consciência dos seus deveres e direitos, torna-se imperativa a salvaguarda da sua integridade física, moral e profissional, conjugadas com a melhoria da qualidade do trabalho.

Visando a melhoria da Segurança e Saúde dos trabalhadores a então CEE publicou, em 1989, uma Directiva Quadro que considerava essenciais nove princípios gerais atribuídos às entidades empregadoras.

A prevenção dos riscos profissionais, a eliminação dos factores de risco e acidente, a informação, consulta e participação atempada aos trabalhadores, a Formação destes e dos seus Representantes, constituem linhas mestras a observar com vista à sua aplicação no terreno.

A insistência dos trabalhadores, através das suas organizações sindicais e de empresa, empurrando as iniciativas conjunturais tomadas pelos Governos de então, e a transposição lenta e não integral para o Direito interno português, tornaram imperativo que os Princípios Gerais de Prevenção fossem assumidos pela Lei 102/2009, a qual pretendeu revogar todos os diplomas dispersos sobre esta matéria.

E por ser tão importante no domínio da dignificação do Trabalho e dos Trabalhadores é que a OIT reconheceu o dia 28 de Abril de cada ano como “ Dia Nacional e Internacional da Segurança e Saúde no Trabalho”.

Em Portugal, esta data foi oficialmente instituída através da Resolução da Assembleia da República N.º 44 do ano 2001.

Só em 2010 o Governo e a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) procedem à dotação efectiva de recursos humanos e técnicos para o desempenho de actividades no âmbito das atribuições e competências deste importante órgão de fiscalização.

Impõe-se que a ACT intervenha eficazmente nas suas áreas de acção e os objectivos de difusão, sensibilização e apoio técnico sejam conseguidos, nomeadamente através da identificação de parceiros, oportunidades e estratégias que tornem possível fazer da prevenção a acção visível na redução da sinistralidade no trabalho.

Tudo o que se puder fazer para aumentar a prevenção é um investimento seguro para melhorar a qualidade de emprego e contribuir para uma maior produtividade do trabalho.

Os TSD não se lembraram deste problema agora. Desde há muito tempo que vêm alertando para a necessidade de legislação e meios de intervenção adequados porque não basta sensibilizar as empresas onde as boas práticas não estavam a ser implementadas.

Agora que o Relatório Anual de Actividade dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho foi criado, e é obrigatória a sua entrega, espera-se que a intervenção da ACT produza resultados.

Poderá parecer um problema de retaguarda, mas a experiencia vivida noutros países confirma que todos têm a ganhar com a melhoria das condições de trabalho. Impõe-se a mobilização da Sociedade, dos parceiros sociais e, sobretudo, a acção determinada do Governo e da Autoridade para as Condições de Trabalho para se obterem bons resultados.

POLÍTICA FISCAL

A política fiscal actual, a nível de impostos, para além de ser das mais elevadas da Europa, não favorece a competitividade das empresas. Por outro lado, estamos perante um sistema fiscal complexo e ineficaz, com destaque para os serviços, da justiça e dos tribunais.

A premissa é conhecida - o Estado contemporâneo alimenta-se de impostos, contribuições e taxas pagas pelas empresas e pelos cidadãos.

Partindo deste lugar comum, vamos falar sobre a repartição da carga tributária entre os contribuintes:

- Tributar mais os rendimentos ou o consumo?
- Conceder benefícios fiscais – A quem? Com que custos, isto é, qual o custo do benefício para a comunidade como um todo?

Em relação ao rendimento e ao consumo, estamos perante uma dicotomia.

Quanto aos benefícios fiscais temos:

- A quem? Com que custo? Efeitos na comunidade?

Todas as premissas que gravitam à volta da justiça fiscal, permitem aos políticos fazer grande demagogia fiscal e que capta com facilidade grupos de interesse – quem não se lembra de cartazes “os ricos que paguem a crise” - mas a maioria daqueles que fazem discursos contra os impostos são aqueles que normalmente mais beneficiam da comunidade.

A questão da justiça fiscal é uma questão antiquíssima, isto é, já vem desde a Constituição dos Atenienses. Hoje, em Portugal, a questão da justiça fiscal tem mais a ver com a despesa pública descontrolada, com a economia paralela, com o fenómeno da composição e fraude fiscal, que aumenta no dia-a-dia, apoiados em leis complexas e permissivas.

Os governos socialistas, com destaque para os do Eng.º Sócrates, cuja preocupação tem sido criar e desenvolver políticas de grande expansão com agravamento da despesa pública e sem preocupação de redistribuição de rendimentos é, por isso, um governo gastador, não sendo assim possível falar-se em justiça fiscal e tributação.

O Estado é financiado através dos impostos no sentido lato e os mesmos em grande parte deviam ser para a redistribuição da riqueza produzida no País.

A tributação do consumo muito praticado pelos governos socialistas é eficiente em termos de receitas imediatas, mas muito injusta se não forem salvaguardados os bens de primeira necessidade.

E, no nosso entender, o sistema fiscal mais justo é aquele em que é predominante a tributação do rendimento e que é mais usado nos chamados países desenvolvidos.

A fraude fiscal e o planeamento fiscal abusivo são comportamentos que para além de imorais e pouco éticos, ainda acarretam custos administrativos acrescidos que são financiados pelos próprios impostos dos sujeitos passivos cumpridores, isto é, objectivamente tem dois efeitos na sociedade, não pagam o que devem e ainda acarretam custos àqueles que cumprem a lei.

A fraude e o planeamento fiscal são instrumentos que maximizam o lucro individual e criam um custo acrescido à sociedade.

O Governo socialista pouco tem feito pois a sua preocupação tem sido aumentar impostos para obter maiores receitas sem qualquer preocupação de justiça fiscal.

A fraude fiscal existe em todos os sistemas e em todos os países. Os governos têm por obrigação moral e ética minimizá-la, pois esta, é um dos problemas mais graves da justiça fiscal, que incorpora muitas vezes a chamada economia paralela. Estudos recentes chegaram à conclusão que no nosso país rondará os 20% do PIB.

Em síntese:

A justiça fiscal tem quase sempre presente interesses especiais, com uma expressão pública directamente ligada ao seu poder económico e político, e cada um desses interesses luta pela obtenção de vantagens de lóbis ou individuais sem grande preocupação pelo interesse colectivo que tem como consequência a grande debilidade da formação da política fiscal que é tanto maior, quanto maior é o descontrolo das políticas do Governo. Na nossa opinião, chegamos a uma situação em que não vamos conseguir continuar a suportar o Estado que temos. É absolutamente fundamental criar um compromisso claro e muito exigente de redução do peso da despesa do PIB. O actual Primeiro-Ministro, Eng.º Sócrates tem a obrigação de assumir perante quem paga impostos que é o principal responsável pela situação em que está Portugal.

POLÍTICA DE SAÚDE

Os sistemas de saúde têm desenvolvido as suas preocupações, em torno de três grandes vectores:

- A acessibilidade aos serviços
- A eficiência
- A diversificação de financiamentos/pagamento

Por outro lado, tem-se assistido a uma viragem na evolução destes mesmos sistemas:

- De baseados na doença, para uma orientação em torno da prevenção e da promoção da saúde, socialmente mais útil e comportável;
- De sistemas fechados, para a abertura de canais entre o sector da saúde e as componentes mais largas da sociedade, em termos económicos, políticos e sociais e do próprio meio ambiente em que se movimentam;
- De facto uma garantia de qualidade, sediada a nível do processo técnico e económico e realizada pelos próprios profissionais, para uma promoção

contínua dos aspectos qualitativos, avaliados em termos de resultados, por clientes cada vez mais esclarecidos.

De facto, a qualidade só tem sentido se for expressa em termos de um valor, donde resulte inequivocamente um equilíbrio estável e óptimo, entre a qualidade do serviço prestado e o custo, em função do qual esse nível qualitativo foi obtido. Por conseguinte, o eixo de análise começa a movimentar-se mais em torno dos resultados, do que do próprio processo que a ele conduz.

A viragem apontada, pressupõe uma enorme flexibilidade estrutural do sistema e das instituições, no sentido de:

- Despertarem suficiente energia interna, que fomente lideranças lúcidas e esclarecidas;
- De se abrirem ao exterior, comportando-se como autênticas micro sociedades, em que os actores, progressivamente, se transformam em autores e autênticos centros inteligentes de decisão;
- Ratificarem a sua actividade e sufragarem a sua missão como justificativo da sua utilidade técnica e social.

Só por esta via, em nossa opinião, se poderá realizar a convergência de entendimento em relação às necessidades de saúde, sintetizando os cuidados necessários em torno dos indivíduos, dos profissionais e da comunidade.

O mercado da saúde, tem sido fortemente estrangido, pela actuação, quase monopolista, do Estado, cuja gestão tem sido politizada, num sector onde devia imperar a excelência de gestão, pois num País onde os recursos são escassos a sua afectação tem que ser rigorosa e competente, a fim de maximizar os resultados, atendendo uma população cada vez mais envelhecida.

Neste campo temos uma iniciativa privada, que no campo da saúde actua com uma intervenção subsidiária, quase residual.

Com este cenário, as instituições publicas, têm, apesar de tudo, navegado num sistema “benigno” já que:

- Desconhecem a concorrência;
- Não detêm uma estratégia de qualidade na óptica do cliente;
- Os agentes prestadores de serviço, mais do que para as expectativas do cidadão, orientam-se em torno de interesses individuais, corporativos e da própria instituição que servem.

Em contrapartida, gera-se um serviço de cariz assistencial, que sob a aparente gratuidade, produz:

- Padrões de qualidade total, objectivamente aquém das expectativas de profissionais e cidadãos;

- Custos cada vez mais inportáveis para a sociedade;
- Níveis cada vez mais ingeríveis de desmotivação de profissionais e de insatisfação de clientes, com faixas acentuadas de conflito.

Em síntese:

- Gestão integrada do sistema;
- Na disponibilidade da estrutura;
- No tempo útil de funcionamento do equipamento existente em cada sector;
- Crescimento do financiamento privado à medida que as despesas de saúde ultrapassam o crescimento da despesa pública e o próprio crescimento económico;
- Assumpção de maiores responsabilidades de saúde por parte dos cidadãos;
- Reforço do papel dos governos na promoção da qualidade em matéria de saúde e contenção dos custos;
- Crescimento da “competição gerida” incrementando a liberdade de escolha entre público e privado, e, dentro do próprio público;
- Assumpção de mais e maiores responsabilidades por parte dos profissionais de saúde.

JUSTIÇA

A Justiça portuguesa é, na situação em que se encontra, um dos factores que mais contribuiu para a grave crise que o país atravessa. É morosa, onerosa e não transmite confiança aos cidadãos e às empresas.

MOROSIDADE

A morosidade processual, que facilmente se detecta, é contrária aos interesses da justiça e, não raras vezes, impede mesmo a sua realização. Por isso é importante que tenhamos a capacidade de encontrar razões estruturais que ultrapassem as reivindicações dos profissionais do sector.

Desde logo há que garantir maior segurança jurídica, e tal desiderato poderá ser alcançado com a criação de uma Comissão de Apoio à Assembleia da República, constituída por Professores de Direito das Universidades Públicas. A segurança jurídica é uma das chaves para o aumento da celeridade processual.

A própria estrutura orgânica dos tribunais merece uma reflexão sem dogmas.

O Tribunal Constitucional assume hoje uma natureza política que temos o dever de repensar. O Supremo Tribunal de Justiça é, em diversos Estados de Direito Democrático, garante suficiente do respeito pelas normas constitucionais.

A especialização dos tribunais não pode esgotar-se nas infra-estruturas, mas também passa por um novo paradigma de formação de Magistrados, especializados em diversas áreas tal como são especializadas as melhores Sociedades de Advocacia.

A avaliação, exigente e rigorosa, é um factor fulcral para o aumento da celeridade dos tribunais. O actual modelo de apreciação de mérito dos agentes judiciais deve sofrer mudanças, e compete à Assembleia da República criar as condições para que o Conselho Superior da Magistratura, conjuntamente com o Conselho Superior do Ministério Público, criem equipas de inspecção conjuntas que permitam avaliar num mesmo momento o trabalho dos Juizes, Procuradores, Oficiais de Justiça e os próprios serviços. Trata-se de um ganho superior a 50 horas/pessoa/ano.

O combate à morosidade processual é uma luta do estado social porque afecta não só a imagem da justiça mas aumenta também os custos do “dinheiro” e afasta os investidores, potenciais criadores de emprego.

Um País com uma justiça lenta afasta o desenvolvimento económico, com direitos e deveres, sustentáculo do estado social.

Criam-se assim as condições para a instauração de um modelo neoliberal. Não podemos esquecer que a nossa matriz constitucional aponta para “Direitos e deveres económicos, sociais e culturais”, sistematizando, num primeiro plano, o trabalho.

ONEROSA

As custas processuais e o apoio judiciário têm obrigatoriamente de ser revistos, salvaguardando os direitos dos cidadãos.

A Justiça deve ser acessível a todos, e todos devem ter as garantias de ser bem defendidos. A defesa oficiosa “à peça” tem custos elevados para o Estado e não dá garantias ao cidadão.

A CONFIANÇA NA JUSTIÇA

A violação do segredo de Justiça, transmitindo à sociedade sinais de que existem interesses instalados no seio dos tribunais, a desjudicialização que levou a que o Estado se demitisse da sua função nuclear de garantir a realização da Justiça, mormente entregando a acção executiva a privados, e a conflitualidade entre os agentes judiciais são a “cereja no topo de um mau bolo”.

Perante este total desacerto, a sociedade, no seu sentido mais lato, tem de ser chamada a participar numa solução para a Justiça.

Portugal vive um momento particularmente difícil. E não escamoteando a necessidade de investir de forma séria e racional na Justiça, porque efectivamente é necessário investir, entendemos que estão criadas as condições para que a Justiça reassuma o seu papel de pilar do Estado de Direito Democrático e Social.

COMÉRCIO

O comércio em geral é hoje o sector de actividade que mais sofre com as variações do mercado, influenciados por catástrofes naturais, valores de inflação e ameaças externas, venham elas dos chamados países emergentes ou dos tecnologicamente mais evoluídos.

No entanto, é o comércio retalhista ou de proximidade que nos últimos tempos mais tem sido ameaçado internamente, dado que tem perdido para outros o espaço que era seu e não tem encontrado soluções para o reclamar de novo.

Não importa aqui relevar as causas desta situação. Pior ou melhor, todos conhecemos as causas e apontamos os seus responsáveis. O que dizemos é que o sucesso de uns não deve implicar a agonia dos outros.

Esta nossa apreciação não aponta para que os novos fortes sejam mais fracos. Pelo contrário, aponta sim para que os novos fracos se empenhem em encontrar soluções para serem mais fortes.

Sabemos igualmente que já houve incentivos ao comércio, como o PROCOM, o MODCOM e o URBCOM, que não tiveram grande percentagem de aceitação e em

muitos casos foram rejeitados, em grande parte motivada por uma incomportável taxa de esforço, e que outros agarraram com as duas mãos.

No entanto, pela sua importante intervenção em termos locais, pelo contributo para a não desertificação das zonas antigas, pelo atendimento personalizado que proporciona, estas entidades têm que sobreviver e continuarem a ser apoiadas.

O apoio pressupõe sempre a aceitação do apoiado e é aqui que novas realidades obrigaram a novas mentalidades, a novas perspectivas, a novas funcionalidades, a novas obrigações empresariais.

Não podemos continuar a encarar uma despesa como um custo e não um investimento, não podemos pensar que os negócios se fazem por eles mesmos, é necessário aprender e aceitar algumas regras que vão ajudar a realizar os objectivos pretendidos, permitindo viabilizar as empresas e o emprego.

Manifestações de individualismo e falta de solidariedade ressaltam hoje na nossa sociedade. Confunde-se muito a unidade de interesses com unitarismo, que impõe subjugação, e por isso não existe uma estratégia única para enfrentar os problemas comuns.

Não queremos estender-nos em apreciações, mas julgamos ser pertinente ter presentes algumas novas realidades que aqui apontamos como obrigações a perseguir para o sucesso do sector:

- A formação (empregadores e colaboradores).
- O investimento, a inovação e os estudos de mercado.
- A competitividade, a animação, o pós-venda, o vitrinismo como espelho da loja.
- O associativismo, a não concentração do mesmo licenciamento.
- A negociação colectiva como motor de uma carreira.

Não pretendemos aqui esgotar este assunto, só pretendemos ajudar à reflexão, como modo de defender, proteger e consolidar a existência do comércio retalhista e de proximidade.

SEGURANÇA SOCIAL

Muito se tem dito e escrito sobre os problemas sobre os problemas que enfrenta a Segurança Social, quer a nível interno, quer nos restantes países europeus.

Nos últimos anos temos assistido a uma crise que abalou o Estado Providencia, afectando directamente a segurança social, crise essa relacionada com questões de ordem financeira.

Numa leitura que não se pretende exaustiva, e analisando unicamente o caso da crise que afecta a segurança social em Portugal, como ponto primeiro verificamos as taxas de crescimento reduzidas da economia nacional, que originam menores receitas para os cofres da segurança social. Se a este factor associamos o aumento galopante do desemprego encontramos aqui dois justificativos para explicar – em parte – a crise que afecta o sistema da segurança social em Portugal.

Se numa primeira fase se procurou discutir uma solução para o problema financeiro da segurança social, hoje discute-se já o próprio sistema, pondo em causa a sua própria existência e viabilidade, esquecendo-se muitas vezes que quer as pessoas, quer as próprias famílias, não podem fazer face “per si” a todas as dificuldades que atravessam, nomeadamente perante a grave crise económica que o País atravessa.

Muito se discute hoje possíveis propostas conducentes a uma reforma da segurança social, tarefa complexa, dadas as variáveis que a mesma envolve, nomeadamente os encargos com pensões de reforma que aumentaram, em muito, nos últimos anos, prevendo-se que num futuro próximo continuem a aumentar, consequência directa do envelhecimento da população e do presumível aumento da esperança de vida.

E a questão que se coloca é esta:

Continuará a ser possível, para manter viável o actual sistema, que o modelo de financiamento da segurança social, assente unicamente nas contribuições sobre os rendimentos do trabalho?

Ou será chegada a altura de encontrar modelos alternativos de financiamento, que permitam encontrar um novo caminho para a resolução deste problema?

E para o encontro desse modelo alternativo haverá vontade que para o mesmo contribuam de forma tripartida Estado, empregadores e trabalhadores?

Estarão os trabalhadores em condições para mais este esforço financeiro, pagando mais uma vez pelos desvarios e incompetências de outros?

Hoje verificamos, em todos os sectores de actividade em Portugal, a uma sensível redução da mão-de-obra, com a consequente substituição pelo recurso a máquinas, aumentando a produtividade e eficiência das empresas. Tal tendência reduz, cada vez mais, o papel do trabalho humano nas empresas, com o consequente aumento do número de desempregados.

Hoje a noção de emprego para toda a vida caiu profundamente em desuso. Mesmo o próprio tecido empresarial sofreu profundas alterações. Não mais vemos empresas a controlar todo o processo produtivo dentro da mesma, crescendo cada vez mais o recurso á subcontratação, muitas das vezes com recurso a empresas situadas no estrangeiro. E mesmo quando estas empresas subcontratadas se localizam em Portugal, este tipo de trabalho, claramente precário e instável, origina salários mais baixos, com a consequente diminuição de receitas para a segurança social.

Diversos estudos apontam que já a partir do inicio dos anos 30 do presente século, as despesas da segurança social, serão superiores às receita, encontrando-se esta

próxima da situação de ruptura financeira, pelo que mudanças terão que forçosamente serem introduzidas para inverter este estado de coisas.

Aqui, e neste congresso dos Trabalhadores Social Democratas, compete-nos alertar para este estado de coisas. Soluções poderemos igualmente avançar, e sem querermos ser exaustivos apontamos desde já duas:

1. Uma maior articulação entre a Segurança Social e os serviços fiscais, de modo a que o financiamento abranja todas as formas de rendimento, que não só os do trabalho;
2. A regularização por parte do Estado das dividas à Segurança Social, motivadas pela não transferência dos fundos a que legalmente estava obrigado e previstas nos diversos OGE;

Estes são os pontos, que neste capítulo achamos relevantes, para podermos proceder a uma discussão seria sobre toda a problemática que envolve a segurança social.

Repudiamos claramente a forma como o actual Governo tem encarado este processo, procedendo a cortes sistemáticos nos direitos previdenciais dos trabalhadores portugueses, nomeadamente nos cortes a que procedeu na protecção da parentalidade e no desemprego.

Num momento em que Portugal atravessa uma das piores crises da sua existência, com uma elevada taxa de desemprego, é criminosa a decisão do (des)governo socialista em cortar nos subsídios de desemprego da forma como o fez.

Simultaneamente, os cortes nos apoios sociais penalizam os casais mais jovens, já muito sacrificados em outras matérias, lançando o descrédito sobre a classe política em Portugal, situação que os Trabalhadores Social Democratas deverão denunciar, quer junto do Partido Social Democrata quer junto da população portuguesa.

Definitivamente este governo de má memória – mais um – de matriz socialista, ficará definitivamente marcado pelos cortes sociais aos trabalhadores portugueses, em detrimento do apoio dado a situações que nada dizem á esmagadora maioria da população portuguesa, como sejam as uniões de casais do mesmo sexo, única bandeira de que se pode “orgulhar” este governo.

EDUCAÇÃO

A situação do sistema educativo no nosso país, a educação das nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos, e o estado da nossa escola pública são problemas profundos da sociedade portuguesa.

Face ao ambiente de crise e de desânimo que se estende a toda a sociedade em geral, é urgente tomar medidas concretas de resolução dos problemas do país e contribuir para o desenvolvimento de novas estratégias de acção, capazes de provocar o salto qualitativo que todos esperamos.

Cientes desta realidade, os TSD reconhecem a sua quota-parte de responsabilidade na participação e na intervenção nas questões de educação da comunidade que representam. Não podemos continuar em processos de auto comiseração que em nada contribuem para a resolução dos problemas endémicos que nos afectam.

Nos momentos de crise, os problemas e as fraquezas tornam-se mais evidentes e demonstram o estado precário da nossa economia e da nossa competitividade face ao futuro.

A educação é uma das áreas fulcrais para o aumento da qualidade produtiva e para o desenvolvimento científico, económico e social do país e contribui para alavancar o desenvolvimento e o futuro da nossa sociedade.

Sem o investimento adequado e a alocação de meios, corremos um risco sério de hipotecar o presente e o futuro dos portugueses.

A história dos últimos anos relativamente à educação é uma sucessão de medidas mal preparadas e não negociadas com os respectivos sindicatos, negligentemente implementadas e acompanhadas de uma enorme falta de eficácia nos resultados esperados.

Na tentativa de minimizar custos com a educação, controlando a despesa através de cortes nos salários, o implementar de medidas de aumento das competências dos portugueses foi acompanhado de uma total falta de sensibilidade e de diálogo com a sociedade e os profissionais da educação e seus sindicatos pela anterior Ministra da Educação e pelo Governo que representava.

As consequências estão à vista e em nada contribuem para a melhoria esperada.

A presente equipa ministerial mantém uma postura de monólogo social, alegando incapacidade de produzir mudanças devido à presente crise económica.

Professores na rua em mega manifestações sucessivas, auxiliares de acção educativa com contratos precários e mal remunerados, carreiras congeladas, normas de avaliação completamente desvinculadas da realidade das nossas escolas, falta de diálogo e imposição unilateral de medidas de austeridade, geraram um estado de crispação e de desânimo nas escolas que em nada contribui para o progresso esperado.

O aumento da violência e do “bullying” nas escolas é também o reflexo de todo este processo e contribui para o aumento dos níveis de stress nas escolas

Um país onde os jovens não têm emprego ou se sentem obrigados a emigrar não prepara o futuro, morre lentamente e condena-se a um estado de calamidade nacional e empobrecimento galopante.

Há também o Portugal que inova, que é competitivo e que demonstra padrões de excelência. Os portugueses que pelo seu trabalho e conhecimento são líderes de inovação e de excelência.

Mas esse grupo é demasiado pequeno e dependente do capital estrangeiro, de investimento público ou de taxas de juros exorbitantes. Acresce que, em geral, é mal remunerado e facilmente seduzido por oportunidades provenientes de outras economias.

Mas além desses há a grande maioria da população activa, com baixos níveis de escolaridade, com lacunas de formação, com dificuldade em adaptar-se a uma tecnologia cada vez mais exigente e a uma globalização da economia, altamente competitiva e exigente.

O processo de formação e de melhoria das competências dos portugueses é um esforço comum no qual todos temos de cumprir a nossa parte. Cada individuo em geral e a sociedade como um todo.

O reconhecimento de competências e a educação ao longo das vidas, que permitiriam um salto qualitativo na produtividade dos portugueses, deram lugar a um sistema pouco claro e altamente criticável de mercantilização da educação e diminuição dos níveis de exigência das escolas.

Este processo burocrático e com falhas graves de implementação exige que todos possamos contribuir para a melhoria das competências e da formação dos nossos jovens e dos nossos quadros, com a firme noção de que só a qualidade pode permitir ao país sair da situação em que se encontra.

Tudo isto pode ser conseguido com o contributo de todas e todos os trabalhadores que, a cada dia, lutam pela excelência e a qualidade do trabalho que desenvolvem.

REABILITAÇÃO URBANA – Um conceito de Cidadania

Nos últimos dez anos o debate sobre as políticas urbanas intensificou-se visivelmente a nível europeu. A Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis (Maio de 2007) é, a este propósito, um dos testemunhos mais significativos da vontade dos Estados Membros em acordar estratégias e princípios comuns para uma política de desenvolvimento urbano.

A cidade tornou-se, hoje em dia, num sistema de desperdício de energia, sendo igualmente o principal factor responsável pelas alterações climáticas. Por isso, uma acção coordenada à escala europeia visando desenvolver de modo mais firme políticas de reabilitação urbana é um meio importante na luta contra as emissões de CO2 e as alterações climáticas.

Uma abordagem integrada mediante políticas de reabilitação urbana deve atender fundamentalmente às seguintes exigências:

- **Eficiência energética** do parque imobiliário europeu, cuja vetustez está também na origem de emissões nocivas, com graves prejuízos para a

qualidade de vida nas cidades, criando emprego e estimulando a inovação e o desenvolvimento tecnológico;

- **Coesão Social** reforçada mediante um programa integrado de reabilitação dos bairros degradados, para realizar a integração social, a luta contra a exclusão e a pobreza, a formação, etc;
- **Sustentabilidade Ambiental** através da reabilitação urbana dos bairros degradados, a adequação do parque imobiliário existente aos objectivos de eficiência energética, de habitabilidade e de acessibilidade, no sentido de evitar a apropriação de mais espaços verdes;

Esta reabilitação confronta-se com algumas questões urbanas e um sistema de transformações importantes na natureza e na forma da cidade, tais como:

- A competitividade do padrão habitacional europeu, de baixa densidade e ameaçada pela concorrência das economias de escala e grande envergadura geradas pelas megalópoles, particularmente as asiáticas;
- A difusão da expansão urbana, com o conseqüente elevado consumo de solos e as respectivas “deseconomias” de escala;
- O declínio da articulação funcional da cidade, com a crise dos centros históricos, das periferias degradadas e das zonas de produção;
- A prevalência de respostas à crise, substancialmente conservadores, ou seja, pouco imaginativas e criativas, mas, sobretudo pouco adequadas a um mundo globalizado;
- A substituição do sistema das “funções” pelo sistema dos “contentores”, que deverão ser considerados ênfases complexos e altamente frágeis, em áreas metropolitanas indiferenciadas;
- A perda do sentido de fronteira, que mantém o seu carácter administrativo, mas tem vindo a perder o seu sentido geográfico, simbólico e político;
- A erosão dos espaços verdes em torno das cidades, com graves perdas para a produção biótica;
- O aumento do tempo gasto nas deslocações pendulares diárias, com repercussões negativas para a qualidade de vida;

Os espaços urbanos, incluindo os tradicionais, tendem, hoje em dia, a configurarem-se como espaços fechados e especializados (o bairro exclusivamente residencial, os parques temáticos dedicados ao entretenimento, o ensino circunscrito às escolas e às universidades, a cultura nos museus e nos teatros, etc.).

O espaço fechado promove a supremacia do privado (quer como estilo de vida, quer como concepção e prática do direito) em detrimento das necessidades comunitárias. À lógica do espaço fechado deve contrapor-se a do espaço infinito, representado pelas

relações imateriais, ao nível das quais a noção de tempo tende a substituir a de distância física.

A reabilitação dos espaços urbanos deve, assim, conjugar a tradicional reconversão dos espaços físicos com a desmaterialização, que encontra nas tecnologias das telecomunicações a sua expressão máxima.

O processo de reabilitação urbana será o resultado da sinergia e da integração de três dimensões de cidade:

- **A cidade “Ágora”:** centrada no homem, com uma harmonia total entre as zonas de habitação e o espaço urbano, a coesão social e o desenvolvimento económico;
- **A cidade “Glocal (global/local)”:** fruto de um maior equilíbrio entre os processos de globalização e a capacidade de valorizar os recursos locais e as várias especificidades e atitudes;
- **A cidade sustentável:** apta a resolver os problemas nela gerados, sem os relegar para outras cidades nem para as gerações futuras.

Os TSD preconizam, como sua, esta bandeira, esta visão racional de um amanhã para as gerações vindouras, seus filhos e netos, a emergência de um novo **“Renascimento Urbano”** caracterizado pelo aumento da coesão social, pela renovação cultural, pela revisão da base económica urbana, a fim de fazer frente à actual recessão profunda, e por uma revalorização do património natural, graças aos processos de desmaterialização e ao aumento da biodiversidade.

A supremacia dos recursos naturais em relação aos físicos torna imprescindível o estudo do metabolismo urbano, visando a realização de processos de reconversão assentes na poupança de matérias-primas e na eliminação dos resíduos.

O conhecimento do metabolismo urbano é um instrumento importante para alcançar os objectivos de melhoria da qualidade do ambiente urbano definido nas convenções internacionais e destinado à protecção do meio ambiente no âmbito da luta contra as alterações climáticas.

A reconversão urbana, associada aos actuais processos de transformação, deverá caracterizar-se cada vez menos por intervenções separadas, definidas e delimitadas, mas orientar-se cada vez mais para processos de desenvolvimento de contextos polivalentes, caracterizados pela qualidade e pela variedade dos espaços e da interacção dos diferentes elementos: elasticidade, deformabilidade e capacidade de acolhimento.

Defenderemos, enquanto cidadãos, livres e independentes, nas Autarquias, junto do poder local, através dos eleitos TSD, ou líderes locais de opinião, que a reabilitação de edifícios e de infra-estruturas não poderá prescindir do peso crescente das limitações ambientais, dos processos de integração e do papel crescente da interactividade.

O Conselho Europeu pretende promover projectos destinados a acelerar o processo evolutivo de uma sociedade capaz de aproveitar as oportunidades da electrónica e da interactividade. Para tal foram concebidas medidas que visam permitir a todos os cidadãos europeus entrar na era digital e dispor de uma ligação em rede, com o objectivo de criar uma sociedade aberta, inclusiva e cooperante.

Incumbe, por isso, aos TSD e às cidades, a tarefa de atrair saberes, renovar o sistema de relações entre a administração pública e os cidadãos e estimular a reconversão dos meios de produção. Os investimentos na inovação tecnológica urbana devem, sem dúvida, ser céleres e avultados, uma vez que o nível de concorrência imposto pela Ásia é muito elevado.

Os factores até agora considerados são elementos importantes, mas instrumentais, de um processo de reabilitação urbana cujo objectivo fundamental é o aumento da coesão social, no respeito do princípio fundador da comunidade europeia: a **Cidade Solidária**.

Os TSD serão o porta-estandarte do amanhã, futuro dos nossos filhos, netos e gerações vindouras.

A MULHER NA SOCIEDADE

A Constituição Portuguesa consagra o direito de todos os cidadãos de “*tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país*” (artigo 48º, nº 1) e de aceder “*em condições de igualdade e liberdade, aos cargos públicos*” (artigo 50º, nº 1).

A política da União Europeia para a igualdade entre homens e mulheres reconhece a importância da integração da dimensão de género, em todos os domínios da política, como estratégia de promoção da igualdade e como requisito de boa governação.

O combate às desigualdades entre homens e mulheres, em todas as esferas da sociedade, é um desafio de longo prazo uma vez que implica mudanças comportamentais e estruturais.

A crise veio agudizar as situações de desvantagem no mercado de trabalho (a que as mulheres são mais propensas) devido a maior incidência de contratos de trabalho precários e a tempo parcial, e consequente disparidade salarial.

As mulheres representam 51,6% da população e contribuem, em larga escala, para o produto interno bruto. Ao apresentarmos esta moção queremos desde já assumir três objectivos prioritários:

1. Sensibilização da sociedade civil, para as seguintes temáticas: conciliação familiar, violência doméstica, igualdade de oportunidades, sub-representação das mulheres no poder local e correcção das disparidades salariais.
2. Promoção do debate e discussão de temas de importância na política nacional com objectivo de corrigir as desigualdades de género.
3. Qualificação e intervenção das mulheres na vida política.

O desenvolvimento de um plano estratégico do partido e a sua complementaridade com as estruturas distritais, como as Comissões Políticas Distritais e Juventudes Partidárias, é fundamental para a definição de programas e projectos futuros.

Para concretização destes três objectivos, esta moção pretende:

- Promover seminários e conferências como fórum de debate alargado, com militantes em diversas áreas, nomeadamente: violência doméstica, tomada de decisão, conciliação da vida profissional e da vida familiar e correcção de desigualdades salariais.
- Criar rede de contactos, que vise a promoção da participação das mulheres na política local e nacional.
- Promover, defender e dinamizar participação proporcional entre homens e mulheres em todos os órgãos e estruturas do partido, de forma a estas não estarem sub-representadas.
- Promover formação em diversas áreas, nomeadamente de políticas de igualdade e de consciencialização dos factores que afastam as mulheres do poder político.
- Promover junto da população mais jovem e divulgação desta realidade de modo a combatê-la.
- Consciencializar as mulheres para o desenvolvimento e criação de empregos verdes, de forma a garantir a sustentabilidade do planeta.
- Contribuir, pela sua acção, para uma igualdade de oportunidades, na prática, a fim de alcançar uma democracia paritária.

A igualdade de género é uma questão de direitos humanos, de cidadania e de desenvolvimento sustentável.

Acreditamos que a união de esforços e o envolvimento das Mulheres Social Democratas conduzirá o partido e o País à equidade, à competitividade e à modernidade, e a uma democracia plena com respeito pela representatividade de género.

JUVENTUDE

Existem actualmente em Portugal 314 mil jovens que não estudam nem trabalham. Este valor tem vindo a subir a um ritmo de dez mil jovens por ano, segundo dados do INE.

Por outro lado, 16 por cento da população entre os 15 e os 30 anos não tem qualquer tipo de actividade. Ainda segundo o INE, este valor, do terceiro trimestre de 2010, é o mais elevado dos últimos anos.

Portugal tem, assim, uma das taxas de desemprego jovem das mais elevadas da Europa, com 21 por cento – ou seja: dois em cada dez jovens do nosso país não têm emprego, o que constitui uma fatia importante da população que não contribui para a economia, exercendo uma maior pressão sobre a Segurança Social.

Ora, os descontos desta faixa etária serviriam para suportar, no futuro, a geração que se encontra na idade da reforma.

Entretanto, sublinhe-se que o desemprego registado em Novembro foi de 4,4 por cento – superior, portanto, ao mesmo mês de ano de 2009.

E, segundo o EUROSTAT, metade dos homens até aos 34 anos vive em casa dos pais, por falta de emprego ou por disporem apenas de trabalho precário.

Em Portugal, o que se tem vindo a verificar é a destruição de emprego, pelo que os jovens licenciados não conseguem trabalhar. Assim, quando ingressarem no mercado de trabalho terão menos anos de descontos e, por consequência, uma pensão muito mais baixa. É uma geração sem futuro.

Neste momento, o desemprego em Portugal é o mais elevado desde 2008, ultrapassando os 11 por cento – números dramáticos, com 761.500 pessoas sem trabalho.

Entre Junho de 2008 e Setembro último foram eliminados no nosso país 264.300 empregos, 59.700 dos quais este ano, ou seja, 221 postos de trabalho por dia.

O pior é que as medidas de austeridade anunciadas para o próximo ano vão aumentar ainda mais o desemprego, o que, aliado às políticas de diminuição do apoio aos desempregados, terá consequências dramáticas, a todos os níveis.

Infelizmente, o Norte de Portugal mantém-se como a região com a maior taxa de desemprego, ultrapassando os 13,2 por cento (números confirmados pelo INE).

Outro dado não menos preocupante é revelado pela UNICEF, que, no seu relatório, coloca os jovens portugueses como os mais pobres da OCDE.

De facto, Portugal tem mais de trezentas mil crianças em situação de pobreza (a maior percentagem entre os 21 países da OCDE).

Um outro dado revela que a taxa de pobreza infantil é de 18,7%, já depois das ajudas do estado, o que faria subir aquela taxa para 21,2% sem aqueles apoios.

Estes dados obrigam-nos a uma séria reflexão, tendo em conta que em Portugal os apoios do estado têm muito pouco impacto na redução da pobreza, em comparação com os restantes países da União Europeia.

FUNÇÃO PÚBLICA

O governo do Partido Socialista tenta fazer passar para a opinião pública desde há algum tempo, a ideia de que os trabalhadores da Função Pública são uma classe privilegiada no mundo laboral português, auferindo vencimentos bastante superiores aos praticados no sector privado, procurando desta forma tentar virar a opinião pública contra estes trabalhadores, na tentativa de tentar justificar os cortes salariais.

Segundo os últimos dados conhecidos, no ano de 2009 distribuídos pela Administração Local e Central existiam em Portugal cerca de 643.000 trabalhadores, que auferiam em média cerca de 1.200 euros, apesar de quase cerca de 50% destes possuírem como habilitações literárias cursos superiores. E numa tentativa de justificar o injustificável o governo ainda comparava estes vencimentos médios com o praticado no sector privado, onde o valor médio rondará cerca de 1.100 euros. Como é possível insinuar, como o governo de forma malévola faz, que os trabalhadores da Função Pública são um grupo beneficiado por salários elevados, procurando desta forma manipular a opinião pública!

Como atrás ficou demonstrado não se trata de um grupo profissional privilegiado e muito menos são culpados dos desvarios orçamentais do governo socialista.

Outra das mentiras propagadas é a de que os trabalhadores da função pública auferem salários muito superiores aos praticados no sector privado. Como já anteriormente dissemos trata-se de mais uma mentira posta a circular pelo governo e com a conivência de alguma comunicação social é bom que aqui se afirme. Efectivamente tem havido por parte da comunicação social – felizmente que não toda – uma cobertura ao actual governo, como a outros governos socialistas, situação que a nós Social Democratas não deve ser motivo de admiração, pois ainda estamos bem lembrados da fúria com essa mesma comunicação social brindou os últimos governos do Partido Social Democrata.

Também na Função Pública, e é bom que recordemos isso, as carreiras profissionais estão congeladas quase há 5 anos, e mesmo que um trabalhador com notação profissional suficiente para progredir na grelha remuneratória, tal progressão não se verifica se não existir dotação orçamental para efectuar tais progressões.

Outras das mentiras postas a circular relaciona-se com o pagamento de impostos por parte dos trabalhadores da função pública, quando estes trabalhadores pagam exactamente os mesmos impostos que os trabalhadores do sector privado.

O que pretende o governo com todas estas mentiras senão virar a opinião pública contra os trabalhadores, e desta forma poder mais facilmente os atacar, diminuindo os seus salários em nome de medidas de austeridade, de resultado duvidoso,

obrigando os trabalhadores a pagar por situações para a qual nada contribuíram e não têm o mínimo de culpa.

É chegada a altura de a Função Pública deixar de ser apontada como a culpada de todos os males que o país padece. Como em todos os sectores da sociedade portuguesa também neste sector há maus e bons trabalhadores, mas de falta de rentabilidade não pode ser acusado o sector. Há responsáveis da desorganização que por vezes impera em certos serviços públicos. Esses todos sabemos quem são e como funcionam. E como são recompensados pelo aparelho socialista, como ainda recentemente se verificou com os técnicos da Segurança Social, que se viram aumentados e as suas carreiras aceleradas por um responsável do Ministério da tutela, que acabou por vir para a comunicação social tentar justificar o injustificável.

Não há dúvida que de há muito este governo pela sua incompetência, pela sua desfaçatez e falta de vergonha deveria ser demitido, para bem de Portugal e dos trabalhadores portugueses.

Na função pública, como atrás foi explicitado, existem quadros com provas dadas e de reconhecida competência, que podiam ser mais aproveitados. Mas não é isso que acontece. São atacados e apontados como os culpados da situação em que o país se encontra.

O que levará o Estado a não aproveitar os recursos humanos que possui, com provas dadas quanto à sua competência, a por exemplo, e de forma sistemática recorrer a entidades externas ao sector publico para a elaboração de estudos e pareceres técnicos, consultando escritórios de advogados e gabinetes técnicos, gastando milhões de euros, quando tem nos seus quadros técnicos capazes e responsáveis para a elaboração dos mesmos estudos?

É desta forma que se motiva e valoriza os recursos humanos que o Estado possui nos seus quadros? Ou pelo contrário, haverá interesse em desmotivar e desvalorizar os serviços desses técnicos qualificados, para entregar a feitura desses trabalhos a gabinetes de clientelas políticas, que mais tarde virão a agradecer de forma algumas vezes sub-reptícia o pagamento de tais benesses?

Também neste congresso temos que claramente desmontar este ataque efectuado pelo governo a todo o funcionalismo público, denunciando esta situação e reafirmando a nossa solidariedade com todos os trabalhadores que no sector público, no dia-a-dia, dão o seu melhor para que Portugal e os trabalhadores portugueses possam vencer os desafios que têm pela frente.

Como denunciado tem que ser o roubo – outra palavra não pode ser usada – que os trabalhadores do sector público foram vítimas, vendo os seus salários diminuídos, responsabilizando-os por factos de que não lhes cabem qualquer culpa.

Os trabalhadores da Função Pública têm que ver reconhecida toda a sua competência, honestidade e profissionalismo e não podem ser o bode expiatório do desgoverno do partido socialista.

É aqui que os Trabalhadores Social Democratas têm de ser solidários e reafirmar, a todos os trabalhadores do Sector Publico, a sua vontade de com eles procurar encontrar novos caminhos em que os seus conhecimentos e capacidades são necessários para os alcançar.

A recuperação do país não se pode nunca fazer contra os trabalhadores.

E os trabalhadores do Sector Publico são fundamentais para que essa recuperação seja possível.

Desengane-se quem pensa o contrário!

USI – União de Sindicatos Independentes

Num recente debate no programa “ PRÓS E CONTRAS “ da RTP, acerca da crise na sociedade portuguesa, o ex – Presidente da República e ex – Primeiro Ministro Dr. Mário Soares, referindo –se à Greve Geral de 24 de Novembro de 2010, afirmou com alguma insensibilidade (os trabalhadores perdem um dia de salário) que não havia mal nenhum em haver um protesto de greve geral.

Isto é uma atitude paternalista, principalmente em relação à UGT, que alguns afirmam que o Dr. Mário Soares foi padrinho fundador.

Mas o certo é que se analisarmos a história do movimento sindical mundial, desde a revolução industrial, foram os trabalhadores/operários que criaram autonomamente as suas Associações de Classe para defesa dos seus interesses, criando condições para impor negociações directas com o patronato.

Mesmo em Portugal, no princípio do século XX, as organizações de trabalhadores foram criadas de baixo para cima, isto é, os sindicatos criaram a CGT – Confederação Geral de Trabalhadores, sem a tutela dos partidos políticos, do Estado, da religião ou de qualquer outro poder da sociedade.

Refira-se ainda que não foram só os Sindicatos que os operários/trabalhadores criaram, igualmente foram criadas as Caixas de Previdência, as Associações Mutualistas, as Casas do Povo e outras Associações do Povo Português.

Com a criação do Partido Comunista Português, em 1921, é que o movimento sindical português, a exemplo de outros países da Europa, começou a ser fortemente influenciado pelas forças políticas, que passaram a utilizar os mesmos Sindicatos como autênticas correias de transmissão.

Igualmente o Estado Novo salazarista utilizou, durante a sua ditadura, os Sindicatos, Caixas de Previdência, Associações Mutualistas e outras Associações como forma de controlar os operários, os trabalhadores e o povo português.

Com o 25 de Abril de 1974 pensou-se que, finalmente, se criariam sindicatos democráticos, livres e independentes de quaisquer tutelas.

Mas o certo é que a CGTP (criada em 1970, no período marcelista) tratou de tentar controlar politicamente os Sindicatos portugueses, realizando o Congresso de Todos os Sindicatos, no qual só os que já eram controlados pelo PCP é que puderam participar activamente, e que, curiosamente, foi realizado com a presença do então Primeiro Ministro do MFA, o General Vasco Gonçalves.

Em 1978 ainda houve um movimento sindical livre e democrático – a Carta Aberta - que tentou que os Sindicatos fossem organizações independentes dos partidos políticos, mas o certo é que na sequência desse movimento foi criada a UGT, mas com carácter partidário, dado que foi formada com base em tendências político-sindicais do Partido Socialista e do Partido Social – Democrata.

Pensou-se, mesmo assim, que seria possível desenvolver nesta nova estrutura um sindicalismo livre, autónomo e independente mas em 1988, num Congresso Extraordinário da UGT que se realizou no Coliseu dos Recreios em Lisboa, a Tendência Sindical Socialista passou a dominar completamente a Central Sindical dado que expulsou, em pleno Congresso (à PREC), os dirigentes sindicais Social – Democratas mais representativos e os Independentes.

E como se tem verificado nestes últimos 20 anos, as Centrais Sindicais UGT e CGTP passaram a ser parceiros do sistema, dirigidas pelos mesmos Carvalho da Silva, que é militante activo do PCP, e pelo João Proença, dirigente do Partido Socialista.

E o que se ganhou com isto, entretanto?

A Concertação Social é mais um parceiro do Orçamento do poder do que uma instituição que sirva os interesses dos trabalhadores e do povo português. Aliás, a crise económica, social, moral e ética que vivemos é da maior responsabilidade dos poderes políticos, mas também se deve à ineficácia e falta de responsabilidade cívica das Centrais Sindicais, que pouco têm contribuído para o desenvolvimento do país e da salvaguarda dos legítimos interesses dos trabalhadores e do povo português.

As Associações Sindicais Independentes têm dificuldades imensas na sua visibilidade, principalmente na Comunicação Social, completamente embevecida pela CGTP e pela UGT, apesar do seu trabalho diário na contratação colectiva, na formação profissional, no sindicalismo de serviços (Seguros, Mútuas, etc.) nos grandes sectores de actividade, como a Banca, as Comunicações, a Energia, os Transportes Ferroviários, Função Pública, etc...

Mas o Sindicalismo Autónomo e Independente tem princípios e práticas correctas, rejeita quaisquer tipos de tutelas, e é o caminho a seguir pelos trabalhadores portugueses para fazerem face a todos os tipos de dificuldades que surjam na Sociedade portuguesa.

UGT – União Geral de Trabalhadores

Os Trabalhadores Social Democratas desde sempre defenderam os princípios do sindicalismo democrático, revendo-se na UGT – União Geral de Trabalhadores, Central Sindical na qual estão filiados a grande maioria dos Sindicatos nos quais os TSD estão representados.

Continuamos a considerar a UGT como um espaço de Liberdade e de Democracia, onde as Tendências político-sindicais devidamente organizadas têm um espaço de diálogo e de participação sindical.

Mas não queremos com isto dizer que tudo está bem dentro da Central Sindical.

Efectivamente, a Tendência Sindical Socialista tem neste espaço uma supremacia, tornando-se claramente, não por força da sua representatividade e capacidade, mas quase sempre por ausência de intervenção dos representantes social democratas, o seu rosto e a sua imagem.

No seu último Congresso, a UGT criou uma estrutura intermédia – as Uniões – com sede em cada um dos 18 Distritos do País e nas duas Regiões Autónomas, que vieram substituir as antigas Delegações, as quais tinham claramente esgotado a sua capacidade de intervenção.

Esgotado o período que levou á criação de todas as Uniões da UGT, e no sentido de evitar que as mesmas se tornem em mais uma feira de vaidades para os seus dirigentes, há agora que proporcionar condições para que estas funcionem com a eficácia e capacidade de intervenção que o momento actual exige.

Acreditamos que a alteração agora introduzida no modo de funcionamento da Central poderá aproximá-la dos trabalhadores que representa, embora alguns sinais já existentes suscitem algumas dúvidas sobre tal desiderato.

O futuro se encarregará de confirmar ou não tal dúvida!

Contudo, continuamos a não ver por parte da tendência sindical dominante da Central qualquer abertura no sentido de modernizar, actualizar e tornar mais participativa e actuante o funcionamento da UGT.

Muda-se uma ou outra pessoa, altera-se uma ou outra coisa para que tudo continue na mesma.

Nesta matéria, os Trabalhadores Social Democratas têm de ser mais pragmáticos, eficazes e actuantes no dia a dia de funcionamento da UGT.

Têm de procurar chamar a si mais liderança e protagonismo, assumindo sempre intransigência na defesa dos valores da Democracia e do Livre Sindicalismo, procurando desta forma defender os legítimos anseios dos trabalhadores portugueses.

Ao procederem desta forma estão a defender os princípios da social democracia e da liberdade sindical.

A nível da Concertação Social, no momento conturbado que o País atravessa, a UGT tem que se apresentar com uma posição forte e intransigente na defesa dos direitos e aspirações dos trabalhadores portugueses.

A União Geral de Trabalhadores tem de ser definitivamente uma casa comum para todos aqueles que defendem os princípios de um sindicalismo livre e democrático.

Tem de ser um espaço de respeito e diálogo, de comunicação e circulação de informação, de análise e discussão.

Mas também tem de ter um espírito crítico sobre eventuais alterações da legislação laboral lesivas dos interesses dos trabalhadores que representa, não pactuando com as que se perspectivem em nome de uma falsa recuperação económica.

A recuperação do País não se pode nunca fazer contra os trabalhadores!

Também a adesão de novos sindicatos poderá fortalecer a Central Sindical, não sendo justificáveis impedimentos à sua adesão só porque o sindicatos ou sindicatos que pretendem aderir não são liderados pela corrente maioritária que politicamente controla a UGT.

Os Trabalhadores Social Democratas têm que ter perante a Central Sindical uma posição mais interventiva, competindo-lhes ser mais ousados e participativos.

Com esta simples alteração na participação dos Órgãos da União Geral de Trabalhadores ganham os Trabalhadores Social Democratas em particular e os trabalhadores portugueses em geral.

RELAÇÕES COM O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

O Partido Social Democrata desde sempre baseou o seu património social e político nas suas estruturas autónomas, destacando-se de entre elas os Trabalhadores Social Democratas.

Hoje, mais do que nunca, preparando-se o partido para mais uma vez vir a ser Governo em Portugal, torna-se necessário que a voz dos TSD se faça ouvir dentro dos Órgãos internos do PSD. Não podemos deixar que o partido volte as costas aos trabalhadores, que são o elo fundamental para ultrapassar a crise em que os desvarios governamentais do PS mergulharam o país.

Quase sem darmos por ela, encontramos-nos já nos princípios do século XXI, perante novos desafios que se colocam ao mundo laboral e não só.

Compete aos TSD-Trabalhadores Social Democratas transformarem-se numa estrutura líder que possa conduzir a uma dinâmica social e humanista, possuidora de respostas eficazes para a valorização dos anseios dos trabalhadores portugueses, permitindo-lhes melhorar as suas vidas.

São as Mulheres e os Homens trabalhadores de Portugal que têm na sua mão a alavanca do desenvolvimento, do sucesso e do êxito do País, dependendo de cada um deles a criação de uma ambiente de confiança, de alegria e de fé no nosso País.

Desenganam-se todos aqueles, social democratas ou não, que pensem o contrário. Os trabalhadores portugueses são o elo fundamental para a recuperação que Portugal tem de encetar.

As Mulheres e os Homens trabalhadores deste País têm os seus sonhos, os seus desejos, os seus anseios. Todos são antes de mais Pessoas Humanas, com vida própria e actividade social, associativa, cultural, familiar e pessoal. Têm o direito a saborear as

suas vidas e a serem felizes, não podendo ninguém pensar em coarctar estes direitos a todas as Mulheres e Homens do nosso País.

Por isso, numa altura como esta que Portugal vive, de duvidas e incertezas, os Trabalhadores Social Democratas não poderão ser uma Estrutura obediente e servil do Partido Social Democrata, bem pelo contrário.

Sabemos o que custa a que as vozes dos trabalhadores cheguem, de forma audível e clara, aos líderes partidários e no PSD essa dificuldade existe.

Temos o direito e a obrigação de estarmos bem representados nas Estruturas Internas do Partido Social Democrata.

Terá que ser por direito próprio que temos que ter voz, espaço político e visibilidade dentro do partido, tornando-nos mais interventivos e participativos.

Devemos – **temos a obrigação** – de assumirmos a nossa condição de trabalhadores, não deixando que outros decidam por nós, nomeadamente na área laboral.

De forma organizada dentro dos TSD, devemos fazer ouvir a nossa voz, transmitindo no PSD as nossas posições.

É altura de neste congresso reafirmar-mos a nossa legitimidade para, nomeadamente nas questões laborais, a voz dos Trabalhadores Social Democratas seja escutada e tida em conta na hora da tomada de decisões.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Portugal, oito vezes centenário, é um dos países mais antigos da Europa e do mundo.

Desde a sua fundação que se habituou a defender os seus valores, que são os das suas gentes, e por causa deles, as suas fronteiras. Depois de perceber que o seu território se assemelhava a uma escadaria que descia até ao mar, fez-se a ele e transformou o Atlântico no seu mar.

E a seguir a este, outros oceanos foram seu mar... e passou “ainda além da Taprobana”!

Tal facto levou-o, ao longo de muitos séculos, a contactar com os mais diversos povos, a desenvolver os mais variados contactos, a respeitá-los, a procurar entender as suas tradições e culturas, tentando compreendê-los e com eles interagir.

Portugal é hoje um país europeu, membro da União Europeia. Mas é também um país aberto aos quatro cantos do mundo, com especiais laços em África, onde aliás tem vasta história.

Está igualmente presente, através da diáspora portuguesa, em todo o Planeta. É, ainda, respeitado em diversos teatros de guerra ao serviço da paz. Faz parte de muitas organizações internacionais como a ONU, NATO, CPLP e outras.

Daí que todas as questões ligadas à União Europeia e à Zona Euro neste especial momento de crise internacional devam merecer da nossa parte especial atenção.

Se fomos dos primeiros povos a promover a globalização dando “novos mundos ao mundo”, não devemos agora, por via da omissão ou falta de sabedoria a que nos votaram os nossos governantes ditos socialistas, passivamente apenas cumprir directrizes de terceiros na esperança de fazermos o trabalho que há muito já deveríamos ter feito.

É nossa profunda convicção que podemos ser ousados, inovadores e vencedores.

A economia, os mercados e os ataques de que o país tem sido alvo só acalmarão quando pusermos de lado o adormecimento a que nos têm conduzido, e sacudindo essa letargia, quisermos voltar a ditar as páginas da nossa própria história. E não será doutro modo senão pelo nosso trabalho!

Mas não a qualquer preço! Há para nós, TSD, valores absolutos inultrapassáveis.

A Europa como a conhecemos hoje, sucessora do sonho dos seus fundadores do pós guerra, baseia-se em princípios intransponíveis que se consubstanciam na cooperação em oposição à luta, na solidariedade em detrimento do exclusivo interesse individual de cada nação, da partilha de recursos e saberes em contraponto ao domínio de vantagens exclusivas e muitas vezes selvagens.

O sonho europeu era um sonho de felicidade, isto é, de realização humana e material dos seus povos. Já o esquecemos?

Somos trabalhadores social-democratas. A grande maioria das populações europeias são trabalhadores, independentemente da sua tendência político sindical. A Europa e o seu projecto só serão valorizados no concerto das nações se for um projecto de êxito! E o êxito de todos tem de começar por ser o de cada europeu...

Por isso é indispensável que os TSD e o movimento sindical português no seu conjunto possuam uma forte ligação a todas as organizações sindicais congéneres, bem como a organizações de nível de cúpula como a UNI, a CES e a CSI.

Como podemos aceitar uma Europa com tantos milhões de pobres?

A nossa voz, as nossas convicções e as nossas propostas têm de ser ouvidas. No âmbito europeu em que primeiramente nos inserimos, conjuntamente com os nossos parceiros temos de levantar a nossa luta contra uma ideia economicista e desumanizada da economia, cega muitas vezes, contrária à construção de uma Europa que pugna pela melhoria das condições de vida dos seus povos e pela paz social.

MADEIRA E AÇORES

Estas regiões autónomas do país – Madeira e Açores - embora sendo possuidoras de uma situação geográfica potenciadora de diversas actividades económicas e de

desenvolvimento social, têm por outro lado, pela sua localização periférica e insular em relação a Portugal Continental e ultra periférica em relação ao Continente Europeu necessidade de um olhar e cuidados políticos especiais.

Significa esta circunstância merecer uma preocupação particular por parte de todos os agentes com poderes decisórios dado que este facto constitui, por si só, também um incontornável e decisivo obstáculo ao seu desenvolvimento, ao das suas populações e em especial ao dos seus trabalhadores.

Durante largo período o PSD, através de diversos Governos Autónomos, tanto na Madeira como nos Açores, foi um indiscutível motor de desenvolvimento que transformou um atraso endémico em progresso, sempre ao serviço das suas populações.

Esse trabalho meritório, árduo e difícil, nem sempre compreendido no todo nacional, foi sobretudo um trabalho de recuperação e de aproximação aos níveis médios de desenvolvimento do país, reflectidos neste espaço do nosso território nacional.

Na Madeira esse trabalho tem continuado com enorme êxito, tanto ao nível das oportunidades criadas como ao nível infra-estrutural, nomeadamente no desenvolvimento de modernas e rápidas vias de comunicação, entre outras.

É certo que nem sempre o percurso há muito iniciado e sucessivamente apoiado pelas populações tem tido o eco necessário no continente, sobretudo com a actual liderança socialista, ressentindo-se o seu desenvolvimento desse facto. Por outro lado a “mãe natureza” também deixou recentemente marcas indeléveis que urge ultrapassar.

No entanto, em relação aos Açores, a liderança da sua governação pelo PSD foi interrompida. E passados estes anos de governação socialista não é difícil perceber os seus resultados nefastos.

Aí, é necessário levantar de novo a bandeira da esperança com o objectivo de um novo impulso no seu desenvolvimento. Temos de cerrar fileiras, arregaçar as mangas e tudo fazer para recuperar a liderança do PSD nesta Região Autónoma.

Para o efeito, temos todos nós de estar preparados, manifestar a nossa solidariedade e apoio aos trabalhadores e aos TSD desta Região com o objectivo de conseguirmos esse desiderato, a bem das suas populações.

Os TSD nacional deverão ter uma especial atenção e estar preparados para apoiar todas as iniciativas que localmente, em cada uma das Regiões Autónomas sejam promovidas, nas mais diversas áreas.

Os temas relacionados com o trabalho, o emprego e a formação profissional devem ser especialmente desenvolvidos em iniciativas marcantes pela diferença na análise, no apontar de soluções e no rasgar de futuro.

Devem por isso ser canalizados os meios e as competências suficientes para que, equilibradamente, os TSD das Regiões Autónomas possam responder com eficácia aos desafios presentes, contribuindo para a construção do futuro num renovar de

perspectivas e de respostas aos actuais problemas económicos, sociais e laborais dos seus trabalhadores.

PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA

A Europa não é apenas um continente nem os seus povos são uma única nação. Este “Velho Mundo”, como alguns lhe chamam, é sobretudo um espaço de liberdade, um espaço de modernidade, um espaço de tolerância e de realização humana.

De raízes greco-latinas e moldada por uma herança multi-milenar judaico-cristã, a Europa cresceu, fez-se de experiências, lutou, pensou, realizou-se e cumpriu-se. Com a passagem dos séculos transformou-se e transformou o mundo, reinventou a sua paisagem, a sua geografia política e com ela as suas gentes.

A Europa quase nunca viveu em paz, e talvez por isso, após a segunda guerra mundial resolveu mudar de agulha e transfigurar-se num novo paradigma. E... há mais de meio século, pela primeira vez, vive em paz! A Europa hoje é sobretudo uma cultura, sem deixar de ser um mosaico de povos, de países e de culturas. A Europa é um modo de ser!

E o que fez dos seus povos e países um “Primeiro Mundo”?

Hoje, enquanto União Europeia, dizemo-nos democráticos, expressamos a nossa liberdade de circulação (de pessoas e bens) entre todos os países da União, explicamos que temos uma moeda única, e embora pronunciemos línguas diferentes, entendemo-nos e até falamos em projectos comuns.

De facto, para muitos mil milhões de pessoas no mundo, a Europa é um sonho, uma miragem de perfeição e de felicidade humana, é um sítio onde se gostaria de viver, onde até alguns arriscam a vida para poder chegar e desembarcar numa das suas praias. Esta é ainda a imagem que temos...

Mas, depois do sonho da construção europeia, liderada por homens de grande estatura política e moral, de estadistas que perceberam que a paz era mais importante do que a guerra, que a luta poderia ser substituída pela cooperação, que todos têm riquezas para partilhar e que juntos fazemos as coisas melhor, e, que estas vantagens tinham não só um efeito multiplicador de oportunidades, mas sobretudo que potenciavam crescimento, confiança, bem-estar e um enorme desencadear de novas possibilidades. E Portugal e outros países embarcaram nesse comboio... E, algo mudou.

Passaram esses estadistas, passaram os anos, e parece também que passou o sonho!

O que temos agora?

Uma União com milhões de desempregados, endividada (sobretudo nos países periféricos), com ataques brutais às suas estruturas de segurança social, desorientada e sem uma liderança eficaz.

A unidade fragmenta-se, emergem eixos de interesses antes integrados, alguns levantam a voz para defenderem o seu umbigo e parece desmoronar-se esse esforço antes visionário.

O emprego emigra para outros continentes, especialmente para a orla sul da Ásia e com ele afastam-se as oportunidades que as novas gerações tinham como certas à sua espera.

A natalidade baixa assustadoramente e a imigração aumenta, às vezes um pouco descontrolada, criando dificuldades de integração e de aculturação, antecipando até eventualmente a segurança e a identidade de algumas das nações europeias.

E porquê?

Parece existir uma subserviência mais ou menos discreta ao capital internacional, a um certo capitalismo selvagem, que só vê lucro, custe o que custar. E depois vale tudo! Não se cumprem os acordos, mesmo quando os Estados são seus outorgantes.

Em consequência, deslocalizam-se empresas, acabam-se com milhares de postos de trabalho mas não é por não haver carteira de encomendas, mas sim porque algures na China ou por lá perto, os salários são bastante mais baixos e não existem compromissos sociais a cumprir!

A Banca alavanca “lixo” para fazer disparar os mercados, deixa a “bola de neve” crescer, possibilitando chorudos lucros a alguns e de um dia para o outro, são milhões de cidadãos a verem as suas economias esvaírem-se como grãos de areia por entre os dedos das mãos... sem que as autoridades nacionais, os bancos centrais e as instituições monetárias europeias intervenham.

Depois do sucedido e não antes, como seria o seu dever, aparecem com profundas explicações debitando ciência económica! Nunca como hoje vimos a Europa a pôr em causa a chamada “Europa Social”: são os salários que diminuem, são os Sistemas de Segurança Social a necessitar de mais contribuições, são os Sistemas de Saúde a anunciarem prejuízos astronómicos, etc, etc.

E quem paga? Quem é chamado a contribuir para a resolução destas questões? Apenas e só os trabalhadores, directamente ou através de novos impostos, retirando assim proventos do seu trabalho que podiam e deviam ser utilizados no crescimento económico dos seus países.

Tudo isto fez com que a Europa tenha hoje uma horda imensa de gente sem projecto de vida, milhões e milhões de desempregados, que deambulam entre a consciência da sua desgraça e a falta contínua de oportunidades que os façam interromper a descida vertiginosa em que as suas vidas se transformaram rumo ao abismo.

Nada temos a opor ao crescimento económico de milhões de pessoas por esse mundo fora, sobretudo na Ásia. Saudamos até, com verdade, que tantos e tantos tenham sido arrancados à pobreza na última década, nesses lugares. No entanto, tal desiderato não pode nem deve ser conseguido à custa de “trabalho escravo” e sem direitos.

Todos, no mundo inteiro, querem ter a Europa e o Ocidente em geral como cliente. No entanto, quando tenuemente esboçamos exigências ligados aos direitos sociais, às liberdades humanas, aos direitos humanos em geral, encontramos prepotentemente o muro intransponível do NÃO e em resposta “metemos o rabo entre as pernas” e cedemos... para que uns poucos, mesmo muito poucos continuem a ter lucros fabulosos e tanto de um lado como do outro se continuem a verificar todas estas imensas disparidades e injustiças...

Onde estão os nossos valores, a fidelidade às nossas origens e a defesa da nossa história europeia? Onde está a filosofia de vida que tanto nos orgulha? Não nos continua a competir trabalhar para tornar este planeta numa casa comum? Não somos todos seres humanos? Não temos todos, em qualquer quadrante da terra, igual dignidade e direitos?

E Portugal? Como se posiciona neste puzzle europeu?

Portugal tem sido, de facto, um excelente aluno no pior dos sentidos. Liderados pelos nossos Governos Socialistas, temos ao longo dos últimos quinze anos, vindo a descer em todos os índices de avaliação comunitária. Sem credibilidade, sem rumo e, pior ainda, sem objectivos e estratégia, com uma liderança que para além de inexperiente não é levada a sério, resta-lhe ir “ouvir os recados que têm para nos dar” nas diversas cimeiras onde tem assento. E na maioria das vezes nem sequer os sabem depois pôr em prática!

A juntar ao descrito temos na própria União Europeia uma falta de solidariedade de alguns países, no mínimo confrangedora, que permite especulações e retrocessos nas diversas tentativas de reacção que se vão esboçando. Internamente damos prioridade à ineficácia, à falta de responsabilidade, ao facilitismo, ensinando-se como se foge ao esforço e ao êxito, valorizando o fútil e o imediato.

O trabalho deixou de ser um valor, um meio de realização humana e de contributo para o bem comum, preferindo-se colocar dinheiro em cima dos problemas como se desse modo a pobreza pudesse acabar...

Precisamos de mudar, em Portugal e na Europa. Não é dos seus cidadãos, com os seus cidadãos e para os seus cidadãos que a União Europeia existe? Precisamos de uma nova postura, com ética, credibilidade e contributos renovados. Portugal tem de ter uma palavra a dizer, mais forte, coerente e proporcional à acção desenvolvida... e com o trabalho de casa feito.

É preciso, é urgente, de novo, sonhar!

CONCLUSÕES

Portugal não pode, por tudo o que atrás foi escrito e desenvolvido resignar-se à crise e à recessão. É urgente, é necessário, é decisivo romper as amarras com que os governos socialistas ataram Portugal.

Portugal, os portugueses e em especial os trabalhadores portugueses não são um qualquer molho de palha pronto a queimar.

É muito importante deixar bem claro que não foram os trabalhadores, nem as organizações sindicais que os representam, mas sim a governação socialista os responsáveis pelas opções (ou, em boa verdade, pela ausência de opções), que levaram o nosso país a um inimaginável endividamento, à vergonha de ver o nosso nome indexado a taxas de juro impensáveis e, inclusive, à desonra de ninguém já acreditar em quem nos representa e governa, cá dentro ou lá fora, sobretudo na União Europeia.

Os TSD não podem deixar de levantar a sua voz em favor de um futuro para Portugal, para os seus trabalhadores e para os seus filhos. Temos de erguer uma nova bandeira e de afirmar um novo sonho para Portugal.

Este nosso modo de dizer futuro assenta em valores universais e numa acção desprendida e desinteressada na sua defesa.

Não nos movem interesses particulares, e para além do mais temos telhados de vidro... para onde todos podem olhar: somos trabalhadores e é através do trabalho que nos realizamos e ajudamos a humanizar o mundo.

Todos os dias, dia após dia, ano após ano, vidas inteiras de dedicação e sacrifício que merecem o respeito e a admiração. Somos nós, trabalhadores de facto, isto é, realmente (que significa 'tornar real'), que fazemos este nosso mundo menos doloroso, menos difícil e menos duro, às vezes até com o sacrifício da própria vida, como acontece em tantos e tantos lugares do mundo, ou pela especificidade da própria profissão, ou por não haver liberdade de se ser sequer pessoa...

Ser trabalhador, ter consciência desse papel, independentemente da profissão em concreto, até porque todas têm dignidade, é ser alguém com consciência primeiramente pessoal e depois social.

É pertencer ao entretecido da trama humana e nela participar. Uma participação efectiva, segura, consciente, que depois tem repercussões e expressão política. Para além de se ser é viver!

Porque esta consciência se transforma em confiança, adquire uma alargada influência e conquista outros trabalhadores, e a seguir a estes primeiros outros ainda, e depois outros mais, transformando esta vontade de vencer, esta vontade de futuro numa enorme onda que para além de um grito ecoante se materializa num projecto de mudança.

Somos nós todos, em uníssonos, a dizer bem alto que temos um sonho para Portugal.

Os TSD são, por vocação e por representação dos seus trabalhadores, esta mudança.

Ao contrário do que outros nos querem fazer crer, não é diminuindo o rendimento do nosso trabalho e doseando a nossa insatisfação que a mordaza e o medo continuam a imperar. Estamos mais do que esclarecidos e sabemos o que queremos. Somos adultos, responsáveis, e estamos unidos.

Sabemos que é com políticas diferentes destas, contribuindo para mais trabalho, com mais qualidade e com mais oportunidades que levantaremos Portugal.

A unidade dos trabalhadores tem sido por diversas vezes verificada e não precisa de dar provas a ninguém. Esta nossa unidade e co-responsabilidade também é para com Portugal.

Os TSD devem colaborar com todos os que se revejam num projecto novo, identitário, unificador e tangível para Portugal.

Os TSD têm de viver esta proposta e, sobretudo, participar nela. Com mais qualidade na sua intervenção sindical, com uma postura de coerência e de exigência daremos o exemplo, com confiança, rumo a um futuro melhor e a um novo sonho para Portugal.

Os TSD não se conformam com a crise, com a recessão e com as respostas velhas e bolorentas com que nos querem fazer crer serem o caminho a seguir. Só que, com os mesmos actores políticos e a repetição de velhas e inadequadas soluções já conhecemos o fim deste caminho. E a este percurso dizemos não.

Os TSD têm um sonho para Portugal e querem concorrer com a sua acção para a sua concretização.

Nós estamos prontos!

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA
POLÍTICA E SINDICAL

RUMO AO FUTURO
UM NOVO RUMO

Assembleia Distrital de Setúbal

Aprovada em 13 de Janeiro de 2011

1ª Subscritora:
Maria das Mercês Borges

INTRODUÇÃO

Volvidos que são vinte e sete anos de existência da nossa querida estrutura, criada no I Congresso Nacional, realizado no Vimeiro, na Área Oeste do Distrito de Lisboa, em 6, 7 e 8 de Janeiro de 1984, os Trabalhadores Social Democratas do Distrito de Setúbal vêm, mais uma vez, apresentar as suas ideias e propostas com o objectivo de contribuir para a afirmação dos Valores e Princípios da Social Democracia e para a construção de um País mais Desenvolvido, Justo e Solidário.

Serve a referência à data da fundação dos TSD para recentrar os seus principais objectivos como estrutura representativa dos Trabalhadores Social Democratas e realçar o importante papel que deverá desempenhar na defesa dos trabalhadores portugueses e na construção de uma sociedade mais equitativa, responsável e humanista.

Procuraremos contribuir para a reflexão que se impõe fazer sobre o mundo do trabalho e os enormes desafios que se colocam às estruturas representativas dos trabalhadores portugueses.

Nos últimos anos os trabalhadores têm sido obrigados a viver momentos muito difíceis, resultantes dos efeitos da globalização e das medidas erradas que os governos do Partido Socialista têm implementado no País. Assume-se, por isso, da maior relevância os contributos que os Trabalhadores Social Democratas possam dar para que Portugal possa construir, de novo, a via para o desenvolvimento e para um maior bem-estar das famílias portuguesas.

Num País em que os recursos naturais são escassos e, infelizmente, nos encontramos muito dependentes do estado da economia mundial, em especial da europeia, em que as políticas erradas adoptadas pelos governos socialistas conduziram à estagnação da economia, à manutenção de baixos salários, ao aumento do custo de vida e a uma enorme clivagem de rendimentos, impõe-se promover políticas de desenvolvimento económico que permitam vencer os desafios da qualificação dos portugueses, da competitividade e da produtividade, único meio para gerar riqueza, criar empregos e contribuir para uma maior justiça social.

A gravíssima situação económica e social com que Portugal e os portugueses se confrontam tem gerado novos problemas que exigem, por isso, novas soluções. É por essa ordem de razão que defendemos que os TSD devem debater com

profundidade os inúmeros desafios que se colocam aos trabalhadores, como o desemprego, as novas qualificações, a organização do trabalho, o papel das suas estruturas representativas, a salvaguarda dos seus direitos, entre outros.

Consideramos que os TSD devem dedicar especial atenção a estas questões tão actuais para os portugueses, mobilizando os trabalhadores social democratas a contribuírem com ideias que visem a construção de novas políticas que permitam ultrapassar os inúmeros obstáculos com que nos confrontamos. Assim, devemos colocar à disposição dos trabalhadores portugueses todas as nossas capacidades, com um verdadeiro espírito patriótico e solidário, que leve à obtenção de soluções que permitam resolver os problemas que afectam em especial os mais desprotegidos da nossa sociedade.

São, todos sabemos isso, necessários enfrentar inúmeros sacrifícios para ultrapassarmos a presente situação, mas também sabemos que com perseverança e de forma responsável é possível encontrar as respostas adequadas para este mundo de problemas e dificuldades e adoptar as políticas correctas.

Os novos tempos, deverão ser de esperança num futuro melhor, assim se possam implementar as políticas que o PSD considera ajustadas às reais necessidades do País e dos portugueses, e que, certamente, permitirão ultrapassar estes momentos bem complicados com que nos confrontamos.

Os próximos anos serão difíceis, mas serão anos de esperança e de confiança!

Sabemos que os anos que se avizinham, e que corresponderão aos mandatos dos novos órgãos eleitos no XII Congresso Nacional dos TSD, serão complicados mercê dos profundos e desequilibrados resultados macroeconómicos que resultaram destes anos da governação socialista.

Mas, o ano de 2011 poderá proporcionar significativas mudanças na condução dos destinos do nosso País.

E é também por isso que os TSD têm de estar bem preparados, motivados e mobilizados para lembrar ao Partido Social Democrata, que integramos, que o fundamental é promover o desenvolvimento económico, a criação de emprego, o apoio aos desempregados, com especial destaque para os jovens, as mulheres e

os de longa duração e adoptando as medidas que nos conduzam a um caminho de viragem, com Esperança e com Confiança!

Temos que levar os trabalhadores a acreditar em si próprios, para que acreditem em Portugal.

Temos uma forte convicção na grande capacidade e na determinação dos portugueses para superarem e vencerem as adversidades.

Por um lado é a necessidade de ordem nas contas do Estado e de robustez que se pretende nas finanças públicas, por outro é o combate ao elevado endividamento das famílias e empresas e ainda o controle do défice que compromete o futuro de todos.

Uma das soluções, passa certamente pelo incentivo e pela promoção de um correcto investimento nacional e internacional, que reponha a credibilidade interna e externa de Portugal, que proporcione a captação de novos investimentos, o reforço e a competitividade das nossas empresas, o aumento das exportações, a qualificação dos trabalhadores, o aumento da produtividade e da qualidade, gerador de riqueza e que salvaguarde a necessária solidariedade para com os mais carenciados.

A aposta numa real justiça social que garanta a protecção social indispensáveis às famílias mais afectadas, não ignorando aqueles que todos os dias perdem os seus postos de trabalho.

Tarda a haver sinais de recuperação, mas um novo governo liderado pelo PSD constituirá, sem qualquer dúvida, um ponto de viragem na situação e significará o arranque **RUMO AO FUTURO COM UM NOVO RUMO.**

PENSAR O FUTURO DOS SINDICATOS

É hábito e tradição o Distrito de Setúbal incentivar os Trabalhadores Social Democratas a refletirem, sobre o papel que compete aos Sindicatos assumirem perante os inúmeros problemas que estão a afetar, dramaticamente, as condições de vida de todos os trabalhadores portugueses.

A realidade, hoje, é, na verdade, quase tenebrosa se atentarmos no que foi prometido ao universo dos trabalhadores, nas diferentes partes do mundo, sobre a globalização e seus benefícios que acabaram por gerar fortes desequilíbrios entre ricos e pobres com as consequências que os Manuais Políticos sempre avisaram: desemprego, corrupção e, no limite, convulsão social.

Por outro lado, a globalização foi vendida sem ter em conta as características de cada Região do Globo e, principalmente, sem tomar em consideração que ela é o adubo que favorece e favoreceu o aparecimento dos chamados “Mercados Emergentes”.

Como é que uma fábrica portuguesa, com os piores e mais descomedidos salários da Europa, pode competir com uma empresa familiar na China? Ou na Tailândia?

Em Portugal, é preciso ser-se sincero, e reconhecer que o Sindicato sempre foi visto como um veículo de chegar mais depressa a um certo destino e, daí o descrédito a que alguns chegaram.

Pouco foi feito na defesa dos trabalhadores onde e para disfarçar a incapacidade de discutir em igualdade essa defesa, recorreu-se – quase sistematicamente – a “formas de luta” que, mais não fizeram senão agravar os sentimentos negativos duma população, desde sempre, maltratada por algum poder económico.

Entendemos pois que é chegado o tempo de mudar a filosofia que está na base da criação de Sindicatos já que a acção de defesa dos interesses dos trabalhadores, está, nos dias de hoje, tão distante de ser verdadeira, quão distante estavam, no século XIX, os trabalhadores de se organizarem em Sindicatos.

Daí ser nosso entendimento que os Sindicatos deverão aproximar-se mais dos trabalhadores, procurarem saber quais os motivos que os levaram a sindicalizarem-se, o que pensam dos dirigentes e dos delegados sindicais, os motivos que os levam a mudar de sindicato, dentro do mesmo sector, enfim,

tornar o Sindicato no irmão mais velho do trabalhador deixando de ser o tio rico, que emigrou e fez dinheiro, mas que não tem tempo para.

Enfim, só ouvindo os trabalhadores e envolvendo-os na definição das estratégias da sua organização, os poderemos incentivar a deixarem de estar à margem e a ficarem por dentro do processo de defesa dos seus próprios interesses.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Com efeito, consideramos que o estado a que chegaram os TSD é difícil de aceitar. Longe vai o tempo em que os TSD tinham uma acção mais concreta, quer ao nível dos Núcleos de Empresa, quer nos Sindicatos, quer nas Comissões de Trabalhadores, quer até nos Distritos onde se procurava imprimir uma certa dinâmica que mantivesse os trabalhadores social-democratas mobilizados.

Certamente já todos se aperceberam, que para além dos comunicados que a estrutura nacional continua a divulgar com uma periodicidade bastante regular, tomando posição sobre quase todos os assunto pertinentes da actualidade, e para além de uns debates organizados nalguns Distritos, na maioria das vezes apadrinhados pelo Secretariado Nacional, a quase totalidade dos órgãos distritais tem-se regido por uma actividade quase nula.

Decerto que esta não é a nossa estrutura dos TSD - Trabalhadores Social Democratas. Urge dar a volta a esta situação, até para se cumprir o que está estipulado nos nossos Estatutos.

Temos defendido a realização de uma reflexão a nível nacional sobre a nossa identidade e modelo de organização. Contudo, esse desiderato não foi alcançado, pese embora a sua relevância para o reforço e a afirmação dos nossos Valores e Princípios, bem como para a mobilização de toda a estrutura para a prossecução dos objectivos fundamentais consignados nos nossos estatutos, nomeadamente no que concerne a:

- Difundir e defender o pensamento social-democrata no mundo do trabalho, bem como a formação e dinamização dos trabalhadores para a sua participação activa em todas as actividades sócio-laborais;
- Organizar, apoiar e dinamizar a participação activa dos Trabalhadores Social Democratas em todas as estruturas representativas e defensoras dos direitos e interesses dos trabalhadores;
- Contribuir para a definição de uma política nacional de progresso económico e de justiça social, que tenha em consideração as necessidades e os anseios dos trabalhadores;

Julgamos que esse debate continua a ser pertinente e esperamos que os novos órgãos eleitos no XII Congresso acolham esta proposta.

Consideramos, igualmente, relevante para o reforço da acção dos TSD na sociedade portuguesa e para mobilizar todos os militantes:

- Difundir e defender o pensamento Social Democrata a nível dos locais de trabalho, empresas, sindicatos, comissões e sub-comissões de trabalhadores, nos Conselhos de Empresa Europeus e junto dos representantes para a saúde e segurança do trabalho;
- Activar e reformular os Núcleos Concelhios, que apesar de criados no XI Congresso, realizado em Lisboa, poucos são os que se encontram constituídos. Terá de ser o Secretariado Nacional a incentivar e a apoiar os Secretariados Distritais na criação dos mesmos.
- Generalizar a identificação dos militantes dos TSD, através da emissão dos respectivos Cartões de Militantes?
- Reactivar a realização dos Encontros Nacionais de Organização, para que se possa de forma periódica reflectir sobre a evolução e o trabalho de todas estruturas, permitindo a troca de experiências.
- Promover acções de formação para dirigentes e militantes dos TSD, para uma maior participação de todos no mundo do trabalho.
- Reestruturação do Site na Internet.

COMBATER O FLAGELO DO DESEMPREGO

Numa conjuntura caracterizada por fortes condicionalismos económicos e financeiros, que tem gerado uma elevada taxa de desemprego, impõe-se repensar todo o modelo económico português e consequentemente perspectivar uma nova estratégia que permita vencer as dificuldades decorrentes dos gravíssimos desajustamentos económicos e da falta de qualificações de muitos dos trabalhadores desempregados. Este é o grande desafio que se coloca à sociedade portuguesa no momento actual – incrementar o desenvolvimento económico gerando novos empregos e, deste modo, combater o flagelo do desemprego.

Confrontados com uma taxa de desemprego de 10,9% segundo os indicados referentes ao terceiro trimestre de 2010 do INE, (correspondendo a mais de 600 mil trabalhadores), e com uma perspectiva de contracção da economia no corrente ano, impõe-se exigir do Governo a promoção de um conjunto de medidas que visem, por um lado, elevar as qualificações dos trabalhadores desempregados ajustando-as às reais necessidades das empresas e, por outro, reforçar os apoios sociais aos que efectivamente deles necessitem para manter as condições mínimas para viverem com dignidade, sempre numa perspectiva de integração no mercado de trabalho.

Acresce que é por demais evidente que o desemprego é uma das principais causas do aumento da pobreza e da exclusão social em Portugal.

O Governo Socialista nos últimos anos, através da adopção de medidas erradas, tem contribuído fortemente para o agravamento do número de desempregados, para a degradação do nível de vida dos portugueses e, muito em particular, para o aumento da pobreza.

Perante a evidência destes factos, temos plena consciência que não será pela mão deste Governo que serão criadas as condições necessárias para que Portugal consiga recuperar da gravíssima situação económica e social em que se encontra e que tanto sofrimento tem causado aos portugueses. Pelo contrário, a tendência será para o agravamento do clima económico e financeiro do país e das empresas, não se perspectivando melhorias a curto prazo para a sociedade portuguesa.

O Boletim Económico de Inverno de 2010 do Banco de Portugal traça para o ano de 2011 um cenário de contracção da actividade económica e de consequente redução do emprego em 1 ponto percentual, prevendo que se venham a perder aproximadamente 60 mil empregos.

O grave contexto económico e social em que Portugal se encontra e em que o desemprego surge como a mais dramática consequência, urge convocar todos os Trabalhadores Social Democratas a invocarem os seus valores humanistas e de forte condão social e a centrarem as suas principais atenções nos públicos com maiores fragilidades, como são as pessoas portadoras de incapacidades, as que possuem fracas qualificações ou com uma idade mais avançada e os desempregados de longa duração, propondo medidas que permitam evitar a sua marginalização do mercado de trabalho.

É nosso entendimento que não se deve apenas reagir aos problemas como os Governos do PS têm feito, (e mesmo assim de uma forma nem sempre correcta), antes pelo contrário deverão ser desenvolvidas abordagens que permitam desenvolver estratégias de antecipação que conduzam à superação das situações de reconversão económica e que permitam gerir, de uma forma mais adequada, os conflitos sociais que daí recorrem.

Neste sentido impõe-se aos Trabalhadores Social Democratas reflectir aprofundadamente sobre o impacto e respectivas consequências que decorrem da actual conjuntura, bem como apresentar um novo paradigma para o desenvolvimento económico e social do nosso país que permita:

- Dinamizar a economia, estimulando as empresas, diversificando mercados e produtos, apostando na evolução tecnológica e na introdução de novos modelos de organização de trabalho;
- Proceder ao diagnóstico das novas competências e ajustando as respostas do Sistema de Educação e Formação Profissional;
- Adequar as competências dos trabalhadores às novas necessidades de mão-de-obra qualificada, em suma permitindo o real ajustamento entre a oferta e a procura de emprego;
- O reforçar económico, apoiando e estimulando as empresas a apostar na criação de empregos assentes em competências elevadas e na inovação tecnológica;

- Dedicar uma especial atenção aos jovens, às mulheres e aos adultos com mais de 40 anos desempregados, reforçando a sua qualificação escolar e profissional e criando medidas que permitam o seu ajustamento aos empregos que venham a ser criados;
- Estimular os trabalhadores desempregados a desenvolver projectos de empreendedorismo, como importante meio para resolver o seu problema de emprego e, simultaneamente, gerar riqueza para o país e novos postos de trabalho;
- Garantir a todos os trabalhadores uma efectiva aprendizagem ao longo da vida, reforçando as suas competências e aumentando a sua polivalência e mobilidade entre sectores profissionais.

A concretização deste conjunto de medidas deverá resultar do reforço da Concertação Social, através da construção de uma nova visão estratégica centrada não só na preservação dos empregos existentes mas, igualmente, centrada nos gravíssimos problemas dos trabalhadores desempregados contribuindo para a adopção de medidas ao nível do Mercado de Trabalho que gerem novas oportunidades de emprego. Nomeadamente, introduzindo através do reforço da negociação colectiva uma maior diversidade contratual, contribuindo deste modo para esbater as diferenças existentes entre trabalhadores com contratos de trabalho temporários e os trabalhadores com contratos de trabalho permanentes.

EDUCAÇÃO

A actual conjuntura económico-social, extremamente desfavorável, vem demonstrar, *a outrance*, que a sustentabilidade do crescimento económico e do desenvolvimento dependem, sobretudo, da superação dos atrasos estruturais na qualificação dos cidadãos. O modelo de desenvolvimento baseado nas fracas qualificações e nos baixos salários, além de não ser desejável está, nos dias que correm, irremediavelmente condenado.

Deste modo, a aposta no aumento das qualificações dos portugueses é também uma opção estratégica fundamental para garantir o desenvolvimento e o valor acrescentado daquilo que é concebido e executado pelas nossas empresas e pelos nossos trabalhadores.

Urge assim superar o atraso educativo português face ao padrão dos países da OCDE. Tal desiderato constitui, porventura, o mais importante desígnio nacional.

A aprovação, pela Assembleia da República, de uma nova Lei de Bases da Educação, adequada ao tempo actual, além de uma prioridade, deve constituir uma oportunidade a aproveitar para permitir a definição de um sistema de educação e formação articulado, coerente e que seja capaz de preparar um futuro de qualidade.

É que, apesar da evolução da educação nas duas últimas décadas em Portugal, ainda há muito por fazer. Continuamos abaixo da média dos países da OCDE no que refere aos principais indicadores do sistema educativo.

Sem embargo, o facilitismo na avaliação do ensino básico e secundário, que ameaça tornar-se endémico, não é mais que uma contraproducente maquilhagem de resultados efectivos constituindo-se numa forma de intervir estatisticamente nos resultados mas não nas causas efectivas das deficiências de aprendizagem e da consolidação dos conhecimentos.

O nosso atraso estrutural, em termos educativos, é comparativamente muito grande. Por isso, só através de dum grande consenso em matéria de educação, será possível a sua progressiva recuperação e, desse modo, termos um país socialmente mais justo já que, todos o sabemos, só pelo acesso universal a uma educação de qualidade é possível atenuar as diferenças sociais.

Assim, só através da coerência e estabilidade das políticas educativas é possível que surja uma educação de qualidade, promotora do desenvolvimento cultural, social e económico. Daí que, a par do investimento público no sistema seja fundamental afastar o experimentalismo inconsequente das políticas.

SAÚDE

Na actual conjuntura, que retrata um momento socioeconómico tão grave, a Saúde reforça a sua importância na escala de prioridades de cada família.

As anunciadas “reformas”, quer a nível hospitalar, quer a nível dos Centros de Saúde, se conseguiram alguma coisa foi aprofundar as desigualdades entre cidadãos.

A tão anunciada autonomia dos Centros de Saúde, não só não foi concretizada, como foi mesmo combatida, passando a fragmentos das extintas Sub-Regiões de Saúde (leia-se Agrupamentos de Centros de Saúde), mais dependentes ainda das ARS. Resultado, a “pretendida” descentralização evoluiu para uma maior e disfuncional centralização.

Em consequência, a frustração marca o quotidiano dos Utentes e dos Funcionários do Serviço Nacional de Saúde, acrescentando revolta, desmotivação e desinteresse.

O próximo Governo tem a responsabilidade de respeitar aquilo que a Constituição estabelece e de desenvolver acções concretas, visando o reforço do Serviço Nacional de Saúde, no sentido dos legítimos direitos e interesses dos nossos compatriotas Utentes e na promoção de condições de trabalho dignas e motivadoras dos Funcionários, apelando à constante melhoria da qualidade dos cuidados prestados.

Estes objectivos, aliados a rigorosos processos de reorganização e rentabilização de recursos e de redefinição/ampliação das receitas para o SNS, permitirão um Sistema de Saúde actual, justo, equitativo e compatível com todos os avanços científicos em constante desenvolvimento.

Assim, é necessário:

- Redefinir o modelo para o SNS, deixando-o evoluir adequadamente e de acordo com a conjuntura Nacional;
- Avaliar os modelos de gestão hospitalar e respectivos resultados, de modo a encontrar uma solução realista e sensata, sempre ajustada a cada realidade;

- Avaliar os resultados e implicações financeiras do programa de combate às listas de espera hospitalares e estudar conseqüentes alternativas;
- Apostar definitivamente na criação de canais de articulação, bidireccionais, entre os Cuidados Primários de Saúde e os Cuidados Hospitalares e/ou de Referência;
- Respeitar o papel dos Centros de Saúde, conferindo-lhes real autonomia e redimensionando-os e ajustando-os em relação às populações que servem (de acordo com os critérios internacionalmente aceites), quer em termos físicos, quer em termos de recursos humanos (nas várias valências necessárias: Medicina Geral e Familiar, Enfermagem, Pediatria, Nutrição, Terapia da Fala, Fisioterapia, Psicologia, Cessaçã Tabágica, Medicina Dentária, Serviço Social, Apoio Administrativo e Atendimento, Auxiliares, Segurança, Informática, etc.);
- Garantir, sem demagogia, que todos os Cidadãos (Nacionais e Migrantes) tenham Médico de Família atribuído;
- Criar estruturas sérias, coerentes e funcionais, para atendimento às situações de Doença Aguda (não urgente), uma por Concelho e em boa “vizinhança” e articulação bidireccional com as Urgências Hospitalares;
- Apostar claramente na Promoção da Saúde em geral e na Saúde Escolar em particular, bem como na agilizaçã dos programas nacionais de controlo de doenças crónicas e comportamentais, Saúde Mental, Saúde da Mulher e Saúde da Criança;
- Apoiar claramente os Cuidados Domiciliares (com a necessária definiçã de critérios) e os Cuidados Paliativos;
- Repensar o papel, competências e funcionalidade do ACSS (ex IGIF), aproximando-o do “terreno” e das necessidades reais dos profissionais e do Sistema de Informaçã, que se pretende útil e acessível aos vários intervenientes.

MAR

“VIVEMOS UMA ÉPOCA DE MUDANÇA”

(É preciso acreditar)

Muito se tem falado e escrito sobre a importância estratégica do sector marítimo-portuário e sobre a vontade política de desenvolvimento da economia do MAR.

Muitas são as personalidades que têm chamado a atenção para a procura e ocupação do espaço oceânico para as quais Portugal tem grandes potencialidades. As acções e estratégias previstas para este grande projecto nacional exigem que se promovam condições favoráveis para atrair investimentos ou parcerias que permitam o desenvolvimento de uma economia do mar.

Portugal tem um papel importante a desempenhar no espaço marítimo e a sua ligação ao mar, permite-nos, numa perspectiva sustentável, tocar os aspectos de criação de riqueza económica e de emprego, através de actividades como o “transporte marítimo, a actividade portuária, a indústria naval, a pesca, o turismo, as energias renováveis, a ciência e a exploração de recursos vivos ou não vivos”.

É certo que a Europa Comunitária também tem uma palavra a dizer sobre este desafio que nos faz o mar. Assim, deverá a Europa debruçar-se, com carácter de urgência, sobre as acções políticas e os programas de trabalho a desenvolver, com base nos documentos que foram sendo delineados para a estratégia dos oceanos e mares.

Portugal terá de assumir um papel mais activo nesta matéria dos oceanos e dos mares. A mundialização do transporte marítimo obriga, por um lado, os armadores portugueses a afirmarem-se no mercado nacional e internacional dos transportes marítimos e, por outro lado, à criação de regimes favoráveis ao investimento no sector.

Os portos portugueses estão na proximidade de alguns dos principais eixos do transporte marítimo internacional e dispõem de condições naturais muito favoráveis, tais como, águas profundas, fraca amplitude de marés, canais de

acesso curtos e clima que possibilita as operações 24 horas por dia, em todos os dias do ano.

O transporte marítimo é vital para o comércio internacional e intra-Europeu e continua a ser a espinha dorsal do “cluster” marítimo.

Os portos marítimos são outro elo essencial na cadeia logística de que depende a economia europeia. Com a globalização tem-se assistido a um aumento sem precedentes do comércio internacional. Daí que se deverá continuar a apostar numa política portuária desenvolvimentista que tome em consideração os múltiplos papéis dos portos e o contexto mais vasto da logística europeia.

A cadeia logística marítima requer, também, a existência de estaleiros de construção e reparação naval e de empresas de equipamento marítimo, cujo desenvolvimento deverá ser convenientemente apoiado. A investigação e tecnologias marinhas são fundamentais para o desenvolvimento de toda a actividade do Mar.

Vamos, pois, incrementar e valorizar os recursos do Mar, promovendo a modernização das actividades marítimas, apostando no empreendedorismo, na cooperação e nas parcerias, especialmente quanto à exploração das actividades ou das práticas comerciais, em condições de sustentabilidade para a competitividade do país.

PESCAS

O sector das pescas tem uma grande importância estratégica para a situação socioeconómica, para o abastecimento público de pescado e para o equilíbrio da balança alimentar do nosso País. Trata-se de um sector que contribui consideravelmente para o desenvolvimento local das comunidades costeiras, o emprego, a manutenção/criação de actividades económicas e postos de trabalho.

O sector é igualmente caracterizado pela insegurança dos rendimentos e salários decorrentes das características irregulares da actividade (entre outros, os condicionalismos naturais) e da forma como se comercializa no sector, nomeadamente do modo de formação dos preços na primeira venda.

Actualmente as empresas de pesca bem como os seus trabalhadores tem-se deparado com um crescente aumento dos combustíveis (Gasóleo e Gasolina), aumento esse que nos últimos dias têm se feito notar a produtividade e actividades das empresas, o que a longo, curto espaço de tempo vai originar a paralisação de uma grande parte das embarcações levando para o desemprego dezenas de trabalhadores.

Como todos nós sabemos o actual governo nada tem feito para minimizar a actual situação económica das empresas do sector e assim assegurar os milhares de postos de trabalho que estão em perigo.

O sector das pescas é considerado como sector débil e de desgaste rápido onde os trabalhadores deixam de exercer a sua actividade mais cedo do que o normal, mas isso para o governo não tem qualquer importância, pois no início deste mês fez sair uma portaria em que os trabalhadores começam a descontar para a Segurança Social 11% em vez dos 8% que descontavam anteriormente.

Conclusão:

O sector das pescas como todos os sectores económicos do nosso País tem estado ao completo abandono, onde não existe da parte deste governo uma política (uma

visão estruturada) para a pesca em Portugal, muito pelo contrário, cada vez mais sobrecarrega com impostos os profissionais que dela dependem.

A situação é de tal modo grave que adiar a adopção de medidas concretas e de ajuda as empresas e aos seus trabalhadores poderá significar a ruína do sector e com isso o desemprego de milhares de trabalhadores (directos e indirectos).

TURISMO

A prossecução de uma política actuante no sector do turismo, tendo em vista a promoção de mais emprego num quadro de desenvolvimento do nosso País, terá de ser uma actividade privilegiada e deverá conter as seguintes orientações estratégicas:

- Mercado interno - prevê-se um aumento da procura dos portugueses pelos produtos nacionais e uma retracção das saídas para o estrangeiro, contudo, mesmo a nível do turismo interno a evolução da crise económica e social em que estamos mergulhados poderá alterar esta perspectiva de crescimento.
- Mercado internacional - previsível aumento da procura para Portugal dos mercados escandinavo e alemão e a descida dos mercados britânico e espanhol.
- Aumento da procura sustentada pelos produtos na natureza, tais como, birdwatching e a observação de cetáceos (Açores e Madeira), onde Portugal poderá vir a crescer de uma forma notável.
- Descida do Turismo de sol e mar nomeadamente no Algarve - influência da queda do mercado britânico.
- Previsão de crescimento nas áreas locais com boa promoção ao nível de segmentos ou nichos de mercado, nomeadamente Vale do Douro e os seus produtos, Alentejo e produtos da natureza, Lisboa com os city breaks e turismo de reuniões (congressos e incentivos)

AMBIENTE

Reabilitação e Requalificação Urbana

Há em Portugal um claro consenso, quanto à importância cultural e à necessidade socioeconómica de reabilitar e requalificar o património edificado urbano. Contudo, pouco se tem feito, as nossas cidades e vilas carecem de tratamento urgente. Salvo as raras exceções nos centros históricos do Porto, Guimarães, Évora, Tavira e pouco mais, a conservação e o restauro restringem-se quase exclusivamente a monumentos e alguns edifícios urbanos, principalmente em Lisboa.

As políticas nacionais não têm sensibilizado nem apetrechado o país com os meios necessários - técnicos, administrativos, regulamentares e financeiros para a reabilitação, como se tem verificado em países como a Espanha, a Alemanha e outros. Embora se tenham criado algumas figuras jurídicas - Plano Director Municipal (PDM), Plano de Pormenor, Plano de Salvaguarda e Valorização dos Centros Históricos, Gabinetes Técnicos Locais para a gestão de processos de reabilitação de Centros Históricos e tantos outros planos ou equipas de técnicos pluridisciplinares, por vezes muito dispendiosos financeiramente, mas pouco eficazes.

O certo é que os nossos centros históricos continuam num estado lastimável de degradação. Alguns autarcas têm sido cúmplices dessa situação, ao permitirem uma tão elevada quantidade de construção nova em detrimento da reabilitação dos centros históricos e dos "sítios de interesse público", pouco ou nada fazendo para a salvaguarda e valorização de um património que é a nossa identidade. A Lei de bases do Ambiente (Lei 13/85, alínea K, artº 4º) estabelece a "existência de um ambiente propício à saúde e ao bem-estar das pessoas e do desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como à melhoria da qualidade de vida, pressupõe o reforço das acções e medidas de defesa e a recuperação do património construído".

Num período de grande crise financeira e de muito desemprego, é oportuno proceder à reparação e restauro das velhas edificações, sai mais barato do que construir de novo, mantém um elo com o passado e reabilita os tradicionais

materiais de construção - madeira, pedra, azulejaria, materiais esses tão característicos do nosso edificado, quer público ou privado, a azulejaria nacional, considerada mesmo como uma das mais importantes artes decorativas.

A reabilitação e requalificação urbana poderá tornar-se futuramente, numa óptima fonte de múltiplas actividades, com proveitos para o bem-estar social e repercussão no turismo local. Mas há que agir rápido e eficazmente, com medidas de adequação:

- Uma política de restauro e conservação que garanta a salvaguarda e valorização do património edificado;
- O enquadramento legal de incentivos fiscais e financeiros;
- Adequação da indústria de construção com novos critérios de intervenção relativos à preservação;
- Justa alteração das rendas habitacionais e da gestão fundiária;
- Uma investigação que permita a prática eficiente do registo, levantamento e inventário do património urbano, que garanta a recolha de saberes, técnicas e materiais tradicionais, esclarecendo formas e procedimentos precisos de restauro, conservação e reabilitação.

Criando assim, centros urbanos animados e agradáveis, onde não falte serviços de saúde, escolas, universidades, comércio, meios de transporte e espaços de cultura e de lazer.

ECONOMIA E FINANÇAS

A Banca, motor para o emprego

Portugal é membro da União Europeia desde 1986, o País iniciou então um período de fortes reformas e de elevados investimentos em infra-estruturas que se reflectiram numa rápida aceleração do crescimento económico.

Portugal, atualmente tem um crescimento económico muito perto do zero, enfrentando o problema da estagnação económica com a economia a não crescer.

O desemprego aumentou gradualmente e no fim de 2010 atingiu os 10,9 %, segundo o INE.

O aumento da precariedade, a par do trabalho desqualificado e mal remunerado, constitui um dos pilares do modelo de desenvolvimento responsável pelo agravamento das injustiças e desigualdades sociais.

A precariedade não se manifesta apenas no desemprego mas, também, na ausência de vínculo laboral estável. O recurso a Empresas de Trabalho Temporário e a utilização de recibos verdes para trabalhos que não são pontuais, mas permanentes, agravam as condições dos trabalhadores.

A Banca é importante, é dela que são alimentados os investimentos e os apoios financeiros a todos os Sectores da Economia Portuguesa para criar a sua riqueza e o *crescimento do seu desenvolvimento para beneficiar os trabalhadores e as famílias.*

O sector bancário em Portugal encontra-se entre os mais rentáveis da economia, mesmo em períodos de crise económica, como o que o país tem vindo a atravessar, a banca continua a ter elevados lucros, não só pelas comissões aplicadas aos seus clientes mas também pela utilização de mão-de-obra barata.

Verifica-se que a banca tem diminuído significativamente os custos de transformação, nomeadamente os custos com pessoal, motivado pelos baixos salários que a banca pratica.

A desregulamentação do sector com o recurso a trabalhadores temporários, pressiona a contratação e a negociação colectiva e leva à fuga aos impostos. Num

estado que se diz social esta situação é insustentável, face á ausência de fiscalização por parte da ACT, já que o recurso a trabalho temporário está bem definido no código de trabalho, à que ter a coragem de o fazer cumprir.

Os Trabalhadores Social Democratas sempre estiveram na vanguarda da contratação e concertação, muitas vezes lutando contra posições retrógradas de alguns elementos da banca, esses sim, impeditivos do seu desenvolvimento.

Sempre os sindicatos do sector mostraram disponibilidade para discutir e analisar a legislação laboral existente na banca, mas também será bom dizer que nem sempre obtiveram resposta favorável a estas pretensões, por parte da banca em geral.

Forçar a liberalização dos despedimentos ou a eliminação das promoções nas carreiras, parece-nos de gestores pouco sérios e sem capacidade de evoluir, no que diz respeito ao modelo de organização laboral, partindo de quem livremente assinou acordos à mesa das negociações.

Os Trabalhadores Sociais Democratas:

- Defendem que a maior instituição financeira do País, a CGD, seja o motor da economia nacional, ajudando as empresas no seu financiamento e na sua modernização, garantindo a estabilidade e o crescimento do emprego.
- Repudiam frontalmente as posições assumidas pelos bancos que mais não visam que prejudicar os trabalhadores bancários, principalmente os mais novos nos direitos contratuais acordados.
- Manifestar, isso sim, disponibilidade para negociar, no âmbito da contratação colectiva, propostas sérias e honestas e que sejam respeitadoras das boas práticas negociais que devem ser apanágio daqueles que de boa-fé pretendem negociar.

PROJECTO DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

VERSÃO ACTUAL	ANTE-PROJECTO DE ALTERAÇÃO
<p>Artigo 7.º. (Finanças)</p> <p>2. O Orçamento anual é aprovado a nível nacional, regional, distrital e local pelos órgãos estatutariamente competentes, no último trimestre do ano anterior àquele a que se destinam e o Relatório e Contas, durante os primeiros três meses do ano subsequente a que se reportam.</p>	<p>Artigo 7.º. (Finanças)</p> <p>2. O Orçamento anual é aprovado a nível nacional, regional, distrital e local pelos órgãos estatutariamente competentes, no último trimestre do ano anterior àquele a que se destinam e o Relatório e Contas, durante os primeiros dois meses do ano subsequente a que se reportam.</p>
<p>Artigo 9.º. (Perda de qualidade de militante)</p> <p>Perde a qualidade de militante todo aquele que:</p> <p>c) Deixar de reunir as condições exigidas para a adesão referidas no nº 1 do Art.º 8.º. e, nos casos do nº 3 do mesmo artigo, desde que a cessação da qualidade de militante não seja da sua iniciativa.</p>	<p>Artigo 9.º. (Perda de qualidade de militante)</p> <p>Perde a qualidade de militante todo aquele que:</p> <p>c) Deixar de reunir as condições exigidas para a adesão referidas nos nºs 1 e 2 do Art.º 8.º. e, nos casos do nº 3 do mesmo artigo, desde que a cessação da qualidade de militante não seja da sua iniciativa.</p>
<p>Artigo 11.º. (Deveres)</p> <p>São deveres fundamentais dos militantes dos TSD:</p> <p>g) Reforçar a coesão, o dinamismo e a criatividade dos TSD;</p>	<p>Artigo 11.º. (Deveres)</p> <p>São deveres fundamentais dos militantes dos TSD:</p> <p>g) Reforçar a coesão, o dinamismo e a criatividade dos TSD, apoiando as propostas legitimamente aprovadas em órgãos dos TSD.</p>
<p>Artigo 14.º. (Elegibilidade)</p> <p>Só poderão ser eleitos titulares de órgãos dos TSD, os militantes cuja filiação até a data do acto eleitoral, seja superior a:</p> <p>a) 12 meses para órgãos nacionais; b) 6 meses para órgãos regionais ou distritais; c) 3 meses para os restantes órgãos.</p>	<p>Artigo 14.º. (Elegibilidade)</p> <p>Só poderão ser eleitos titulares de órgãos dos TSD, os militantes que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos estatutários, e cuja filiação até a data do acto eleitoral, seja superior a:</p> <p>a) (manter); b) (manter); c) (manter).</p>
<p>Artigo 15.º. (Duração de Mandatos)</p> <p>1. Os mandatos para os órgãos dos TSD terão a duração de 3 anos.</p> <p>2. A elegibilidade dos Presidentes dos órgãos não eleitos em Congresso Nacional ou Regional fica limitada a dois mandatos ou ao período máximo de seis anos, caso os respectivos mandatos tenham duração diferente do disposto no número anterior.</p>	<p>Artigo 15.º. (Duração de Mandatos)</p> <p>1. (manter).</p> <p>2. A elegibilidade dos Presidentes dos órgãos não eleitos em Congresso Nacional ou Regional fica limitada a três mandatos.</p>
<p>Artigo 16.º. (Candidatura e Processo de Eleição)</p>	<p>Artigo 16.º. (Candidatura e Processo de Eleição)</p>

	<p><u>6. O Secretariado Nacional elaborará o Regulamento Eleitoral a aprovar em Conselho Nacional.</u></p>
<p>Artigo 19º. (Incapacidade de Órgãos) 1. Nos casos em que um órgão não cumpra num prazo superior a 60 dias as suas competências estatutárias, estas serão obrigatoriamente assumidas pelo órgão imediatamente superior do mesmo tipo.</p>	<p>Artigo 19º. (Incapacidade de Órgãos) 1. Nos casos em que um órgão não cumpra num prazo de 60 dias as suas competências estatutárias, estas serão obrigatoriamente assumidas pelo órgão imediatamente superior do mesmo tipo. 2. <u>Nos casos de vacaturas de órgãos eleitos, caso não promovam eleições, findo os períodos estatutariamente definidos para os seus mandatos, ou se demitindo não as convoquem ou não as possam convocar, ou manifestamente deixem de exercer as suas obrigações estatutárias, deverá o órgão superior nomear uma Comissão Provisória até que novas eleições sejam realizadas.</u></p>
<p>Artigo 22º. (Funcionamento) 1. O Congresso Nacional dos TSD reúne ordinariamente de 3 em 3 anos e extraordinariamente sempre que requerido por: a) 2/3 dos membros efectivos do Conselho Nacional; b) 3/4 dos membros do Secretariado Nacional; c) 50% dos Secretariados Distritais; d) Um mínimo de 1500 militantes dos TSD. 2. A ordem de trabalhos para as sessões ordinárias do Congresso é fixada pelo Conselho Nacional, sob proposta do Secretariado Nacional, e para as sessões extraordinárias sob proposta dos requerentes.</p>	<p>Artigo 22º. (Funcionamento) 1. a) 2/3 dos membros eleitos do Conselho Nacional;</p>
<p>Artigo 26º. (Competência) O Conselho Nacional é o órgão máximo entre Congressos e compete-lhe nomeadamente: a) Definir a estratégia dos TSD na área laboral dentro das grandes linhas aprovadas em congresso; b) Apreciar a actividade do Secretariado Nacional e dos restantes órgãos dos TSD com excepção do congresso; c) Aprovar o Regulamento Eleitoral e o Regimento do Congresso, bem como o Regulamento de Disciplina e outros previstos estatutariamente; d) Apreciar os recursos que nos termos estatutários sejam interpostos para este órgão;</p>	<p>Artigo 26º. (Competência) O Conselho Nacional é o órgão máximo entre Congressos e compete-lhe nomeadamente: a) (manter); b) (manter) c) (manter) d) (manter) <u>e) No caso de vacatura de um órgão nacional,</u></p>

<p>e) Apreciar e deliberar sobre o Orçamento e o Relatório e Contas;</p> <p>f) Ratificar os Estatutos Regionais dos TSD Açores e Madeira;</p> <p>g) Aprovar o Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais;</p> <p>h) Eleger, sob proposta do Secretariado Nacional, os representantes dos TSD no Conselho Nacional do PSD;</p> <p>i) Aprovar a denominação e âmbito das Secções Laborais;</p> <p>j) Ratificar os nomes a indicar pelos TSD para candidatura a cargos externos em nome do PSD, sob proposta do Secretariado Nacional e em articulação com os Secretariados Distritais ou Regionais directamente interessados.</p> <p>l) Exercer as demais competências estatutariamente previstas na qualidade de órgão máximo entre congressos;</p>	<p><u>perda de quórum, ou manifesta inexistência de exercício ou incumprimento das competências e obrigações estatutárias, o Conselho Nacional procederá à respectiva eleição para completar o mandato;</u></p> <p>passa a f)</p> <p>passa a g)</p> <p>passa a h)</p> <p>passa a i)</p> <p>passa a j)</p> <p>passa a l)</p> <p>passa a m)</p>
<p>Artigo 39.º (Competências)</p> <p>1. O Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional é o órgão encarregado de zelar a nível nacional pelo cumprimento dos estatutos e regulamentos aprovados, emitindo parecer vinculativo sobre a sua interpretação.</p> <p>2. Compete ao Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional no âmbito das suas actividades específicas:</p>	<p>Artigo 39.º (Competências)</p> <p>1.</p> <p>2. Compete ao Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional no âmbito das suas actividades específicas:</p> <p><u>h) Emitir pareceres vinculativos sobre a interpretação dos Estatutos e Regulamentos e a integração de lacunas.</u></p> <p><u>3. O Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional é independente de qualquer órgão dos TSD e, na sua actuação, observa apenas critérios jurídicos.</u></p>
<p>Artigo 44.º (Competências)</p> <p>Compete à Assembleia Distrital dos TSD:</p> <p>h) Eleger os representantes dos TSD nas Comissões Políticas de Secção do PSD.</p>	<p>Artigo 44.º (Competências)</p> <p>Compete à Assembleia Distrital dos TSD:</p> <p><u>h) Aprovar moções ou outros documentos a apresentar ao Congresso dos TSD.</u></p> <p>i) Eleger os representantes dos TSD nas Comissões Políticas <u>Concelhias</u> do PSD.</p>
<p>Artigo 50.º (Competências)</p>	<p>Artigo 50.º (Competências)</p>

<p>Compete ao Secretariado Distrital dos TSD:</p> <p>g) Coordenar o processo de eleição dos Secretariados Concelhios e do representante dos TSD nas comissões políticas de secção do PSD;</p> <p>h) Gerir os fundos que recolha ou lhe venham a ser atribuídos.</p>	<p>Compete ao Secretariado Distrital dos TSD:</p> <p><u>g) Propor à Assembleia Distrital, para eleição, o representante dos TSD à Comissão Política Concelhia do PSD;</u></p> <p><u>h) O representante referido na alínea anterior, tem de pertencer aos cadernos eleitorais do PSD do respectivo Concelho, e deve, preferentemente, desenvolver ou ter desenvolvido actividades em estruturas laborais.</u></p> <p><u>i) Anterior alínea h)</u></p>
<p>Artigo 54.º. (Secretariado de Secção)</p> <p>1. O Secretariado de Secção é o órgão executivo eleito em Assembleia e compõe-se de um Presidente, um Vice-Presidente e de um número de 3 a 7 vogais.</p> <p>2. O Secretariado de Secção reúne ordinariamente de 15 em 15 dias e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido de 1/3 dos seus membros.</p>	<p>Artigo 54.º. (Secretariado de Secção)</p> <p>1. O Secretariado de Secção é o órgão executivo eleito em Assembleia e <u>é composto por</u> um Presidente, um Vice-Presidente, <u>um Tesoureiro</u> e de um número de <u>3 a 6 vogais</u>.</p> <p>2. O Secretariado de Secção reúne ordinariamente <u>uma vez por mês</u> e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido de 1/3 dos seus membros.</p>
<p>Artigo 62.º. (Âmbito, Constituição e Órgãos)</p>	<p><u>Eliminar</u></p>
<p>Artigo 63.º. (Assembleia do Núcleo Concelhio)</p>	<p><u>Eliminar</u></p>
<p>Artigo 64.º. (Secretariado do Núcleo)</p>	<p><u>Eliminar</u></p>

Nota:

Renumerar os artigos seguintes, tendo em consideração a eliminação daqueles três.



SECÇÃO LABORAL DOS BANCÁRIOS
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO NORTE

XII CONGRESSO

Proposta de alteração estatutária

Ponto 2 da Ordem de Trabalho



Estatutos dos TSD

Capítulo I Princípios Fundamentais

Artigo 1º (Denominação e Natureza)

1. Manter
2. *Os TSD constituem uma organização enquadrada programaticamente no PSD com militância específica e autonomia nas suas actividades, funções e deliberações.*

Artigo 2º (Objectivos Fundamentais)

São objectivos fundamentais dos TSD:

- a) Manter
- b) Manter
- c)e da OIT;
- d) Manter
- e) Manter
- f) Manter
- g) *Contribuir para o diálogo social no seio da União Europeia e para a definição de uma política europeia garante da paz, do seu modelo social e da estabilidade dos seus povos;*
- h) *anterior alínea g)*

Artigo 3º (Democraticidade Interna)

Manter

Artigo 4º (Duração e Dissolução)

Manter



**Artigo 5º
(Âmbito e Sede)**

Manter

**Artigo 6º
(Símbolo)**

Manter

**Artigo 7º
(Finanças)**

Manter

**Capitulo II
Militantes**

**Artigo 8º
(Adesão)**

1.*e o respeito e aceitação dos actuais estatutos;*
2. Manter
3. Manter
4. Manter
5. Manter

**Artigo 9º
(Perda da Qualidade de Militante)**

- a) Manter
- b) Manter
- c) ... *deixar de reunir as condições exigidas para a adesão referidas no nº 1 do Artº 8º e, nos casos do nº 2 do mesmo artigo, desde que a cessação da qualidade de militante não seja da sua iniciativa;*
- d) ... *deixar de cumprir com os deveres fixados na alínea h) do Artº 11º destes estatutos, pelo menos durante um período mínimo de dois anos;*



**Artigo 10º
(Direitos)**

Manter

**Artigo 11º
(Deveres)**

Manter

**Capítulo III
Regime Disciplinar**

Artigo 12º

Manter

**Artigo 13º
(Sanções)**

Manter

**Capítulo IV
Órgãos**

**Secção I
Disposições Gerais**

**Artigo 14º
(Elegibilidade)**

Manter



Artigo 15º
(Duração de Mandatos)

1. Os mandatos para os órgãos dos TSD **têm a duração de 4 anos.**
2. A duração dos mandatos dos órgãos não eleitos em Congresso coincide **com a dos órgãos nacionais** após a realização do Congresso, independentemente da data da sua eleição anterior.

Artigo 16º
(Candidatura e Processo de Eleição)

Manter

Artigo 17º
(Quórum)

Manter

Artigo 18º
(Deliberações)

Manter

Artigo 19º
(Incapacidade de Órgãos)

Manter

Secção II
Órgãos Nacionais

Artigo 20º
(Especificação)

Manter

CONGRESSO

Artigo 21º
(Composição)

Manter



Artigo 22º
(Funcionamento)

1. O Congresso Nacional dos TSD reúne ordinariamente *de 4 em 4 anos* e extraordinariamente sempre que requerido por:
 - a) Manter
 - b) Manter
 - c) Manter
 - d) Manter
2. *A Ordem de Trabalhos para as sessões Ordinárias do Congresso é fixada pelo Conselho Nacional, sob proposta da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional, ouvido o Secretariado Nacional, e para as sessões extraordinárias sob proposta dos requerentes.*
3. *A organização do Congresso é da responsabilidade da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional coadjuvada, para o efeito, por uma Comissão Organizadora do Congresso – COC – composta por três membros do Secretariado Nacional e um membro do Secretariado Distrital do Distrito onde aquele se realizar, a ser designada em Conselho Nacional.*

Artigo 23º
(Competência)

1. Manter.
2. Manter
- a) Manter
- b) Manter
- c) Manter
- d) *Eleger os membros do Conselho Nacional referidos na alínea a) do Artº 24º, o Secretariado Nacional e o Secretariado Executivo e o Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional.*

CONSELHO NACIONAL

Artigo 24º
(Composição)

1. Manter.
2. Manter.
- a) *Os membros da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional e Secretariado Executivo;*
- b) Manter.
- c) Manter.
- d) *Os militantes dos TSD Presidentes ou Secretários Gerais de Direcção de Sindicatos*



- e) Manter.
- f) *Os militantes que tenham desempenhado cargos de Presidente ou Secretário-geral de Centrais Sindicais, e de Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional ou Secretário-geral dos TSD.*
- g) Manter
- 3. Manter

Artigo 25º (Funcionamento)

1. O Conselho Nacional reúne *ordinariamente de 3 em 3 meses* e, em sessões extraordinárias a requerimento do Secretariado Nacional, Mesa do Congresso e do Conselho Nacional ou de 1/3 dos membros efectivos do Conselho Nacional.
2. Nas reuniões do Conselho Nacional poderão participar, sem direito a voto, os militantes ou personalidades cuja presença, sob proposta do Secretariado Nacional, a Mesa reconheça conveniente.

Artigo 26º (Competência)

O Conselho Nacional é o órgão máximo entre Congressos e compete-lhe nomeadamente:

- a) Manter
- b) Apreciar a actividade do Secretariado Nacional e do Secretariado Executivo e dos restantes Órgãos dos TSD com excepção do Congresso;
- c) Manter
- d) Manter
- e) *Apreciar, discutir e votar o Orçamento e o Relatório e Contas apresentado pelo Secretariado Nacional;*
- f) Manter
- g) Manter
- h) Manter
- i) Manter
- j) *Ratificar os nomes a indicar pelos TSD a cargos em nome do PSD, sob proposta do Secretariado Nacional e em articulação com os Secretariados Distritais ou Regionais directamente interessados.*
- k) *Definir os valores da quotização anual, de acordo com a alínea a) do nº1 do Art.7º;*
- l) *Eleger a COC, sob proposta do Secretariado Nacional, de acordo com o nº3 do Artº 22º.*
- m) *Actual alínea l)*



MESA DO CONGRESSO E DO CONSELHO NACIONAL

Artigo 27º (Composição)

1. A mesa do Congresso e do Conselho Nacional é o órgão que assegura e conduz os trabalhos do Congresso e do Conselho Nacional;
2. A Mesa do Congresso e do Conselho Nacional é composta por cinco elementos efectivos e dois suplentes, sendo os efectivos distribuídos por:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-presidente;
 - c) Três secretários;eleitos em Congresso pelo sistema de lista maioritária;
3. A Mesa do Congresso e do Conselho Nacional, funciona na Sede nacional dos TSD, regendo-se por Regimento interno por si elaborado e aprovado;

Artigo 28º (Funcionamento)

A Mesa do Congresso e do Conselho Nacional reunirá ordinariamente sempre que seja necessário convocar o Congresso ou o Conselho Nacional e extraordinariamente mediante convocatória do Presidente ou de três dos seus membros efectivos

Artigo 29º (Competência)

Compete em especial à Mesa do Congresso e do Conselho Nacional:

- a) Manter.
- b) Assegurar o bom funcionamento e respectivo expediente do Congresso e do Conselho Nacional;
- c) Informar os militantes das deliberações do Congresso e do Conselho Nacional;
- d) Receber e apreciar as candidaturas apresentadas em Congresso para os órgãos a eleger em Congresso, em conformidade com o definido estatutariamente;
- e) Receber a documentação para discussão em Congresso em conformidade com Regulamento próprio aprovado em Conselho Nacional, e dá-la a conhecer atempadamente aos Congressistas e Conselheiros Nacionais, respectivamente;
- f) Funcionar como mesa de voto, promover a constituição das demais mesas e coordenar a actividade destas, nas sessões do Congresso;
- g) Promover a confecção e distribuição, aos congressistas, do boletim de voto e de tudo quanto for necessário ao exercício do direito de voto;
- h) Resolver, ouvido o Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional, os casos omissos e as dúvidas suscitadas nas eleições dos órgãos nacionais;



Artigo 30º

(Competência do Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional)

Compete em especial ao Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional, ou a quem o substituir no seu impedimento:

1. Assinar as convocatórias do Congresso e do Conselho Nacional;
2. Presidir ao Congresso e ao Conselho Nacional;
3. Presidir à COC - Comissão Organizadora do Congresso;
4. Conferir posse aos membros dos órgãos nacionais, eleitos em congresso;
5. Coordenar a actividade da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional e presidir às suas reuniões;
6. Comunicar ao Conselho Nacional qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
7. Assistir, sem direito a voto, às reuniões do Secretariado Nacional;

SECRETARIADO NACIONAL

Artigo 31º

(Composição)

1. O Secretariado Nacional é composto por:
 - a) 28 Membros efectivos eleitos em Congresso;
 - b) Os Presidentes dos TSD das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
 - c) Os Coordenadores previstos no nº3 do Artº 73º e no nº2 do Artº 77º;
2. A lista eleita em Congresso deve ser encabeçada pelo Secretariado Executivo hierarquicamente definida no Artº 33º destes estatutos sendo o Secretário-geral seu cabeça de lista.

Artigo 32º

(Funcionamento)

Actual Artº 31º

Artigo 33º

(Competências)

Actual Artº 32º

1. Manter
2. Manter
 - a) Manter
 - b) Manter
 - c) Manter
 - d) Manter



- e) Manter
- f) Manter
- g) Manter
- h) **Propor ao Conselho Nacional os membros que compõem a COC;**
- i) Manter
- j) Manter
- k) **Actual l)**
- l) **Actual m)**
- m) **Articular a constituição de listas de candidaturas para as Comissões de Trabalhadores, em conjugação com as Secções Laborais constituídas ou, na sua ausência, os núcleos e os militantes que já façam parte daquela estrutura;**
- n) **Actual o)**
- o) **Actual p)**

SECRETARIADO EXECUTIVO DO SECRETARIADO NACIONAL

Artigo 34º (Composição)

O Secretariado Executivo é composto por oito membros efectivos eleitos em Congresso e três membros efectivos eleitos em conformidade com os Artº 73º e 77º

1. Os membros efectivos eleitos em Congresso serão:
 - a) Secretário-geral;
 - b) Um Vice-secretário Geral;
 - c) Um Secretário;
 - d) Um Tesoureiro;
 - e) Quatro Vogais
2. Os Coordenadores referidos nos Artº 70º e 74º assumem a função de Vogal.

Artigo 35º (Funcionamento)

O Secretariado Executivo reúne ordinariamente quinzenalmente e extraordinariamente sempre que convocado pelo Secretário-geral, por sua iniciativa ou de 6 dos seus membros.

Artigo 36º (Competências)

Actual Artº 35º



Artigo 37º
(Secretário-geral)

Actual Artº 36º

Artigo 38º
(Vice Secretário-geral)

O Vice Secretário-geral faz parte do Secretariado Executivo e compete-lhe, nomeadamente, substituir o Secretário-geral nos seus impedimentos e/ou ausências

Artigo 39º
(Secretário)

O Secretário faz parte do Secretariado Executivo e compete-lhe, nomeadamente, em articulação com o Secretário-geral, coordenar administrativamente, em particular o expediente, ficheiro, elaborar as actas das reuniões do Secretariado Nacional e do Secretariado Executivo e divulgar e dar conhecimento das suas deliberações.

Artigo 40º
(Tesoureiro)

O Tesoureiro faz parte do Secretariado Executivo e compete-lhe, nomeadamente, em articulação com o Secretário-geral, coordenar financeiramente, em particular a elaboração do Relatório e Contas e o Orçamento dos TSD.

Artigo 41º
(Vogais)

Os vogais fazem parte do Secretariado Executivo e competem-lhe colaborar activamente na coordenação das Actividades dos TSD

CONSELHO DE DISCIPLINA E FISCALIZAÇÃO NACIONAL

Artigo 42º
(Composição)

- 1. O Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional é composto por cinco membros efectivos e dois suplentes eleitos em Congresso, sendo Presidente o cabeça de lista mais votada.*
- 2. A eleição far-se-á por lista completa com apuramento dos resultados pelo método de Hondt*



Artigo 43º (Competências)

Actual 39º

1. Manter
2. Manter
- a) Manter
- b) Manter
- c) Manter
- d) Manter
- e) Manter
- f) Manter
- g) Manter

h) Emitir parecer, sempre que solicitado, para cumprimento do disposto na alínea h) do n.º1 do Art. 29º.

Secção III Órgãos Regionais e Locais

Artigo 44º (Âmbito e Órgãos)

Actual Artº 40º

Artigo 45º (Eleição dos Órgãos Distritais)

Actual Artº 41º.

ASSEMBLEIA DISTRITAL

Artigo 46º (Composição)

Actual Artº 42º



Artigo 47º
(Funcionamento)

Actual Artº 43º

Artigo 48º
(Competências)

Actual Artº 44º

MESA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL

Artigo 49º
(Composição)

A Mesa da Assembleia Distrital é composta por três elementos efectivos e dois suplentes, eleitos em Assembleia Distrital, no sistema de lista maioritária, sendo os efectivos distribuídos por:

- a) Presidente*
- b) Vice-Presidente*
- c) Secretário*

Artigo 50º
(Competências)

Compete em especial à Mesa da Assembleia Distrital:

- a) Convocar e dirigir as sessões da Assembleia;*
- b) Assegurar o bom funcionamento e respectivo expediente;*
- c) Informar os militantes das deliberações da Assembleia Distrital;*
- d) Receber e apreciar as candidaturas apresentadas em Assembleia Distrital para os órgãos a eleger, em conformidade com o definido estatutariamente;*
- e) Receber a documentação para discussão em Assembleia Distrital e dá-la a conhecer atempadamente aos militantes;*
- f) Funcionar como mesa de voto, promover a constituição das demais mesas e coordenar a actividade destas, nas sessões da Assembleia Distrital;*
- g) Promover a confecção e distribuição, aos militantes, do boletim de voto e de tudo quanto for necessário ao exercício do direito de voto;*
- h) Resolver, ouvido o Conselho de Disciplina e Fiscalização, os casos omissos e as dúvidas suscitadas nas eleições dos órgãos distritais;*



SECRETARIADO DISTRITAL

Artigo 51º (Composição)

O Secretariado Distrital dos TSD é composto por um número de 5 a 7 membros efectivos e três suplentes, eleitos, sendo os quatro primeiros nomes o Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Artigo 52º (Funcionamento)

1. Actual 49º

2. O Secretariado Distrital organiza-se por Pelouros criando obrigatoriamente os Pelouros da Juventude, Mulheres e Relações Sindicais e Políticas.

Artigo 53º (Competências)

Actual Artº 50º

- a) Manter.
- b) Manter.
- c) Manter
- d) Manter
- e) Manter
- f) Manter.

g) Nomear o representante dos TSD nas Comissões Políticas de Secção do PSD;

h) Manter

Artigo 54º (Presidente do Secretariado Distrital)

Actual Artº 51º

SECÇÕES LABORAIS

Secretariado de Secção

Artigo 55º (Âmbito, Constituição e Órgãos)

Actual Artº 52º



Artigo 56º
(Assembleia de Secção)

Actual Artº 53

Artigo 57º
(Secretariado de Secção)

O Secretariado de Secção dos TSD é composto por um número de 7 a 11 membros, sendo os quatro primeiros nomes o Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Artigo 58º
(Funcionamento)

1. *O Secretariado de Secção reúne mensalmente em sessão ordinária, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros efectivos.*
2. *O Secretariado de Secção organiza-se por Pelouros criando obrigatoriamente os Pelouros da Juventude, Mulheres, Relações Sindicais e Políticas.*
3. É da competência do Secretariado de Secção
 - a) *actual a) do Artº 54º*
 - b) *actual b) do Artº 54º*
 - c) *actual c) do Artº 54º*
 - d) *actual c) do Artº 54º*
 - e) *Cumprir o estipulado na alínea m) do Artº 33º dos presentes estatutos*

NÚCLEOS DE EMPRESA

Assembleia de Núcleo

Artigo 59º
(Âmbito, Constituição e Órgãos)

Actual Artº 55º

Artigo 60º
(Assembleia de Núcleo)

Actual Artº 56º



Artigo 61º
(Secretariado do Núcleo)

1. *Actual Artº 57º*

2. *Actual Artº 57º*

3. *Actual Artº 57º*

a) Manter

b) Manter

c) Manter

d) Dinamizar, sob coordenação do Secretariado Nacional e em colaboração com a respectiva Secção Laboral, a constituição das listas para a respectiva Comissão de Trabalhadores, em articulação com os militantes que já façam parte daquela estrutura;

e) Manter

COORDENADORA DE SECÇÕES E DE NÚCLEOS

Artigo 62º
(Âmbito)

Actual Artº 58º

Artigo 63º
(Sede)

Actual Artº 59º

Artigo 64º
(Composição e Funcionamento)

Actual Artº 60º

Artigo 65º
(Competência)

Actual Artº 61º



NÚCLEOS CONCELHIOS

Artigo 66º
(Assembleia, Constituição e Órgãos)

Actual Artº 62º

Artigo 67º
(Assembleia de Núcleo Concelhio)

Actual Artº 63º

Artigo 68º
(Secretariado de Núcleo)

Actual Artº 64º

SECÇÃO IV

SUBSECÇÃO I

SECRETARIADOS SECTORIAIS

Artigo 69º
(Secretariado da Juventude)

Actual Artº 65º

1. Manter
2. Manter
3. Manter.
4. Manter.
5. O Secretariado da Juventude, em articulação com o Secretariado Nacional, representa os TSD nas questões directamente relacionadas com a área da Juventude.
6. Manter.

Artigo 70º
(Secretariado de Emigrantes)

Actual Artº 66º

1. Manter.



2. Manter
3. Manter
4. *O Secretariado de Emigrantes, em articulação com o Secretariado Nacional, representa os TSD nas questões directamente relacionadas com a área da emigração.*

Artigo 71º
(Secretariado de Imigrantes)

Actual Artº 67º

1. Manter
2. Manter
3. Manter
4. *O Secretariado de Imigrantes, em articulação com o Secretariado Nacional, representa os TSD nas questões directamente relacionadas com a área da Imigração.*

SUBSECÇÃO II

CONSELHO SINDICAL

Artigo 72º
(Composição)

Actual Artº 69º

Artigo 73º
(Funcionamento)

Actual Artº 70

Artigo 74º
(Competência)

Actual Artº 71º

Artigo 75º
(Competências do Coordenador)

Actual Artº 72º



SUBSECÇÃO III

CONSELHO DE COMISSÕES DE TRABALHADORES

**Artigo 76º
(Composição)**

Actual Artº 73º

**Artigo 77º
(Funcionamento)**

Actual Artº 74º

**Artigo 78º
(Competência)**

Actual Artº 75º

**Artigo 79º
(Competência do Coordenador)**

Actual Artº 76º

Capítulo V Disposições Gerais Finais

**Artigo 80º
(Gabinetes de estudos)**

Actual Artº 77º

**Artigo 81º
(Membros Honorários dos TSD)**

Actual Artº 79º



Artigo 82º
(Alteração Estatutária)

Actual Artº 80º

a) Actual Artº 80º

b) Actual Artº 80º

c) As propostas de alteração obtenham, após apresentação e discussão, a aprovação de, pelo menos, 2/3 dos membros do Congresso presentes na altura da sua votação.

Artigo 83º
(Universo Eleitoral)

Actual Artº 81º

Artigo 84º
(Disposição Final Transitória)

Único - A aprovação desta Proposta Estatutária implica que os órgãos nacionais eleitos neste Congresso o sejam de acordo com a proposta agora aprovada.



PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DOS TSD

ASSEMBLEIA DISTRIAL DE SETÚBAL

13 DE JANEIRO DE 2011

1º Subscritor: José Rosário



ESTATUTOS DOS TSD	
<p style="text-align: center;">Artigo 2º. (Objectivos Fundamentais)</p> <p>São objectivos fundamentais dos TSD:</p> <p>e) Organizar, apoiar e dinamizar a participação activa dos Trabalhadores Social-Democratas em todas as estruturas representativas e defensoras dos direitos e interesses dos trabalhadores;</p> <p style="text-align: center;">Artigo 15º. (Duração de Mandatos)</p> <p>2. A elegibilidade dos Presidentes dos órgãos não eleitos em Congresso Nacional ou Regional fica limitada a dois mandatos ou ao período máximo de seis anos, caso os respectivos mandatos tenham duração diferente do disposto no número anterior.</p> <p style="text-align: center;">Secção III</p> <p style="text-align: center;">ÓRGÃOS REGIONAIS E LOCAIS</p> <p style="text-align: center;">Artigo 40º. (Âmbito e Órgãos)</p> <p>3. São órgãos regionais e locais dos TSD:</p> <p>a) Assembleia Distrital; b) Secretariado Distrital; c) Secção Laboral; d) Núcleo de Empresa; e) Coordenadora de Secções e de Núcleos;</p> <p style="text-align: center;">Artigo 44º. (Competências)</p> <p>Compete à Assembleia Distrital dos TSD:</p> <p>a) Eleger a Mesa e o Secretariado Distrital; b) Discutir a situação político-laboral do distrito; c) Aprovar acções de organização e dinamização dos TSD no respectivo distrito em complemento das directrizes nacionais; d) Aprovar o relatório anual das actividades dos TSD no distrito apresentado pelo Secretariado</p>	<p style="text-align: center;">Artigo 2º. (Objectivos Fundamentais)</p> <p>e) interesses dos trabalhadores, nomeadamente nas Associações Sindicais, Comissões e Sub-Comissões de Trabalhadores, representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho, Conselhos de Empresa Europeus, etc..</p> <p style="text-align: center;">Artigo 15º. (Duração de Mandatos)</p> <p>2. A elegibilidade dos Presidentes dos órgãos fica limitada a três mandatos.</p> <p style="text-align: center;">Artigo 40º. (Âmbito e Órgãos)</p> <p>3. São órgãos regionais e locais dos TSD:</p> <p>f) Núcleos Concelhios.</p> <p style="text-align: center;">Artigo 44º. (Competências)</p> <p>Compete à Assembleia Distrital dos TSD:</p> <p>h) No caso em que não esteja constituído um Núcleo Concelhio, caberá à Assembleia Distrital eleger o respectivo representante dos TSD na Comissão Política de Secção do PSD.</p>

TSD **SETÚBAL**
Trabalhadores Social Democratas

<p>Distrital; e) Homologar a constituição das secções laborais e núcleos, sob proposta do Secretariado Distrital; f) Apreciar em geral a actividade do Secretariado Distrital; g) Eleger os delegados dos TSD à Assembleia Distrital e ao Congresso Nacional do PSD; h) Eleger os representantes dos TSD nas Comissões Políticas de Secção do PSD.</p> <p style="text-align: center;">Artigo 49º. (Funcionamento)</p> <p>1. O Secretariado Distrital reúne ordinariamente de quinze em quinze dias e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente do Secretariado Distrital ou 1/3 dos seus membros. 2. O Secretariado Distrital organiza-se por pelouros existindo obrigatoriamente os de Juventude e de Tesouraria.</p> <p style="text-align: center;">Artigo 50º. (Competências)</p> <p>Compete ao Secretariado Distrital dos TSD: g) Coordenar o processo de eleição dos Secretariados Concelhios e do representante dos TSD nas comissões políticas de secção do PSD;</p> <p style="text-align: center;">Artigo 54º. (Secretariado de Secção)</p> <p>2. O Secretariado de Secção reúne ordinariamente de 15 em 15 dias e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido de 1/3 dos seus membros.</p> <p style="text-align: center;">Artigo 64º. (Secretariado do Núcleo)</p> <p>1. O Secretariado do Núcleo eleito em Assembleia é composto por três elementos: Presidente, Vice-Presidente e Secretário. 2. O Secretariado do Núcleo reúne de 15 em 15 dias.</p>	<p style="text-align: center;">Artigo 49º. (Funcionamento)</p> <p>1. O Secretariado Distrital reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente do Secretariado Distrital ou 1/3 dos seus membros.</p> <p style="text-align: center;">Artigo 50º. (Competências)</p> <p>Compete ao Secretariado Distrital dos TSD: g) Coordenar o processo de eleição dos Secretariados dos Núcleos Concelhios e do representante nas Comissões Políticas de Secção do PSD, nos termos da alínea h) do Artº nº 44º.</p> <p style="text-align: center;">Artigo 54º. (Secretariado de Secção)</p> <p>2. O Secretariado de Secção reúne ordinariamente uma vez por mês</p> <p style="text-align: center;">Artigo 64º. (Secretariado do Núcleo)</p> <p>1. O Secretariado do Núcleo eleito em Assembleia é composto por 5 a 7 elementos, sendo que os três primeiros serão, respectivamente o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário 2. O Secretariado do Núcleo reúne uma vez por mês.</p>
--	--